



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 103

III Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 5 de julho de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Manuel Pereira e Deputado Bruno Belo (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Jorge Jorge)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, deu-se continuidade ao debate relativo ao [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XI – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto, que aprova o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para tal usou da palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*) e a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Jorge Jorge (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*).

Posteriormente, passou-se para a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 40/XI – “Define a estratégia para a implementação da mobilidade elétrica nos Açores”](#).

Feita a intervenção inicial pela Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*), usaram da palavra para participar no debate a Sra.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*) e os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), André Rodrigues (*PS*), Paulo Mendes (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Após a aprovação por maioria do referido diploma, proferiram declarações de voto os Srs. Deputados André Rodrigues (*PS*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*).

De seguida, o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*) justificou o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 153/XI** – “**Recomenda ao Governo Regional que promova as diligências necessárias, junto do Governo da República, no sentido de operacionalizar o regresso daquela transportadora à efetivação da ligação aérea entre a ilha do Faial e Lisboa, bem como entre a ilha do Pico e Lisboa**”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Sendo assim, passou-se de imediato para a discussão e votação do referido [Projeto de Resolução n.º 153/XI](#).

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), participaram no debate os Srs. Deputados Carlos Ferreira (*PSD*), Tiago Branco (*PS*), Marco Costa (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Mário Tomé (*PS*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Francisco César (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Ainda durante o debate, pediu a palavra para um protesto a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*) tendo em conta afirmações proferidas pela Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*) que usou do direito do contraprotesto.

Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, usou da palavra a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*) para justificar o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 44/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril”**.

Antes de ser aprovado por maioria, pediu a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*).

Aprovado o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, passou-se de imediato para o debate e votação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 44/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril”](#), cuja apresentação coube à Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*).

Usaram da palavra para o efeito os Srs. Deputados António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), António Pedroso (*PSD*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Bruto da Costa (*PSD*), Francisco César (*PS*) e a Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Após a votação, proferiram declarações de voto os Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*).

O [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 157/XI – “Pagamentos em atraso a efetuar no âmbito da deslocação de utentes do Serviço Regional de Saúde”](#), apresentado pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), foi rejeitado por maioria, tendo, no entanto, usado da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Francisco César (*PS*), António Lima (*BE*) e João Paulo Corvelo (*PCP*).

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*) e os Srs. Deputados Francisco César (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de julho.**

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 18 minutos.

Presidente: Bom dia.

Sras. e Srs. Deputados, façam o favor de ocupar os vossos lugares para darmos início à chamada.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 06 minutos)

Secretário: Muito obrigado.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da **Costa**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Manuel José da Silva **Ramos**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Maria Eduarda Silva Moniz **Pimenta**
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**
Marta Ávila de **Matos**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Manuel Silva **Almeida**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame Furtado**
César Leandro Costa **Toste**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Elisa Lima **Sousa**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria **João** Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Jorge Azevedo **Paiva**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados.

Significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar continuidade ao debate que interrompemos ontem, nomeadamente o debate do ponto 11 da nossa Agenda.

Está inscrito e dou a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O PCP já se pronunciou favorável à alteração proposta ao Estatuto do Aluno. A posição adotada, construída na análise do problema, sintetiza-se numa frase: o combate ao insucesso escolar consegue-se dando resposta às necessidades de cada aluno, onde se inclui o seu tempo de descanso.

O Governo Regional, num trabalho apenas dirigido à obtenção de melhores estatísticas, tem conseguido erros atrás de erros, numa política educativa onde mora o desnorte, onde se nota diariamente a desorientação da Secretaria Regional da Educação e Cultura. A procura de uma estratégia que combata verdadeiramente as causas do abandono e do insucesso é um objetivo que nunca passou pela cabeça destes governantes!

Só assim se explicam as sucessivas, às vezes mensais, ideias novas e revolucionárias que, de novas e revolucionárias, nada têm – já que têm o condão de deixar tudo na mesma.

O ProSucesso não funciona? Encontra-se a Flexibilidade Curricular, com menos meios do que o programa anterior, que, entretanto, já acabou, mas o melhor é guardar segredo dessa morte ao mesmo tempo escondida e anunciada pelas ações da Secretaria Regional... É que o pequeno investimento que se fez no ProSucesso há muito já desapareceu – o que torna o programa vazio de conteúdo, já que as escolas não têm os meios de combate ao sucesso escolar – curiosamente, alguns até tiveram resultado e foram encerrados porque... resultaram!

É este o nível de desorientação da Secretaria Regional da Educação e Cultura, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo – quando um programa dá alguns resultados, acaba-se com ele!

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como se isso não bastasse, passam a culpa dos resultados para as escolas, com o programa de Flexibilidade e Autonomia, que de flexibilidade e autonomia tem apenas o nome. Se as escolas não podem implementar qualquer decisão sem o

aval da tutela... isto então é autonomia? Se as escolas quiserem implementar novas estratégias de combate ao insucesso e ao abandono escolar... terão de fazer omeletes sem ovos.

Sem investimento e sem espaço para as escolas tomarem as suas decisões, sem os meios humanos necessários, não haverá um verdadeiro combate ao insucesso! A Secretaria Regional da Educação e Cultura bem pode fingir que não, mas apenas tapará o Sol com a peneira. Neste caso, até uma peneira bastante rota.

Parece que o Governo Regional ainda não compreendeu que a raiz do problema está na grave situação socioeconómica que se vive na Região. Ou então finge não compreender, porque isso implicaria assumir o falhanço da sua governação. Sem resolver o problema do desemprego e da falta de perspetivas dos jovens e das famílias açorianas não será possível eliminar o insucesso escolar.

Já agora, sem garantir uma refeição adequada – como demonstrou não pretender, nesta sessão plenária, também não será possível atingir o mesmo objetivo. São as supostas incoerências, que no fundo apenas demonstram o que afirmámos no início: trabalha-se para pouco mais do que para embelezar estatísticas.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O nível elevado de insucesso escolar nos Açores tem múltiplas causas, sobretudo com raízes nas dificuldades económicas das famílias. A melhoria das condições de vida das crianças, através de uma política que combata o desemprego, os baixos salários, a precariedade laboral e a desregulação dos horários de trabalho dos pais, permitirá uma evolução social que não deixará de se traduzir em melhores aprendizagens, nas escolas.

Parte essencial da resposta às necessidades individuais do aluno é também o apoio educativo. Este tem de ser letivo, para que os docentes tenham condições de o preparar, sem constituir nova sobrecarga destes. A esmagadora maioria dos

apoios que são dados aos alunos açorianos caem na componente não letiva dos docentes, apesar de serem, claramente, uma função letiva.

Se é com alunos, é letiva! Como pode a Secretaria Regional da Educação e Cultura não compreender esta situação? Novamente, isso só se explica por dois motivos: por um lado, as estatísticas – todas as escolas fornecem apoios aos alunos que deles quiserem usufruir; por outro lado, a preocupação financeira – é bom dar apoios, mas melhor ainda é que eles não sejam pagos aos professores...

Isto leva-nos ao assunto da proposta aqui trazida. Para ser eficaz, o apoio deve servir para implementar as estratégias que, fora da aula, serão complementares desta, para permitirem aprendizagens realmente significativas. Isso implica um trabalho contínuo e feito ao mesmo tempo que são dadas as aulas.

Os planos de recuperação são uma questão de estrita justiça social: a Escola Pública deve garantir, a todos, as mesmas condições de aprendizagem e igualdade de oportunidades. Para tal, deve garantir apoio educativo aos alunos que dele precisam, mas que se vêm impedidos de a ele acederem, por falta de condições económicas das suas famílias.

Estes planos, pelo que atrás dissemos, só serão eficazes se forem dirigidos, especificamente, para os alunos que forem abrangidos, se permitirem o repouso e a assimilação, o que implica que não sejam uma sobrecarga nem coincidam com períodos de interrupção letiva, e se forem acompanhados de um verdadeiro investimento na educação – neste e noutros planos.

Assim se contribuirá para inverter as taxas de retenção e para melhorar as aprendizagens. Como se isso não bastasse, passam a culpa dos resultados para as escolas, com o programa de Flexibilidade e Autonomia, que de flexibilidade e autonomia têm apenas o nome.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais:

Eu intervenho neste debate após o ocorrido ontem de certa forma para vincar aquele que é o resultado do debate e também aquela que é a posição do Partido Socialista.

Em educação são legítimas todas as diferentes opiniões, ainda mais quando nós temos modelos educativos diferentes, aplicados de formas diferenciáveis, em países que devido à sua cultura também os aplicam de formas diferentes. Isso é perfeitamente saudável ainda mais na área da educação em que as opiniões são mesmo muito diferentes e a história assim o prova.

Na nossa Região nós temos excelentes exemplos de como essa diferenciação está a ser feita e eu deixo aqui uma nota, por exemplo, para o projeto “Novas Rotas” que acontece na vila das Capelas.

Existem outros movimentos também. Quero com isto dizer que não há logicamente um pensamento único na educação, uma pedagogia única na educação, nem muito menos uma resposta única na educação. Nós vivemos (e ainda bem) sistemas dinâmicos, com pessoas dinâmicas, sociedades dinâmicas e que nos exigem a todos nós uma postura de reflexão perante modelos pedagógicos.

Quero aqui reiterar e penso que neste debate se é algo que ficou devidamente validado é que o proponente quando aqui trouxe a sua apresentação e em face também das intervenções que o proponente fez nos órgãos de comunicação social a medida aprovada pelo Partido Socialista, então em novembro, Bloco de Esquerda e PCP, é uma medida facultativa, ou seja, a pedido do aluno quando este entende que necessita e precisa e a escola pública deve responder e atenção – é preciso aqui salientar sob proposta do professor, é o professor que propõe,

aprovado no conselho de turma, é isto que está na legislação e mais! Não é em todo o período de interrupção letiva, mas sim em parte do período de interrupção letiva.

É precisamente isto que está na legislação, porque nós também realçamos a necessidade do descanso e precisamente é em parte do período de interrupção letiva.

Quero também frisar aqui nesta minha última intervenção aqueles que são também os exemplos que aqui foram dados, que são exemplos também fora do calendário escolar, não forçosamente para os comparar com o modo, tempo, calendário escolar versus interrupção letiva, mas para repugnar (isso sim, repugnar) terminologias que aqui foram utilizadas e associadas à medida do Partido Socialista, terminologias como humilhar o aluno, massacrar o aluno, estigmatizar e violar um direito.

Por isso, eu digo que quando nós temos aulas facultativas – e bem! – para os 9.º, 11.º e 12.º anos para a preparação de provas e exames aqueles alunos que optam por ir entre aqueles que optam por não ir, aqueles que vão, não estão a ser estigmatizados, não estão a ser diferenciados, não estão a ser massacrados. É uma opção que têm como aqueles que não querem também têm essa mesma opção.

Também, como por exemplo, nós temos até neste momento na Escola Secundária Domingos Rebelo um exemplo, entre muitas das nossas escolas, em que decorre um curso de português, de matemática e de inglês, salvo erro durante três semanas, de forma facultativa para os alunos que tiveram uma classificação negativa para que possam recuperar no próximo ano letivo. Foi com este intuito, com este espírito que nós propusemos esta iniciativa, para que os alunos que quisessem durante a interrupção letiva pudessem recuperar as suas aprendizagens e também pudessem iniciar um ano letivo de forma diferenciada. Como por exemplo também nós tivemos em tempos uma escola

que propôs, na nossa Região, uma recuperação de aprendizagens, onde uma das opções é efetivamente nos períodos de interrupção letiva. Cá está o modo de trabalho que foi aplicado também já nas nossas escolas.

Quero aqui também frisar quando se fala da necessidade dos alunos de terem tempo para descanso, nós não podemos deixar de concordar mais e foi isso que disse há pouco, mas quero aqui salientar algo que ao Partido Socialista é muito caro e que o ProSucesso tem feito um trabalho muito interessante neste percurso que tem a ver com os trabalhos de casa. Nós aqui, de certa forma, repudiamos o trabalho que os alunos porventura tenham em tempos de interrupção letiva, mas não repudiamos os trabalhos de casa que os alunos levam para casa sem qualquer ajuda e que o realizam durante o período de interrupção letiva. Portanto, precisamos de ser coerente nesta matéria.

Por fim, realçar que é efetivamente uma medida facultativa, a pedido do aluno, sob proposta do professor, aprovada em conselho de turma, em parte do período de interrupção letiva e mais! Nós estamos agora perante uma excelente medida do Governo que é a Autonomia e Flexibilidade Curricular onde todas as nossas escolas se estão a preparar para esta medida, basta percorrer as nossas escolas e perceber o excelente trabalho que está a ser feito pelos conselhos pedagógicos, assembleias de escola, departamentos, a se reunirem, a conversarem, a encontrarem formas de flexibilizar as horas de cada um dos departamentos em termos de intervenção curricular e, portanto, é preciso ver a realidade que está a acontecer ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Tem de convencer o Sr. Secretário!

A Oradora: ... e o que quero dizer com isto é que esta medida que o Partido Socialista aqui propôs, que é uma medida facultativa, que nunca foi, nem nunca será parte do património do Partido Socialista obrigar algo a um aluno no âmbito da sua aprendizagem, esta medida aliada à Autonomia e Flexibilidade

eu diria que deixaria de ser apenas e só uma medida facultativa para ser uma medida facultativa ao quadrado,

Por isso, e agora terminando, o PSD, o proponente deste pedido de revogação, não pode nunca considerar que um direito do aluno deve ser revogado.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Votação da proposta de resolução foi rejeitada com 28 votos contra do PS e 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É que só está presente e votou um dos deputados do Bloco de Esquerda.

Presidente: Eu vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa para repetir o anúncio da votação para que não restem dúvidas então.

Secretário: Obrigada, Sra. Presidente.

Efetivamente peço desculpa.

Portanto, a proposta foi rejeitada com 28 votos contra do PS e 1 voto contra do Bloco de Esquerda, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Encerrámos este nosso ponto da Agenda.

Sr. Deputado Jorge Jorge, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD trouxe novamente este assunto a esta Casa e daí, como é óbvio e sendo o proponente o seu voto favorável a ele, exatamente para terminar com aquilo que ainda ontem o Sr. Secretário aqui referia: a instabilidade que neste momento se vive nas escolas.

Se nós já tínhamos essa convicção em novembro e em janeiro quando o CDS-PP e o PPM apresentaram também esta iniciativa e em novembro quando o PS a propôs, esta convicção da instabilidade que esta medida gerou na escola foi-nos reforçada ao longo dos meses pelos contatos que fomos fazendo nas diversas unidades orgânicas e sobretudo com as associações de pais e associações de estudantes.

Ontem, a determinada altura pensei que iria ser acusado de estar a promover uma espécie de terrorismo nas escolas, em determinada altura da intervenção do Sr. Secretário. O que é certo é que a nós o que nos foi dito é que esta foi uma medida que caiu como uma bomba nas escolas.

Presidente: Sr. Deputado, relembro que está no âmbito da declaração de voto.

Deputado Francisco César (PS): Pensei que nestes anos todos já sabia!

O Orador: Estou a dizer porque é que votámos a favor da medida que propusemos.

Presidente: Mas não pode fazer referência às declarações do Sr. Secretário Regional.

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente.

Portanto, estamos convictos de que estávamos a contribuir e estamos a contribuir para um ambiente mais tranquilo nas escolas, que é aquilo que todos nós, penso eu, pugnamos para o ensino dos Açores.

O Partido Socialista propôs esta medida, o Sr. Secretário Regional da Educação, pelos vistos, não concorda muito com ela ...

Presidente: Sr. Deputado Jorge Jorge, lamento, mas não pode fazer referências nem às outras bancadas, nem ao Governo Regional no âmbito da declaração de voto.

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente.

Termino já então dizendo e concluindo era, com esta proposta que fizemos, nossa intenção (e achamos que estamos corretos) contribuir para um clima mais saudável, mais tranquilo nas escolas, que foi aquilo que nos pediram à medida que fomos fazendo contatos ao longo dos últimos meses.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós votámos favoravelmente esta iniciativa, porque nós acreditamos nas regras do estado de direito e esta medida que foi implementada sem nunca terem sido ouvidos os pais, sem nunca serem ouvidos os representantes dos alunos, sem nunca terem ouvido as escolas no âmbito dos órgãos competentes e sem nunca terem sido ouvidos os professores é uma medida profundamente errada e não foi por acaso que o Partido Socialista vetou a audição aos encarregados de educação, vetou a audição às escolas, vetou a audição aos alunos e vetou a

audição aos professores. Não foi por acaso, porque sabem que a sua posição sobre esta matéria não é positiva.

Nós votámos favoravelmente esta iniciativa porque consideramos que quando é aprovada uma alteração da legislação, essa alteração já deve ter sido testada anteriormente, já deve ter sido analisada convenientemente e aquilo que nos foi dito pelo Governo Regional quando teve que enfrentar uma alteração legislativa foi que iriam ouvir as pessoas, analisar e depois então é que decidiriam.

Ora, isto está profundamente errado. Deve ser exatamente ao contrário.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente, não foi isso que eu disse e não posso esclarecer! Não foi isso que eu disse!

Deputado Artur Lima (*CSD-PP*): Tem razão! Corte a palavra!

O Orador: Sra. Presidente, eu estou a dizer porque é que votei a favor.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não disse nada disso, mas não posso responder!

O Orador: Estou a dizer qual era a posição do Governo Regional sobre esta matéria ...

Presidente: Não pode, Sr. Deputado.

O Orador: ... que não foi referenciada sequer nesta sessão, foi referenciada anteriormente e foi referenciada na comunicação social, não agora, para que fique claro com os apertes dos Membros do Governo ...

Presidente: Sr. Deputado, de qualquer forma sabe que não pode fazer esse tipo de referência.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não pode! Corte a palavra!

O Orador: Sra. Presidente, não há um motivo mais válido para votar a favor desta iniciativa do que colocar em causa este tipo de práticas do ponto de vista da alteração da legislação. Nesta matéria e em todas as matérias não é possível

que se diga vamos alterar a legislação, mas não a vamos implementar porque ainda temos que analisar as suas consequências, não a vamos implementar porque ainda temos que ver o que é que as pessoas pensam sobre esta alteração legislativa.

Ora, é exatamente inverter o processo legislativo. O processo legislativo deve ser exatamente o contrário.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: Antes de se alterar a legislação ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu chamei a atenção ao Sr. Deputado Jorge Jorge e volto a fazê-lo em relação a si.

As declarações de voto não podem ser alvo de protestos, nem podem ser uma continuidade do debate.

O Sr. Deputado e qualquer outra bancada na declaração de voto deve dizer porque é que aprovou a iniciativa.

Eu permiti que no início ...

Deputado Carlos Silva (PS): Há regras, Sr. Deputado!

Presidente: ... fizesse as referências que fez até ao Partido de Socialista, porque efetivamente estava a fazer o enquadramento da sua votação, mas peço-lhe que efetivamente não faça referências àquilo que foi o debate, porque não pode fazê-lo no âmbito da declaração de voto.

O Orador: Sra. Presidente, evidentemente respeito a figura institucional de V. Exa. Não concordo com a sua referência, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): É normal!

O Orador: ... porque eu não estou a fazer referências ao atual debate, estou a fazer referências que foram feitas há meses e que são importantes para mim do ponto de vista do posicionamento e da definição do meu sentido de voto nesta iniciativa, mas não insisto, tendo em conta a posição de V. Exa., porque eu não concordo, mas obviamente respeito.

Devo dizer também que além dos pressupostos anteriores, há um pressuposto fundamental: é que esta alteração legislativa que o Partido Social Democrata, através da sua iniciativa queria alterar não faz qualquer tipo de sentido e é penalizador para as crianças, porque eu não quero ver as crianças dos Açores que têm um menor aproveitamento escolar, que já é bastante penalizador, ainda são mais penalizadas porque vão ter aulas de apoio durante o Natal, vão ter aulas de apoio durante a Páscoa. É profundamente negativo submeter as crianças ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Desde quando é que ir para as aulas é penalizador?

O Orador: Não é por acaso que existem interrupções letivas. Existem interrupções letivas exatamente porque todo o mundo educativo açoriano, nacional e internacional (porque existem interrupções letivas em todos os sistemas educativos do mundo) para que as crianças descansem e já agora também os professores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ah!

O Orador: Portanto, é profundamente negativo que as crianças a dias de festejar o Natal, ou a dias de festejar outra qualquer interrupção letiva, sejam obrigadas a ir para a escola ...

Deputado José Ávila (PS): Não é obrigatório!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... e a serem penalizadas desta maneira. Não é assim que se ajudam as crianças, obrigando as crianças e retirando-lhes o período de interrupção letiva. Não é assim que ajudamos.

Finalmente, Sra. Presidente, dizer que quando se diz que não é obrigatório para as crianças, é só se elas quiserem ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): É verdade!

O Orador: Não! Isso é absolutamente falso. É falso!

A partir do momento em que o conselho pedagógico, a partir do momento em que a direção de turma e a partir do momento em que os encarregados de educação estão de acordo, o aluno sobre essa matéria não tem escolha, é o que lá está escrito. É o que lá está escrito!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não, não é! O senhor mente!

O Orador: Portanto, é uma medida obviamente obrigatória a partir do momento que os diversos agentes estiverem de acordo a implementar esta medida, por isso termino e digo-vos o seguinte: é profundamente errado ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não é verdade!

O Orador: ... e anuncio aqui que no dia 1 de setembro, conjuntamente com outros partidos, vamos apresentar uma iniciativa para retirar esta legislação.

Deputado Artur Lima (CSD-PP): Quais outros partidos?!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Outra vez!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CSD-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu vou efetivamente fazer uma declaração de voto.

Votamos a favor desta iniciativa, porque somos a favor que no Natal as crianças recebam prendas, um brinquedo em vez de uma ficha de matemática.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Votamos a favor desta iniciativa, porque na Páscoa somos a favor de que as crianças recebam prendas, um saquinho de amêndoas em vez de uma ficha de português.

Portanto, queremos que as crianças sejam crianças, que tenham o seu direito às férias, ao descanso e à brincadeira e por isso votámos a favor desta iniciativa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Sras. Secretárias, Srs. Secretários:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra esta iniciativa apresentada pelo PSD desde logo por acreditar que a escola pública é uma escola de qualidade e deve-se alicerçar em três princípios básicos e que a partir deles devem conduzir a um conjunto de pedagogias.

O primeiro princípio é que a escola deve estar focada no aluno; o segundo é que todo o aluno tem o direito a aprender; e o terceiro, aquele que conduziu à construção desta iniciativa é que cada criança, cada jovem tem o seu próprio tempo de aprendizagem. É no âmbito deste terceiro princípio estudado pela OCDE, fruto de relatórios da Comissão Nacional da Educação, que nós apresentámos uma iniciativa facultativa no âmbito do direito do aluno, no artigo 22.º, onde lá constam tantos outros artigos que nem sempre são implementados, precisamente por isso é um direito, é uma medida facultativa.

Aqui votamos contra a iniciativa do PSD, porque provamos, hoje, que na escola pública que nós temos, que na boa escola pública que nós temos, com professores preocupados com os seus alunos, temos já iniciativas fora do calendário escolar precisamente para apoiar os alunos a recuperarem as iniciativas que não foram capazes de aprender durante o período escolar.

Nós temos mais uma questão. Nós votámos contra a iniciativa do PSD, porque nós temos a convicção que com esta iniciativa, aliada aquele que foi o diploma aqui apresentado pelo Governo Regional no âmbito da Autonomia e Flexibilidade Curricular, ela vai produzir ainda mais efeitos, aliada àquela que é a opção que cada escola terá de porventura aplicar esta iniciativa.

Nós votamos contra, porque nós acreditamos não na menorização das nossas crianças e jovens, não na menorização dos pais enquanto agentes que devem

escolher, aliás, eu dei o exemplo e por isso votámos contra, de neste momento na Escola Secundária Domingos Rebelo estar a acontecer um curso de três semanas de matemática, português e inglês de forma facultativa, porque as escolas ouviram os alunos que necessitavam de ajuda.

Eu termino, Sra. Presidente, com uma citação que não é minha, mas que é de alguém que eu respeito muito, o responsável da *Eurochild*, que ainda esta semana na Assembleia da República dizia algo deste género que acho que a todos nós nos está a faltar: “Não devíamos ter de explicar porque é que as crianças devem participar, mas sim questionarmos quando tal não acontece no seu processo educativo.”

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados!

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, encerrámos este ponto da Agenda.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Entramos no ponto 12: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 40/XI – “Define a estratégia para a implementação da mobilidade elétrica nos Açores”.**

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):

Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vivemos num tempo cada vez mais gerido por uma agenda que tem colocado na ordem do dia a problemática das alterações climáticas, os seus desafios e o contributo que todos nós, Governo, autarquias, empresas e cidadãos podemos e

devemos ter com os nossos comportamentos e com as opções que escolhemos para o nosso modo de vida.

De facto, não existe planeta B.

Deputado Artur Lima (CSD-PP): Aplique à Praia da Vitória. Não há Praia da Vitória B! Melhor: aplique à Terceira, não há Terceira B!

A Oradora: A frase mote utilizada em todo o mundo depois da jovem ativista sueca Greta Thunberg ter dado o impulso, que reconhecemos, bastante significativo nas gerações mais novas, face a estes desafios e um estilo de vida que muitas vezes não assume as questões climáticas e ambientais como elementares e prioritárias.

Se estes temas já assumem a sua centralidade no nosso dia a dia é sinal de que estamos conscientemente a caminhar rumo ao desenvolvimento sustentável. É um caminho que tem tido efetivamente os jovens como verdadeiros porta vozes na importância de uma mudança de hábitos de consumo e de um estilo de vida que tem obrigatoriamente de se pautar por práticas amigas do ambiente e da verdadeira aplicação da economia circular.

Todos estes conceitos, todas estas ideias e todos estes desafios assumem hoje uma importância crescente em todo o mundo. É, pois, importante que saibamos olhar e enfrentar o futuro nesta escala local e regional como um desígnio civilizacional através de um contributo que acreditamos ser global no que toca a temas verdadeiramente desafiantes e que já fazem parte das nossas vidas. Precisamente por enfrentarmos este desafio do fenómeno das alterações climáticas e com efeitos especialmente gravosos nos territórios mais frágeis, como as nossas ilhas, esta é uma luta que temos de fazer em dois planos.

Primeiro, no da mitigação, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa, investindo na descarbonização e no aumento da eficiência energética, tornando-nos menos dependentes dos recursos energéticos externos, mas também no da

adaptação, implementando medidas que protejam os recursos, as pessoas e os bens, aumentando resiliência aos impactos das alterações climáticas.

Esta é uma linha de atuação onde pretendemos melhorar a qualidade ambiental da Região indo, responsabilmente, ao encontro dos compromissos internacionais nestas matérias.

Por todos estes motivos o Governo dos Açores encara as matérias relacionadas com a energia como estratégicas e prioritárias, pois constituem-se como um dos principais pilares com vista ao fomento do desenvolvimento economicamente sustentável da Região, revelando-se ainda um vetor de âmbito multissetorial, cuja evolução e definição de políticas públicas reproduz efeitos diretos na melhoria da nossa qualidade de vida.

Queremos efetivamente energia segura e acessível para todos ao projetar uma Região com um futuro económico e social robusto e consolidado, com empresas cada vez mais dinâmicas e inovadoras e geradoras de emprego qualificado.

Neste sentido, o Programa do Governo definiu para a área da energia diversos objetivos que visam adotar ou reforçar políticas de redução de consumo de combustíveis fósseis e dependência energética face ao exterior, de promoção de consumos e comportamentos energeticamente eficientes, de aposta na inovação, nanotecnologia e na eficiência energética, tornando os Açores no contexto das regiões insulares e ultraperiféricas europeias um exemplo na aplicação de soluções para a mobilidade elétrica.

É com base neste contexto que hoje apresentamos este diploma que define a Estratégia para a Implementação da Mobilidade Elétrica nos Açores, com a premissa inicial de que o nosso arquipélago reúne as condições ideais para a concretização da mesma, considerando a crescente autonomia dos veículos elétricos, as características geográficas, fisiográficas e ambientais de cada uma das ilhas e as suas dimensões. Estas condições beneficiam da existência de

percursos médios diários relativamente curtos face à autonomia crescente dos veículos elétricos e à evolução tecnológica deste setor que está fortemente empenhado em acompanhar a concretização do novo paradigma de desenvolvimento sustentável, fomentando ainda a competitividade da Região.

O desígnio de mobilidade sustentável de base elétrica, sobretudo no setor dos transportes terrestres públicos e privados, é hoje uma aposta consensual. Deste modo permite o desenvolvimento de um novo eixo de crescimento da economia açoriana de baixo carbono, associado à inovação tecnológica, à partilha de novas formas de conectividade e à qualificação ambiental, permitindo ainda a integração de fontes de energia renovável no sistema electroprodutor dos Açores que em 2018 se situou em cerca de 40% e que nos primeiros cinco meses do corrente ano já se aproxima dos 42%.

Neste sentido, a definição desta estratégia passa pela implementação de um programa robusto de ações e medidas, muitas delas já em curso.

Em primeiro lugar, através de uma rede de 26 pontos de carregamento de veículos elétricos de acesso público, com a abrangência de todas as ilhas e concelhos do arquipélago dos Açores, 10 dos quais fruto de protocolos com as câmaras municipais.

Tal como foi já adiantado muito recentemente prevemos que no início sejam implementados, no mínimo, oito dos 16 pontos de carregamento rápido até ao final do ano, estando prevista a adjudicação do respetivo concurso público internacional para a instalação e manutenção dos mesmos ainda durante este mês de julho.

Em simultâneo fomentaremos a instalação progressiva da rede de carregamento de veículos elétricos em edifícios em regime de propriedade horizontal, em empreendimentos turísticos e infraestruturas turísticas, sociais, recreativas, culturais e desportivas, entre outras, bem como em estabelecimentos e conjuntos comerciais e em parques de estacionamento de acesso público.

E, nesta matéria, fomos mais além do que a realidade do território continental. Ao prever esta rede de carregamentos projetando hoje o futuro que precisamos e no qual verdadeiramente acreditamos. Tudo isto com o objetivo de proporcionar maior conforto e segurança aos utilizadores destes veículos nos vários percursos e itinerários que realizem, satisfazendo as necessidades imediatas e emergentes de carregamento.

Para além dos pontos de carregamento, estão previstos incentivos financeiros, nomeadamente para a aquisição de veículos elétricos e dispositivos de carregamento para aquisição também de veículos elétricos destinados ao transporte coletivo de passageiros para renovação e reconversão de frotas.

Neste último caso, uma nota para o facto de recentemente ter sido aberto um aviso no PO2020, com a dotação de dois milhões de euros, dirigido a empresas de transporte coletivo de passageiros para aquisição de novos veículos pesados de passageiros para transporte urbano, suburbano e interurbano dotados de motores elétricos, mas também estão previstos outros incentivos não financeiros, como fiscais e através da disponibilização de lugares de estacionamento destinados a veículos elétricos em parques de estacionamento de acesso público.

Acresce ainda a adoção de medidas de fomento da mobilidade elétrica na administração pública, bem como no setor público empresarial, através da substituição progressiva da frota de veículos de combustão interna por veículos elétricos. Recentemente o Governo dos Açores divulgou uma circular interna que determina que todos os departamentos governamentais, na renovação das suas frotas automóveis, devem considerar que, pelo menos, um terço deve ser constituído por veículos elétricos.

Outro exemplo recente é o Programa de Apoio à Aquisição de Viaturas pelas IPSS, Solidariedade em Movimento, que determina que, na aquisição de viaturas ligeiras as mesmas devem ser preferencialmente elétricas,

representando um investimento significativo da Região na mobilidade sustentável de base elétrica no setor social.

E porque não basta apenas criar todas estas medidas continuaremos a levar a cabo um conjunto de ações de sensibilização e comunicações com o objetivo de formar e informar a população, e todos os setores de atividade, sobre esta inovadora forma de deslocação, munindo todos os açorianos de conhecimento que contribua para que, em comunidade, se unam esforços para a concretização dos desígnios que elevam os padrões de sustentabilidade dos Açores.

Importa, pois, que todos sejamos conhecedores dos impactos positivos que os veículos elétricos vão trazer ao funcionamento do nosso sistema elétrico, bem como a potencial sinergia com a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis e endógenas, o que com que a mobilidade elétrica seja atualmente um meio mais eficaz para a promoção da sustentabilidade no setor dos transportes terrestres sem recurso a combustíveis fósseis.

Esta estratégia de atuação será acompanhada pela elaboração de instrumentos de planeamento da mobilidade elétrica, de âmbito regional e municipal, que serão alvo de avaliação periódica.

Realce para o PME A, documento estruturante que constitui a base das políticas públicas a implementar nos Açores com vista à disseminação da mobilidade elétrica, tendo como ponto de partida diagnósticos e simulações que viabilizem as opções consolidadas assumidas ao longo do plano.

Nestes termos, a implementação da Mobilidade Elétrica nos Açores será suportada por um programa que visa a concretização de medidas e ações definidas pela estratégia adotada, constituindo-se como um instrumento catalisador da participação de entidades do sistema científico, tecnológico das empresas, da administração pública e da sociedade civil.

É com este empenho e é com esta estratégia que estamos cada vez mais dotados de ferramentas e instrumentos que nos permitirão aplicar soluções ambientalmente sustentáveis.

A iniciativa legislativa que hoje aqui trazemos é um passo firme e necessário para a concretização destes objetivos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa já tem algumas inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Decreto Legislativo Regional que se aprecia visa definir a estratégia para a implementação da mobilidade elétrica nos Açores.

Nela prega-se o desígnio da mobilidade sustentável de base elétrica, sobretudo no sector dos transportes terrestres.

Faz-nos, de certa forma lembrar o conto de Pinóquio, já que há muito que a mobilidade elétrica nos Açores quer sair do papel e transformar-se numa mobilidade de verdade. O Governo Socialista arma-se em “Gepeto”, mas, infelizmente, ao contrário do senhor velhote da história de Pinóquio, não lhe tem sabido dar forma. Nos últimos anos deu-lhe uma cabeça pequena e fez-lhe crescer demasiado as pernas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olha que isso dá direito a protesto!

A Oradora: ... prometendo-lhe a cada nova tentativa de lhe dar forma, que daquela é que é, daquela é que se tornará uma mobilidade de verdade. Mas, entretanto, continua a pobre mobilidade elétrica dos Açores no papel.

Diz-se que a estratégia de implementação da Mobilidade Elétrica nos Açores conta com “um programa robusto de ações e medidas, muitas delas já em curso”.

Numa primeira fase esse programa contará com uma rede de 26 pontos de carregamento de veículos elétricos de acesso público, que abrangerá todas as ilhas e concelhos do arquipélago dos Açores, 10 dos quais fruto de protocolos a estabelecer com as Câmaras Municipais. E serão também “desenvolvidos sistemas de incentivo financeiros e não-financeiros para a aquisição de veículos elétricos em detrimento de veículos com motor de combustão interna...”.

É pelo menos isso que se consegue ler em cerca de duas dezenas de notícias e anúncios que surgem em datas diferentes ao longo dos últimos dois anos, mas que têm praticamente o mesmo conteúdo.

A sorte é que o nariz só cresce nos contos e nas fábulas.

Deputado Francisco César (PS): A sério?!

A Oradora: No conto de Pinóquio, o aventureiro, mas ingénuo boneco de madeira não queria ouvir a voz do bom senso e da consciência que lhe chegava por via da figura do grilo falante.

E o PSD, tal qual a figura do grilo falante, com bom senso e seriedade, já chamou a atenção para a necessidade de uma atuação ...

(Apartes dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... concertada e efetiva em matéria de mobilidade elétrica várias vezes.

Fê-lo aquando da discussão do Plano e Orçamento para 2019, evidenciando que segundo o Relatório de Execução Financeira Anual de 2017, na mobilidade elétrica, um dos grandes pilares estratégicos apregoado continuamente por este Governo, ficaram por executar 250 mil euros, ou seja, a totalidade da dotação.

Mas o PSD/Açores, já antes tinha mostrado a falta de credibilidade deste Governo nesta e noutras matérias.

Relembramos novamente que em janeiro de 2017 ...

Deputado José San-Bento (PS): Quando a senhora era Diretora Regional da Energia é que havia credibilidade!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é um ataque pessoal!

Deputado Francisco César (PS): Não é um ataque pessoal, é político!

Deputado Artur Lima (CSD-PP): É verdade!

Deputado José San-Bento (PS): Nós não fazemos ataques pessoais!

A Oradora: Posso-lhe fazer uma lista!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Relembramos novamente que em janeiro de 2017 a Sra. Secretária da Energia, Ambiente e Turismo, sobre a estratégia para a mobilidade elétrica, anunciava que o Governo iria, nesse ano, criar incentivos de aquisição de viaturas elétricas, transpor legislação nacional sobre a matéria e proceder à “apresentação e discussão do Plano de Mobilidade Elétrica dos Açores”. Em 2017, era nesse anos.

Aliás, numa notícia do telejornal da RTP Açores de 24 de janeiro de 2017, a governante, bem mais exigente, disse que a discussão do Plano de Mobilidade Elétrica dos Açores seria feita no primeiro semestre de 2017.

Dois meses depois, em março de 2017, a Diretora Regional da Energia, na conferência “*Energy and Mobility for Smart Cities*”, garantiu que a mobilidade

elétrica e sustentável seria uma realidade nos Açores naquele ano. Nessa notícia, em que repetiu praticamente todo o discurso de janeiro da Sra. Secretária, deu nota de que o Governo dos Açores estava a implementar “um programa da mobilidade elétrica, inteligente e sustentável: chamado Mob(in)Açores”, que passaria, numa primeira instância, por transpor e adaptar a legislação nacional e “projetar, do ponto de vista **estratégico** e operacional, o programa”. Acrescentou na mesma nota que estavam a ser “desenvolvidos sistemas de incentivo financeiros e não-financeiros para a aquisição de veículos elétricos em detrimento de veículos com motor de combustão interna...”.

Também em março de 2017, em audições nas comissões de Economia e dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho e em abril de 2017, no encerramento do 1.º Encontro com a Eficiência Energética, a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo renovou as “promessas” de aposta em novos modelos de mobilidade, por via da criação de sistemas de incentivos. Tantas promessas e tantos anúncios só em 2017, e o que teve a Região nesse ano ao nível da mobilidade elétrica? **0% de execução!!!**

As mesmas promessas, os mesmos anúncios e a mesma ladainha têm-se repetido várias vezes e continuará, certamente, a repetir-se para dar a ideia de que se está a fazer muito, quando de facto se faz pouco.

Entretanto, os sistemas de incentivos regionais que foram anunciados em 2017, para existir, garantidamente naquele ano, terminado o primeiro semestre de 2019, ainda não viram a luz do dia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Pela proposta de Estratégia que se aprecia, pensaríamos que após a sua apresentação se desenhará um instrumento de planeamento crucial para a sua implementação – falamos do Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores (PMEA). Nada disso!!! O PMEa já existe. É um Plano de Ação já em implementação e cujo horizonte temporal é 2018-2024.

O Governo não sabe talhar e como fada azul do conto de Pinóquio também não tem feito grande trabalho. Tem em si o poder de transformar a mobilidade elétrica dos anúncios e notícias, numa mobilidade elétrica de verdade, mas perde-se em brincadeiras e distrações, tal como fazia Pinóquio a caminho da escola. Além de brincadeiras, Pinóquio também fazia muitas asneiras. Por cá as coisas também não são muito diferentes.

Como se costuma dizer, nunca se começa uma casa pelo telhado. E foi precisamente isso que o Governo fez com a mobilidade elétrica.

Depois de desperdiçar o Plano para a Mobilidade Elétrica dos Açores de 2011, que custou aos cofres da Região mais de 170 mil euros, apresentou no final de 2018 um novo Plano, e fê-lo sem aprender com os erros. Fê-lo antes de definir uma Estratégia, quando o normal seria que primeiro definisse a estratégia e só depois formalizasse a forma de operacionalizar ou concretizar.

No enredo ficcional do conto de Pinóquio houve os que se transformaram em jumentos por se portarem mal e por não aprenderem com os erros.

Por cá, temos mais de 22 anos de Governação Socialista e como diz o ditado **burro velho não aprende letras**.

Deputado João Paulo Ávila (PS): A senhora fez parte!

Deputado Francisco César (PS): É preciso ter lata!

A Oradora: De certo forma, também contamos com a nossa versão dessa parte do enredo de Pinóquio.

Quanto à Estratégia que se aprecia, pese embora tenham sido solicitados esclarecimentos em sede de Comissão sobre a mesma, a falta de resposta deixa-nos sem perceber a diferença entre instrumentos de concretização e instrumentos de planeamento.

De uma análise que nem precisa de ser muito detalhada ou exaustiva torna-se evidente que em muitos aspetos não há coerência entre o Plano para a Mobilidade elétrica nos Açores e a Estratégia que se aprecia. Desde logo no

próprio nome do Plano para a Mobilidade Elétrica dos Açores que ocorre de forma diferente na Estratégia.

Depois, na sua essência, que ora parece ser um instrumento de concretização, conforme surge no cabeçalho do próprio documento onde se lê “Plano de Ação 2018-2024”, ora surge como um instrumento de planeamento, conforme se lê no artigo 6.º da proposta de diploma que se aprecia, ou mesmo como um guia para a implementação para a mobilidade elétrica nos Açores, ou seja, como uma estratégia, conforme se verifica no próprio documento. Ou seja, uma autêntica confusão!!! Uma autêntica trapalhada!!!

Deputado Francisco César (PS): A gente já se perdeu na sua intervenção!

A Oradora: Nem sequer existe articulação perfeita entre os objetivos estratégicos presentes no PME A e na Estratégia para a Implementação da Mobilidade Elétrica nos Açores.

No que concerne os Planos de Mobilidade Elétrica Municipais, apesar de se falar na articulação com as autarquias nesta matéria, pasmem-se todos! - a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores é contra estes planos.

Quanto ao Programa Mob(in)Açores, de que tanto se falou e que surgiu a cada novo Plano e Orçamento desde 2016, ainda não o conhecemos, não sabemos o que é, não sabemos o que será, e caso venha a existir, nem sabemos onde se enquadra nesta Estratégia.

O resultado parece-nos claro e evidente. É quase certo que este novo PME A será mais um Plano de Gaveta semelhante ao de 2011!

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):
Aos seus talvez!

A Oradora: Por sua vez a pobre mobilidade elétrica nos Açores continuará a não ser o que deveria ser, ou seja, uma estratégia concretizável e a concretizar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Segundo a própria Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, em esclarecimentos sobre esta Estratégia, o Governo prevê um “conjunto de medidas de discriminação positiva para os utilizadores dos veículos elétricos...” “...com vista à massificação da sua utilização”.

Por seu lado, o documento interno que se apresentou publicamente em outubro de 2018 como sendo o “ponto de partida para a reflexão” para aquela que será a Estratégia Açoriana para a Energia 2030, refere o advento do armazenamento pela utilização de veículos elétricos.

Nele surge uma perspetiva de futuro com a introdução em massa de um tipo de automóvel que deixará de assumir uma função única de locomoção e passará a ser também uma forma de armazenamento de energia. Trata-se de um cenário em que o utilizador passa a ser um *trader* de energia, devolvendo a energia elétrica do seu veículo à rede. No entanto, não é este tipo de veículo que se utiliza em termos comparativos no PME A.

No que se refere à sensibilização dos consumidores para os benefícios associados à aquisição de Veículos Elétricos, parece-nos estranha a análise comparativa que surge no PME A com os veículos a gasóleo e a gasolina para operadores de rent a car, cuja constatação é, conforme se pode ler na sua página 60, que “no final de 5 anos, a alternativa menos rentável para a rent a car é o Veículo Elétrico”. Neste caso, mesmo considerando um incentivo de 2.250 euros atribuído pelo Fundo Ambiental para a aquisição do Veículo Elétrico, o seu custo de aquisição continua a ser demasiado penalizador. Não somos nós que o dizemos, está lá no PME A.

Deputado João Paulo Ávila (PS): O Governo é que tem culpa!

A Oradora: A mensagem que se passa no PME A é que não compensa a aquisição do veículos elétrico.

Com este tipo de ‘des-sensibilização’ dificilmente o objetivo de massificação dos Veículo Elétrico será uma realidade conforme prega este Governo Regional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este Partido Socialista que aqui vem advogar a importância da mobilidade elétrica, foi o mesmo que em sede de Comissão votou isolado **contra** a proposta do PSD/Açores para realização de uma audição à MOBI.E, S.A., empresa pública que assegura a gestão dos fluxos energéticos e financeiros resultantes das operações da rede de mobilidade elétrica em Portugal e que está presente em mais de 50 municípios de Portugal Continental e da Região Autónoma da Madeira e conta com mais de 1.250 pontos de carregamento.

Em concreto, por esclarecer ficaram aspetos sobre as fragilidades da rede de carregamento, sendo de notar que entre abril de 2018 e março de 2019, as queixas relativas a postos de carregamento dispararam 266%, relativamente ao período homólogo.

O Portal da Queixa constatou que a indisponibilidade dos postos de carregamento e as avarias constantes dos equipamentos são os principais motivos das reclamações apresentadas contra a MOBI.E.

Sobre a análise das reclamações efetuada pelo Portal da Queixa, denunciou-se “o total abandono no apoio” por parte da MOBI.E e não conseguimos esclarecer qualquer tipo de dúvida sobre esta falta de apoio, porque o Partido Socialista simplesmente entendeu que não era conveniente.

Por cá apenas se sabe que será indicada pelo membro do Governo Regional com competência em matéria de energia uma entidade gestora. Quando ou qual a entidade são questões que ficam por responder.

Esta forma de atuar, denuncia de forma inequívoca a falta de credibilidade destes documentos e da real vontade deste Governo de vir a ter a mobilidade elétrica como uma verdadeira opção estratégica e enquanto meio eficaz de

promoção da sustentabilidade no sector dos transportes terrestres, sem recurso a combustíveis fósseis e promovendo a melhoria da qualidade ambiental.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A falta de credibilidade, a falta de coerência e até de sentido de oportunidade desta Estratégia são aspetos que pesam demasiado.

Não podemos esquecer de forma alguma que as opções estratégicas e políticas em matéria de mobilidade elétrica já constam do Plano para a Mobilidade Elétrica dos Açores. Novas opções estratégicas e novas diretrizes de atuação constarão, certamente, daquela que será a Estratégia Açoriana para a Energia 2030 e, portanto, não se alcança de todo o objetivo desta Estratégia, porque ela simplesmente não vem acrescentar nada.

Deputado João Paulo Ávila (PS): É preciso ter lata!

A Oradora: O que consideramos estar em falta é a adaptação à Região, como já fez a Madeira, do Regime Jurídico da Mobilidade Elétrica, de forma a organizar e a estabelecer as regras de acesso e exercício das várias atividades relativas à mobilidade elétrica, incluindo as da regulação de incentivos regionais à utilização de veículos elétricos.

Era esse o passo a dar nesta altura. É por essa razão que o PSD/Açores se irá abster em relação ao presente diploma.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CSD-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As alterações climáticas são de facto um dos principais desafios com que a humanidade se debate, todos nós sabemos isto, e de facto numa Região pequena e que possa contribuir pouco para os efeitos das alterações climáticas, isso não significa necessariamente que não seja afetada gravemente pelos seus efeitos.

Aliás, as ilhas mais remotas e mais pequenas são recorrentemente vistas pelos especialistas como muito vulneráveis a estes efeitos das alterações climáticas globais, por isso mesmo este tema tem sido acompanhado nas nossas ilhas de uma forma muito próxima pelo CDS nos últimos tempos e eu recordo que já em 2014 o CDS apresentou nesta Casa um projeto de resolução com um conjunto de medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas e que foi aprovado por unanimidade. Como tal, no nosso entender todos os instrumentos e todos os mecanismos que possam permitir a redução do nosso consumo, da nossa dependência dos combustíveis fósseis e reduzir também as nossas emissões de gases com efeito estufa serão sempre uma mais valia importante para a Região e daí que o CDS tenha de facto apresentado este projeto de resolução e que queira também fazer parte e dar um contributo para a mitigação deste problema.

Naturalmente, quer isto dizer que o CDS concorda com a implementação de uma estratégia para a implementação de mobilidade elétrica. O nosso problema e o que nós entendemos é que se começou de facto a casa pelo telhado, inverteu-se aqui a lógica dos processos, ou seja, o que entendemos é que se devia primeiro ter aprovado uma estratégia para a implementação de mobilidade elétrica e depois, de acordo com essa estratégia, seria traçado um plano para a sua implementação e não foi assim que aconteceu.

Isso foi respeitado, por exemplo, na Estratégia Regional para a Adaptação às Alterações Climáticas, em que primeiro se desenvolveu a estratégia e depois se desenvolveu o plano, neste caso isso não se verificou. Primeiro, implementa-se o Plano de Mobilidade Elétrica nos Açores que vigora entre 2018 e 2024 e só

depois é que se vem aqui aprovar a estratégia, ou seja, em vez de nós termos um plano que se enquadra na estratégia definida, temos aqui uma estratégia que se contorce para ver o que está no plano.

No nosso entender isto de facto não faz sentido e, portanto, é a primeira questão que nós colocamos: porque é que foi tomada esta opção e porque é que foi implementado um plano antes de se ter uma estratégia desenvolvida?

Por outro lado, até se no entender do Governo continua a fazer sentido aprovar uma estratégia depois de ter um plano implementado? O que é que acrescenta?

E também em relação aos planos de mobilidade municipais nós queríamos saber se todos os municípios foram consultados, uma vez que esta é uma responsabilidade deles, até porque ouvido em sede de comissão o senhor representante da Associação de Municípios diz que tem muitas dúvidas em relação à capacidade de todos os municípios de implementarem com eficiência um plano de mobilidade elétrica.

Deputado Artur Lima (CSD-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: E depois também porque o senhor representante da AMRAA diz que muitas dessas medidas podia ser concretizadas no próprio PDM de cada município.

Há ainda uma outra questão que no nosso entender é, se calhar, a mais importante e que tem a ver com a especificidade focada na alínea a), do artigo 4.º, ou seja, o nosso sistema elétrico regional está repartido por nove sistemas isolados, ou seja, não permite que sejam interligados e que haja transferência de energia entre eles.

Deputado Artur Lima (CSD-PP): Muito bem! Que lição!

O Orador: Ora, para o CDS vantagem e a pertinência desta estratégia seria nós podermos aproveitar o excedente de energia produzida pelas energias renováveis, nomeadamente em períodos de vazio, portanto, não havendo a possibilidade de transferir essa energia, resta armazená-la, daí que nós ficamos

com algumas dúvidas, porque o nosso problema é o seguinte: ainda recentemente foi noticiado pela EDA que a empresa vai investir num sistema de armazenamento de energia por baterias que permite atingir os 67% de penetração de renováveis em 2024.

Deputado Artur Lima (CSD-PP): Muito bem!

O Orador: Ótimo! Nós consideramos isso muito bom.

O nosso problema é que em 2012 também podíamos ver na comunicação social que a ilha Terceira e São Miguel ...

Deputado Artur Lima (CSD-PP): Era aquela senhora!

O Orador: ... iriam ter centrais hídricas reversíveis, com um projeto no valor de 80 milhões de euros.

Depois, também víamos em 2013 que a EDA iria construir uma central, já estava definido que era na Lagoa das Furnas ...

Deputado Francisco César (PS): Quem era diretora regional?

O Orador: ... para armazenar energia. Não a vemos.

Depois, também em 2016 já estava definido que na Terceira seria na Serra do Morião, um projeto no valor de 20 milhões de euros.

O certo é que passados todos estes anos e após muitas ilusões estes projetos foram completamente abandonados. Portanto, o que nós queremos saber é efetivamente quais são as garantias que a Sra. Secretária tem de que a EDA, enquanto empresa maioritariamente pública, irá avançar com estas soluções e também quais são as restantes soluções para as outras ilhas, porque não sendo possível interligar estes sistemas elétricos é preciso saber o que é que se vai fazer nas restantes ilhas.

Aliás, tanto assim era que o próprio PREIT anunciava a antecipação deste projeto da central hídrica reversível da Terceira como forma também de combater o downsizing da Base das Lajes.

Portanto, as dúvidas são: quais são as garantias de que a EDA vai avançar com este projeto, quais são as soluções que estão a ser previstas para as restantes ilhas e, por fim, também questionava em relação ao n.º 3, do artigo 9.º em que âmbito é que poderão vir a ser aplicadas coordenações e coimas. Gostava que nos desse alguns exemplos, porque eu não consigo ... Contraordenações e coimas em que âmbito é que podem aplicadas, não consigo antever nenhuns exemplos. Portanto, gostaria que nos desse alguns exemplos.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CSD-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Gostaria de começar esta intervenção, em primeiro lugar por dizer à Sra. Deputada Catarina Chamacame, do PSD, que de facto vou-me abster de qualificar a sua intervenção e a forma como se dirigiu a alguns dos intervenientes, nomeadamente ao Governo Regional ao longo destes últimos anos na questão da mobilidade elétrica, mas também nas questões relacionadas com a energia.

A senhora há de ficar com o seu conto de fadas, ...

Deputada Graça Silveira (CSD-PP): Aquilo não era um conto de fadas!

O Orador: ... há de continuar a falar e a falar, enquanto que outros intervenientes nesta Região Autónoma dos Açores continuarão a concretizar, a implementar medidas que melhorem a qualidade de vida dos açorianos, dos Açores e o desenvolvimento sustentável da nossa Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Estamos aqui para responder aos açorianos se deve ou não o Governo adaptar à Região o regime jurídico da mobilidade elétrica de forma a que possa operacionalizar e implementar corretamente a mobilidade elétrica na Região Autónoma dos Açores e que cumpra os vários objetivos a que propõe, ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Quais são? De forma séria e coerente, não é dessa forma!

O Orador: ... se deve ou não o Governo apostar na mobilidade elétrica para garantir o desenvolvimento sustentável da nossa Região, o acesso universal em condições de igualdade a todos os cidadãos, a todas as empresas e ademais organizações, se deve o Governo apostar ou não em criar condições em todas as ilhas e em todos os concelhos ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Deve, mas não é dessa forma!

O Orador: ... para que possa haver uma efetiva aposta por parte não só dos particulares, mas também dos empresários, da competitividade da nossa economia neste tipo de mobilidade ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... que na nossa ótica faz, como é óbvio, todo o sentido e salutamos também o Grupo Parlamentar do CDS nesta visão regional que tem sobre a mobilidade elétrica, de concordar com a mobilidade elétrica, ao contrário, por exemplo, de um autarca seu que optou claramente por um veículo de alta gama de combustão a fosseis face a uma aquisição de um veículo elétrico, contrapondo com uma posição e uma postura responsável do Governo Regional que tem apostado na mobilidade elétrica e na aquisição de veículos elétricos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Dito isto, de facto também é impressionante como se diz que o Governo não faz nada, mas depois durante o discurso todo só fala exatamente daquilo que o Governo já está a fazer: já fez um plano de mobilidade elétrica, já lançou concurso para os postos de carregamento, já está a dizer quais são os sistemas de incentivos que se podem concorrer através do Competir+, através do Fundo Ambiental, ...

Deputado Francisco César (PS): Isso é que é falar!

O Orador: ... quer dizer, não existe nada na Região Autónoma dos Açores, mas depois passamos 10 minutos a falar daquilo que o Governo está a fazer e está a realizar na Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, para o Partido Socialista, como é óbvio, é prioritária esta opção para reduzir a dependência energética da Região Autónoma dos Açores, para contribuir para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, para apostar na produção do consumo de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, para promover a eficiência energética e apoiar a mobilidade sustentável, eletrificando o sistema de transportes; também para sensibilizar a sociedade civil e aqui é preciso dizer - e também nós todos agentes políticos - aos açorianos que os Açores têm as condições ideais para a aplicação da mobilidade elétrica, ao contrário do que ainda algumas pessoas querem fazer passar para os açorianos, os Açores têm percursos diários pequenos, o que faz com que os veículos elétricos sejam ideais para a sua utilização, e de forma muito cómoda, mesmo até sem os postos de carregamento públicos e de acesso rápido podem conseguir fazer a sua vida normal, fazer os seus percursos

diários, voltar à sua casa e carregar durante a noite e contribuir assim também para o desenvolvimento sustentável da nossa Região.

Temos também outro objetivo que é reduzir a fatura energética das famílias, das empresas e aumentar a competitividade da nossa economia. É por isso que, após aquilo que foi delineado como estratégia pelo Governo ao longo destes últimos anos temos já um Plano de Mobilidade Elétrica e agora temos um regime jurídico que vai permitir ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Qual regime jurídico? Tenha dó!

O Orador: ... a criação de incentivos, vai permitir que depois o Governo Regional possa prosseguir estas mesmas políticas com decretos regulamentares, com portarias e, por essa via, implementar tudo aquilo que pretende e que já está também previsto no Plano da Mobilidade Elétrica. É neste sentido que este diploma aqui em discussão implementa a rede de carregamentos de acesso público, em todas as ilhas e em todos os concelhos, que implementa os carregamentos para os veículos elétricos sujeitos a licenciamento na propriedade horizontal, nos empreendimentos turísticos, nas infraestruturas turísticas, sociais, recreativas, culturais e desportivas, nos estabelecimentos e conjuntos comerciais, nos parques de estacionamento de acesso público, garantindo assim uma rede vasta por todas as nossas ilhas, por todos os nossos concelhos que garantam segurança a quem aposta nos veículos elétricos.

Vai permitir também implementar os incentivos, sejam os financeiros e não financeiros; vai permitir implementar o fomento da mobilidade elétrica na administração pública; vai promover a mobilidade elétrica na sociedade civil e isto tudo também com a definição de dois instrumentos de planeamento: o Plano de Mobilidade Elétrica dos Açores, que a Sra. Deputada e também a Sra. Secretária fizeram referência, já foi discutido publicamente, já teve a sua fase de discussão e agora, após a implementação também deste decreto legislativo

regional, poderá depois ser aprovado e implementado como esperamos todos, para bem dos Açores.

Relativamente aos planos de mobilidade elétrica dos municípios, de facto aquilo que foi dito pela AMRAA foi que concorda com este diploma, concorda com a aplicação da mobilidade elétrica, simplesmente tinha dúvidas se em alguns municípios de menor dimensão havia a necessidade ou não de criar um plano especificamente para a mobilidade elétrica.

Nesse sentido, e discordando enquanto arquiteto e enquanto pessoa que também trabalhou com instrumentos de ordenamento de território, não concordo muito uma parte da posição que a AMRAA teve na comissão. Acho que os Planos Diretores Municipais devem ter lá as infraestruturas e a rede de infraestruturas deve estar lá definidas, mas é um plano essencialmente para o ordenamento do território, onde classifica solo urbano e o solo rural e é claramente direcionado, sim, para a parte construtiva e não para a mobilidade.

Acho eu que o caminho que os municípios têm de fazer é ter planos de mobilidade, planos de mobilidade que possam ter todos os tipos de mobilidade (mobilidade pedonal, mobilidade viária) onde tem também aqui inseridas estratégias da mobilidade elétrica. É pelo menos a minha visão sobre este assunto.

Finalizando esta minha primeira intervenção, estamos aqui perante algo muito simples: o Governo Regional cumpre com mais um compromisso eleitoral que assumiu para com os Açorianos; o Governo Regional cumpre com o seu Programa de Governo; o Governo Regional cumpre com os anúncios que a Sra. Deputada ali elencou, estamos a cumprir para com os Açorianos e para garantir às gerações futuras um desenvolvimento mais sustentável da nossa Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais:

Nós, Bloco de Esquerda, sentimo-nos de alguma forma impelidos a concordar com pelo menos uma das críticas enunciadas daquela bancada por parte da Sra. Deputada Catarina Furtado ...

Deputado Artur Lima (CSD-PP): Ex-diretora regional!

O Orador: ... e que tem a ver um pouco com a confusão conceptual à volta do que é um plano, do que é uma estratégia, o que deve vir primeiro se a estratégia, se o plano.

Por isso, e devo desde já anunciar que o nosso voto depende da resposta a duas questões que vamos colocar ao longo da minha intervenção, começando pela confusão conceptual.

Ora, estratégia normalmente não é mais do que uma ideia geral do que se pretende para o futuro (e quando digo futuro, para o cumprimento de um objetivo); por planeamento entende-se já algo mais concreto, mais específico, até mesmo com algum, senão bastante, fundamento analítico, metodologias específicas e até mesmo deverá considerar a realização de projetos.

Queremos que esta proposta que estamos hoje a debater e que será votada cumpra naquilo a que diz respeito a uma estratégia. Cumpra! É de facto um conjunto de ideias gerais. O problema está (tal como disse a Sra. Deputada

Catarina Furtado) que primeiro surgiu plano, o Plano de Mobilidade Elétrica dos Açores, e agora surge a estratégia.

Não tem que ser também pela ordem que enunciei primeiro, ou seja, também não tem que ser primeiro a estratégia e o plano. Hoje em dia até se fazem planeamentos estratégicos, também é verdade, e junta-se uma coisa à outra, mas não deixa de ser estranho, porque continuamos a assistir a um primeiro surgimento de um plano e só depois de uma estratégia e tal como disse, como plano (aquilo que estamos hoje a debater) cumpre.

Agora o primeiro desafio que eu lanço à Sra. Secretária é se depois de termos a estratégia, se esta proposta vier a ser aprovada, se teremos um novo plano ou se esta estratégia não é mais do que a conformação de um plano? Portanto, se assim for também parece-me que não estamos a ir pelo caminho correto. Por isso, repito a questão que já coloquei: depois de termos aprovada esta estratégia, teremos um novo plano?

Nós achamos (e penso que isso é partilhado por todos os Srs. e Sras. Deputadas) que no que diz respeito à mobilidade elétrica nós devemos ter um objetivo estratégico que penso que é partilhado por todos nós, que é da redução de emissões com gases estufa e o aquecimento global, aliás, preocupações já reveladas ali pelo Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Artur Lima (CSD-PP): Desde 2014!

O Orador: Essa é uma preocupação, aliás, que consta de uma das conclusões da Cimeira do Clima de Paris e passo a citar “redução drástica das emissões de gases com efeito estufa através de medidas de poupança de energia e de investimento em energias renováveis” e essa é uma conclusão com a qual todos nós de certeza concordamos e a estratégia que estamos agora a discutir é consonante com este grande objetivo.

Existem vários meios para lá chegar, alguns deles estão previstos na estratégia que estamos agora a debater, outros estão até mesmo incluídos no Plano para Mobilidade Elétrica dos Açores.

Primeiro deles: a utilização de meios de transporte menos poluentes e aqui podemos incluir os veículos elétricos. Existem outras energias capazes de mover veículos, mas a principal, aquela que tem tido maior relevância e até maior progressão tem sido os veículos elétricos.

Há outra modalidade que não tem necessariamente que implicar ou implica necessariamente a adoção da energia elétrica ou de outras energias renováveis. Há outras mudanças de comportamento que também são importantes no que diz respeito à mobilidade e refiro-me, por exemplo, à partilha de meios de transportes que aliás está prevista no Plano para a Mobilidade Elétrica dos Açores.

Agora, existem outros meios que deviam ser incrementados na Região e que infelizmente há uma certa resistência em mudar a forma como esses meios são perspectivados e refiro-me aqui e principalmente ao transporte público coletivo.

É necessário, antes sequer de pensar em termos uma frota movida a energia elétrica, antes disso – sem que isso deixe de ser importante – que o transporte público coletivo se torne mais atrativo. E como é que se consegue isso?

Através da promoção de um maior número de carreiras, com maior regularidade, com tarifas reduzidas e até adotar um sistema de tarifas planas por zona e não por trajeto, ao contrário do que foi assumido pela Sra. Secretária dos Transportes em resposta a um requerimento do Bloco de Esquerda, em que descartou por completo a possibilidade de pelo menos em algumas ilhas nós termos a prática de em vez termos transportes coletivos terrestre por zona continuamos a ter por trajeto. Isso limita e muito a mobilidade das pessoas e principalmente das pessoas que queiram utilizar o transporte coletivo terrestre.

Depois também é necessário continuar a investir na intermodalidade, aliás, uma promessa antiga que faz parte do famoso Plano Integrado de Transportes e a combinação entre aquelas que são carreiras interurbanas e carreiras urbanas e quando digo aqui urbanas são essencialmente os minibus que existem em algumas cidades da nossa Região, como Ponta Delgada, Praia da Vitória (quer dizer, Praia da Vitória já não tem sequer), Angra do Heroísmo e a cidade da Horta ...

Deputado Artur Lima (CSD-PP): Praia tem minibus!

O Orador: Eu penso que já não tem.

... e sem esquecer um incentivo à utilização da bicicleta, seja ela a clássica bicicleta a pedal, seja a bicicleta elétrica. Aqui surge a segunda questão que vou colocar à Sra. Secretária e que tem a ver com o PIT e coloco essa questão à Sra. Secretária dos Transportes. Como nós estamos a falar de mobilidade também parece-me que seria razoável, depois de vermos aprovada esta proposta, que se fizesse uma revisão do Plano Integrado de Transportes. Ela já se impõe por outras razões, mas também por esta, porquê?

Porque o PIT privilegia essencialmente o automóvel particular, o táxi, ...

Deputada Graça Silveira (CSD-PP): É verdade, sim senhor!

Deputado José San-Bento (PS): E as trotinetes?

O Orador: ... o automóvel de aluguer sem condutor no que toca aos transportes terrestres e não privilegia o transporte coletivo terrestres.

Aliás, no próprio PMEA, no Plano para a Mobilidade Elétrica dos Açores, há uma incoerência no que diz respeito aos veículos elétricos. Quando se fala na possibilidade de renovarmos a frota de transporte coletivo terrestre (e aqui quando se fala em renovar é de convertê-la numa frota elétrica) aí a orografia das nossas ilhas não se adequa a esse tipo de mudança, mas já no que diz respeito ao automóvel particular a orografia já não é um problema. Portanto, decidam-se!

Eu penso que não é por andarmos de autocarro que de repente a orografia é um problema e deixa de ser um problema quando andamos de automóvel particular. Se formos, apesar de tudo, somente ao automóvel particular vemos que a adesão a viaturas particulares é ainda reduzida atualmente. Aliás, isso foram dados adiantados pela Sra. Secretária Regional da Energia em comissão que nos disse que até ao final de 2018 foram transacionados na Região 148 veículos elétricos, sendo entre os quais 85 ligeiros e 63 comerciais.

Ora, este é o cenário atual. Se formos ver ao PME A qual será a projeção para o futuro, o PME A faz pelo menos três tipos de projeção para o futuro: uma projeção realista, uma digamos que mais pessimista, mais recuada e outra mais otimista. Eu vou utilizar dados que são do cenário otimista: de acordo com a projeção para o futuro de um cenário otimista, a Região terá em 2024 4.324 veículos; se formos a considerar o parque automóvel atual na Região nós temos 117.600 veículos. Ora, se considerarmos os dados projetados para 2024 e considerarmos aquele que é o nosso parque automóvel atual em 2024 teremos 3,67% de automóveis elétricos no total do parque automóvel.

Ora, mas esse valor ainda poderá ser menor, isto porquê?

Porque seria desejável (e penso que todos nós partilhamos dessa preocupação) que no futuro, em 2024, a tendência seria de termos ainda menos parque automóvel, termos menos automóveis particulares. Devíamo-nos dirigir para isso, porquê?

Porque temos que incrementar a utilização do transporte público terrestre. Tão simples quanto isso. Portanto, as pessoas deveriam sentir cada vez menos necessidade de comprarem um automóvel particular e comprando um automóvel particular, comprariam preferencialmente um elétrico. Portanto, se a tendência seria reduzir o parque automóvel particular então aumentaria o peso relativo do peso dos veículos elétricos e investir, isso seria importante, muito

fortemente no transporte coletivo terrestre, atrativo para o utilizador e movido, já agora, também a eletricidade.

Aliás, também os dados do PME A quanto ao futuro cenário ou futuros cenários quanto à conversão da frota de transporte coletivo terrestre numa frota movida a energia elétrica, também são projeções muito conservadoras. Aliás, na consulta pública ao PME A só participou uma organização independente e não se registaram quaisquer contributos referentes aos veículos elétricos e quando digo veículos elétricos refiro-me especialmente e em particular ao transporte coletivo de passageiros.

Aliás, recordo aquelas que foram alegações feitas por um responsável por uma empresa concessionária de transporte coletivo terrestre não a propósito do Plano de Mobilidade Elétrica dos Açores, nem a propósito deste diploma que estamos agora a discutir, mas a meio da audição o próprio responsável queixou-se que não tinha neste novo quadro comunitário de apoio acesso a incentivos para renovar a frota e alguém que eu não consigo agora precisar do Grupo Parlamentar do Partido Socialista referiu e com razão que existem incentivos para a renovação da frota, mas só se for uma renovação da frota que implica a aquisição de autocarros elétricos. Ora, mas há um desconhecimento total aparentemente, porque nem o próprio responsável por esta empresa concessionária conhecia esses incentivos ...

Deputado Carlos Silva (PS): Foi aprovado recentemente!

O Orador: ... e, portanto, é importantíssimo que também as empresas concessionárias tenham acesso não só ao financiamento, mas que conheçam estas formas de financiamento.

Portanto, a nossa posição depende das respostas quer da Sra. Secretária Regional da Energia, quer da Sra. Secretária Regional dos Transportes.

Quanto à Sra. Secretária Regional da Energia gostaríamos de saber se depois de termos esta estratégia, se vamos ter um plano que se adegue a esta estratégia;

quanto à Sra. Secretária Regional dos Transportes, dada esta nova estratégia para a mobilidade elétrica isso terá que se refletir necessariamente no Plano Integrado de Transportes e além disso o Plano Integrado de Transportes também terá de considerar todos os esforços que serão feitos para a redução da emissão de gases com efeito estufa.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Eu ia pedir-lhe para terminar, terminou e esgotou o seu tempo com a intervenção.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 37 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 05 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Jorge Jorge substituiu o Deputado Marco Costa na Mesa)

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Começando pelas questões (não sei se chame exatamente assim) colocadas no discurso da Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado ou do PSD – às vezes confesso que tenho dúvidas se são os mesmos – com a sua deselegância

habitual, enorme falta de sentido de onde se encontra e do que representa, sempre com histórias latentes, porventura mal resolvidas, o mesmo de sempre. Desta vez com duas novidades: o anúncio do sentido de voto prévio, desrespeitando a importância do debate nesta Casa, que efetivamente nunca deu sinais de perceber muito bem; e depois a introdução do humor literário. Neste aspeto, embora seja tentada a perguntar aqui quem é o grilo falante, reconheço que há quem nesta Casa tome esta matéria de forma muito mais elegante.

Quanto às questões críticas mais palpáveis, há de facto aqui uma confusão permanente entre instrumentos. Não sei se esta confusão é propositada, ou se é genuína dificuldade em perceber. Efetivamente uma estratégia que se reflete no DLR que hoje estamos aqui a debater e que de facto é um documento estratégico, plasmado em DLR precisamente pela sua relevância, para reforçar a dignidade, a importância jurídica deste projeto, concretizando uma política e orientações do Governo para a mobilidade elétrica dos Açores. Inclui fundamentos políticos que dão corpo a esta iniciativa, nomeadamente os seus princípios, as suas prioridades estratégicas, as nossas especificidades e os mecanismos claro para a sua implementação enquanto instrumentos de concretização e planeamento.

No que diz respeito a instrumentos de planeamento naturalmente que entra aqui o PME A. PME A que tem vindo a ser discutido, foi recuperado um documento que existia anteriormente, que foi revisto, que esteve já em discussão pública e que se encontra neste momento, face aos contributos recebidos, em condições de ser aprovado pelo Conselho de Governo e que, portanto, não pode e nem deve estar aqui em discussão, porque ele precisamente não está ainda aprovado. Ele tem prevista uma abrangência até 2024 e naturalmente como plano que contem um conjunto de medidas e ações pode e deve ser revisto à medida da evolução da realidade, naturalmente, que nos rodeia. Penso que desta forma também respondi à pergunta colocada pelo Sr. Deputado do Bloco de Esquerda.

Relativamente à questão da AMRAA, é de facto errado, é mentira dizer que a AMRAA é contra os planos municipais. Não foi isso que disse.

Naturalmente que ouvimos a AMRAA para a elaboração deste diploma quer através de pronúncia escrita, quer em reuniões subsequentes, sendo que a preocupação de facto neste diploma é que esta entidade possa ter uma participação e que é natural no âmbito da regulamentação própria que faremos de seguida nas várias matérias que este diploma chapéu representa.

Sobre o funcionamento da comissão e sobre o facto de ter sido ou não ouvida a MOBI.E lamentamos que isto seja trazido para este fórum, pois será naturalmente um assunto de discussão dentro da própria comissão.

Relativamente às referências sobre a prática da Região Autónoma da Madeira a Sra. Deputada saberá que o regime jurídico já se aplica às regiões autónomas e não carece de adaptação a não ser que algumas especificidades, como acontece connosco neste caso, sejam importantes definir para a Região alguma diferença. No que diz respeito às questões colocadas pelo Sr. Deputado Alonso Miguel, tendo já respondido às questões do PME A que se trabalhou em paralelo com este diploma estratégico e também sobre as questões dos planos de mobilidade municipais se todos foram ouvidos, a resposta é aquela que dei há pouco. Nós ouvimos a AMRAA naturalmente que concordou com esta abordagem, sendo certo que aqui também é importante relevar que a Direção Regional de Energia está totalmente disponível para colaborar com os municípios na elaboração dos seus planos e que o que está aqui em causa não é nenhum documento extenso, estratégico, é simplesmente a corporização da estratégia municipal nesta matéria.

Sobre a concretização de medidas de mobilidade elétrica em planos diretores municipais, tal como o PS já há pouco se manifestou, não vemos como tal possa ser possível. Um PDM é um instrumento de gestão territorial que não se coaduna, não incorpora este tipo de medidas.

Relativamente às questões do excedente de energia, pois sim, este projeto de mobilidade elétrica é um projeto extraordinário para conseguir durante a noite, durante os períodos de vazio, arrecadar energia que de outra forma não seria utilizada. Portanto, ele por si só já responde a esta matéria.

No que diz respeito aos investimentos do Grupo EDA sobre armazenamento e sobre aquilo que foi anunciado o que se pretende é reforçar ainda mais a utilização de energia renovável que sendo ela muitas vezes produzida durante o período noturno acaba por não ter utilização.

Naturalmente que aquilo que foi anunciado pela EDA, quer para a Terceira, que é aquilo que consta do seu plano estratégico, é obviamente para ser implementado e quanto a isso penso que é escusado a Secretária reforçar naturalmente o plano que é público e que foi aprovado.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida.

Em primeiro lugar, ficou por esclarecer uma questão que lhe coloquei acerca da aplicação de contraordenações e coimas, em que é que se aplicam. Nós não vemos qual é que é o âmbito da aplicação destas contraordenações e destas coimas. Queria dois ou três exemplos onde isso fosse possível, o que é que pode ficar em incumprimento que seja merecedor de uma coima ou de uma contraordenação e depois também fazer algumas referências àquilo que a Sra. Secretária disse.

Em relação ao PME A se foi trabalhado em conjunto parece-me que o lógico é fazer uma estratégica e depois dessa estratégia implementar um plano. Em conjunto tenho algumas dúvidas.

A Sra. Secretária diz que ainda não está aprovado. Mais uma vez é um plano que vigora entre 2018 e 2024 que em meados de 2019 ainda não está aprovado. Portanto, eu não entendo como é que um plano que tem um horizonte de 2018-2024 em meados de 2019 ainda não está aprovado e por aqui também se vê a dignidade que está a ser dada a esse plano.

Em relação à AMRAA certamente que o senhor representante da AMRAA terá dito que genericamente concorda com o diploma, mas também terá dito que não vê que muitos municípios tenham capacidade de implementar com eficiência estes planos.

Em relação ao PDM essa é uma afirmação do senhor representante da AMRAA. A pergunta que lhe coloquei era se os municípios estão dispostos, se querem e se concordam com a implementação destes planos municipais que é uma coisa distinta, se há de facto vontade por parte dos municípios.

Em relação às garantias. Sra. Secretária, porque é que importante que uma Secretária reforce aquilo que foi dito?

Por aquilo que já lhe expliquei. Em 2012 também tínhamos duas centrais hídricas reversíveis, uma na Terceira e uma em São Miguel. Em 2013 já tinha escolhido a localização para São Miguel. Em 2016 estava escolhida a localização para a Terceira e de repente, de um momento para o outro, sem que nada o fizesse antever os projetos são abandonados, portanto, o que eu gostaria de saber é qual é que a probabilidade deste projeto das baterias também ser abandonado na Terceira, porque quando a Sra. Secretária reforça e diz que vai ser implementado, bom, eu fico mais descansado, porque há aqui uma confirmação do Governo de que uma empresa maioritariamente pública irá levar a cabo um determinado projeto.

Também deixava uma última salvaguarda.

É preciso saber quais são os projetos que há para as outras ilhas, porque a viabilidade desta estratégia depende de haver capacidade de armazenamento de energia excendentária e haver uma solução para a Terceira não permite armazenar a energia produzida nas outras ilhas.

Deputado Carlos Silva (PS): Os sistemas são isolados!

O Orador: A pergunta é o que é que está previsto para as restantes ilhas.

E também ainda dizer-lhe que no nosso entender o sucesso desta estratégia dependerá muito dos incentivos a conceder obviamente no âmbito da regulamentação própria prevista no n.º 8, do artigo 5.º.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):**

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão das coimas existem várias questões no diploma que naturalmente não cumpridas podem dar origem às mesmas, desde logo a implementação da rede de carregamentos que está prevista em edifícios em regime de propriedade horizontal, empreendimentos turísticos, por aí fora. Penso que isso responderá à questão que terá aqui.

Relativamente à questão do PME não estar ainda aprovado, essa é uma questão pública, mas é importante percebermos se no princípio a crítica era nós estarmos supostamente a construir a casa pelo telhado e termos a estratégia aprovada antes do plano, agora a crítica é: então vamos ter o plano depois da estratégia?

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Não! São duas críticas!

A Oradora: É preciso termos a coerência naquilo que afirmamos nesta Casa e perceber que aquilo que foi dito aqui é que nós trabalhamos nos dois em

paralelo e faz sentido que se consiga ter um output final, praticamente a sair na mesma altura que seja consentâneo e que retraduz a naturalmente as políticas do Governo nesta matéria.

Relativamente às questões da AMRAA. Sim, a AMRAA manifestou-se favorável à elaboração dos planos municipais de mobilidade elétrica quando foi consultada sobre esta matéria.

Naturalmente que nós também manifestámos toda a nossa disponibilidade para colaborar na sua elaboração e gostava de acrescentar que nós celebrados com todos os municípios da Região protocolos precisamente sobre esta matéria que já aludem à importância desta temática e que mostram a disponibilidade e o interesse das autarquias em colaborar connosco e em investirem nesta temática.

Sobre a questão da Secretária reforçar as intenções de investimento da empresa pública, eu estive ao lado do Conselho de Administração da EDA quando foi feito o anúncio da instalação de baterias na Terceira e penso que isso é suficiente para dar nota de como nós acreditamos obviamente nesse projeto.

Agora, o Sr. Deputado alude a diversas mudanças de intenções de investimento ao longo do tempo. Eu penso que isso será bastante normal se pensarmos na área onde estamos a falar. Estamos a falar em armazenamento de energia que nos últimos anos teve uma revolução brutal, portanto, é necessário e é obrigatório que quem planeie esteja atento às evoluções que vão acontecendo neste setor, acima de tudo as tecnológicas, por forma a que quando faça investimento (e neste caso estamos a falar de investimentos públicos) faça precisamente as melhores opções.

Relativamente às outras ilhas é importante também termos aqui presente o seguinte. Relativamente ao PME e ao trabalho que foi revisto no seu âmbito o grosso do início deste plano tem como principal objetivo perceber qual o

impacto na utilização de energia, nos sistemas electroprodutores de cada uma das ilhas no âmbito deste projeto.

Não faria sentido nós pormos em marcha um plano de mobilidade elétrica que previsse os objetivos que nós prevemos se os sistemas electroprodutores não aguentassem ou não pudessem dar resposta àquelas que seriam as necessidades deste projeto e aquilo que nós temos garantido de acordo com os estudos técnicos que foram feitos é que em todas as ilhas a capacidade que nós temos de produção de energia é compatível com os objetivos que foram definidos.

Naturalmente que o nosso objetivo é otimizar, incrementar a utilização de energias renováveis.

Esta experiência que nós vamos fazer na Terceira com a questão das baterias, mais do que uma questão de armazenamento (e às vezes isso não fica muito patente naquilo que sai na imprensa) permite garantir a estabilidade da corrente que é fornecida à rede. Isso por si só permite desligar motores a diesel e estar a integrar mais energia renovável. Não significa que estejamos aqui perante capacidade bastante significativa de armazenar durante um período longo, nomeadamente durante a noite, de energia renovável. Estamos, sim, a dizer que conseguimos ter estabilidade na rede suficiente para abdicarmos com segurança da utilização de grupos térmicos. Isso é importante termos presente.

Queremos nós com a experiência que queremos que seja positiva na ilha Terceira nesta matéria poder replicá-la depois nas outras ilhas. Esse é naturalmente o nosso objetivo.

Sobre a questão da regulamentação que depois terá de sair daqui naturalmente que o valor dos incentivos que ficarem definidos são determinantes para o sucesso que as medidas terão e neste aspeto e aquilo que nós temos preparado assim que conseguirmos ter este diploma aprovado e em vigor é um conjunto de medidas que têm valores aliciantes, valores que nós vamos propor a Conselho de Governo que sejam cumulativos com os valores nacionais, ou seja, um

açoriano terá um duplo incentivo à adoção da mobilidade elétrica e planeamos também conseguir atrair aqui para a mobilidade elétrica também carregamentos feitos durante a noite, ou seja, quem tiver uma tarifa com a empresa de eletricidade dos Açores que seja mais benéfica para o carregamento durante a noite terá um privilégio também em termos de incentivos e planeamos também privilegiar algumas ilhas que nós consideramos que devem ser exemplos nesta matéria.

Acho que respondi a todas as perguntas.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que esta legislação é importante. É importante que exista uma estratégia para a implementação da mobilidade elétrica nos Açores, apesar das críticas, algumas delas considero bastante consistentes ao texto que foi apresentado, nomeadamente às suas limitações que não foram só realizadas a nível do debate parlamentar que está em curso, mas também por parte de outros agentes que foram consultados no âmbito da audição que a comissão competente realizou.

Nomeadamente penso que algumas das referências feitas pelo Dr. Ricardo Rodrigues considero que tem razão, nomeadamente até à proposta de alteração do artigo 11.º do diploma, considero que tem razão uma moratória em relação ao pagamento destas taxas que estão previstas. Penso que é uma boa ideia, é uma forma de fomentar a utilização, a aquisição de veículos elétricos. Temos que criar um conjunto muito forte de incentivos, porque a aquisição destes

veículos é cara, é muito cara, e evidentemente é preciso que a administração regional possa dar um contributo, um contributo muito forte, muito sólido e considero que aqui a referência que foi feita pelo Dr. Ricardo Rodrigues é uma referência que merece o meu apoio e a minha concordância.

Devo dizer também que em relação às referências que foram feitas por outros agentes que foram consultados, nomeadamente também a Associação de Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores, que referem que este plano deveria ser acompanhado de um conjunto de medidas fortes que permitissem que a aquisição de veículos elétricos possa ser acompanhada de um conjunto de infraestruturas e de medidas que permitam que estas aquisições, o aumento de veículos elétricos possa ser feita em melhores condições, nomeadamente no âmbito das adaptações das infraestruturas que têm de ser feitas no âmbito das nossas localidades. Portanto, também concordo com essa referência que defende o alargamento deste plano estratégico a esse nível.

Depois considero também, tenho vindo a apresentar ao longo destes anos uma proposta referente à ilha do Corvo. Como se sabe as Canárias há alguns anos que persegue um objetivo em relação à ilha Graciosa, que é uma ilha também de pequena dimensão ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Graciosa das Canárias!

O Orador: Graciosa das Canárias!

Estou a dizer as Canárias, portanto, as Canárias têm um projeto em relação à sua ilha da Graciosa.

Aqui nesta matéria o objetivo que eles perseguem, que a administração persegue, sem sucesso até ao momento, é que a ilha se transforme na primeira ilha só com utilização de carros elétricos, evidentemente com algumas exceções para veículos que são absolutamente necessários, nomeadamente para atividades agrícolas, mas esse objetivo tendo em conta a pequena dimensão da ilha do Corvo é um objetivo que nós poderíamos alcançar.

Tenho vindo a apresentar no âmbito do orçamento, todos os anos apresento propostas nesse sentido. É uma proposta emblemática e esta nestas matérias é evidente que é necessário ter ambição, mas é também necessário ter um conjunto de medidas que possam ser emblemáticas e que cheguem à opinião pública de forma muito forte.

O facto dos Açores adotar como objetivo, através dos apoios da administração regional, em colaboração com os privados, conseguir que a ilha do Corvo seja a primeira ilha do mundo em que o tráfego rodoviário seja realizado exclusivamente por veículos elétricos é algo que é alcançável tendo em conta a pequena dimensão da ilha e depois também todas as vantagens que resultam do facto da ilha ter uma pequena dimensão, ter uma população muito reduzida é algo que também nos permitiria alcançar esse objetivo emblemático.

Aliás, eu sei que existe um conjunto de privados neste setor que estariam interessando em colaborar com a implementação de um projeto piloto deste tipo até pelas vantagens que resultam do facto de se poderem realizarem na ilha do Corvo, dada a sua pequena dimensão, o pequeno número de veículos e a população reduzida se poder implementar um projeto tão ambicioso. Seria absolutamente emblemático.

O Partido Socialista tem vindo a reprovar essa iniciativa e eu espero que agora no âmbito deste projeto, no âmbito desta estratégia, se encontre uma forma de enquadrar um projeto tão emblemático como este, ter a primeira ilha (ter a primeira ilha!) totalmente ...

Não será a Graciosa. Podemos superá-los. Muito menos a Graciosa dos Açores porque aí seria necessário um esforço muito maior quer em termos de população, quer em termos da dimensão da ilha, mas no Corvo é possível, seria absolutamente emblemático. Portanto, continuo, insisto na proposta.

Em relação aos princípios. É evidente que concordo em absoluto, nós temos que fazer um grande esforço no sentido de reduzir a dependência em relação aos

veículos que utilizam combustíveis fósseis, temos que reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Ainda por cima em muitas das nossas ilhas, que é o caso do Corvo, que são também reservas da Biosfera e que têm essa classificação, é necessário ter esta ambição.

É evidente que aqui foi também feita a referência que o Governo nesta matéria tem feito, é inegável que tem feito alguma coisa, mas o impacto das medidas, a ambição deste projeto ainda não é aquele que é o desejável por parte de uma região com as nossas características, com as nossas características até do ponto de vista do nosso ecossistema.

Por isso, o que é preciso é muito mais ambição, o que é necessário é que a este plano e ao conjunto de benefícios que estão aqui previstos que sejam alocados os meios financeiros necessários e é necessário que se aumente a celeridade com que se implementam as medidas que aqui estão previstas.

Apesar de tudo, considero que esta proposta vai no bom sentido, este é o plano que deve ser seguido com mais ambição, mais celeridade, mais meios, mas é o início de um caminho que eu penso que tem de ser percorrido e por isso nós vamos votar favoravelmente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma breve intervenção para esclarecer uma referência feita pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão relativamente à referência da audição do Dr. Ricardo Rodrigues relativamente a este diploma, no que respeita ao artigo 11.º. Gostava de chamar a atenção que tal como já tive oportunidade de esclarecer na própria comissão as taxas que estão previstas neste artigo 11.º não se aplicam aos utilizadores de veículos elétricos, aplicam-se, sim, aos operadores do sistema tal como já acontece em termos nacionais e, portanto, não é previsível que elas

possam constituir nenhum desfavorecimento ou nenhum desincentivo da mobilidade elétrica na Região.

Relativamente à questão que foi colocada da possibilidade de nós podermos distinguir positivamente, discriminar positivamente uma ilha como teste piloto em termos de iniciativas, esta é uma hipótese que está a ser vista no âmbito precisamente da finalização do PME A.

Relativamente ao Corvo temos um óbice, que é facto da integração de energia renovável na ilha ser infelizmente ainda bastante reduzida, mas trabalharemos seguramente para que os Açores sejam considerados uma referência nesta matéria.

Sobre o parecer da AICOPA contendo questões pertinentes, elas extravasam de alguma forma o propósito do diploma que está em questão, não sendo naturalmente de deixar de considerar nas circunstâncias que decorrerão do desenvolvimento de todo este projeto.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não considero de todo que as referências e as sugestões que foram fornecidas pela AICOPA não possam ser implementadas no projeto, se não agora, no futuro, até num projeto com características mais alargadas. Portanto, acho que são bastante pertinentes e que permitirão potenciar as políticas que venham a ser implementadas neste âmbito e, portanto, é evidente que não está tão circunscrito como este plano estratégico, portanto, aumenta o âmbito das medidas, mas estão interrelacionadas. Portanto, a eficácia destas medidas que agora está implementada a nível da estratégia para a implementação de mobilidade elétrica dos Açores necessita das condições em termos de

infraestruturas e de acessos que a AICOPA faz referência. Portanto, nós teríamos um documento mais equilibrado da minha perspetiva. Dou-lhes inteira razão. Eles até fazem um prognóstico que no futuro se irá fazer isso. Acho que se vai fazer mesmo.

Em relação à medida emblemática que eu estava aqui a propor a Sra. Secretária diz-me que nós não temos na ilha do Corvo uma aposta decisiva em relação ainda às energias alternativas. É verdade e não é algo que não seja tecnicamente possível.

O Governo tem um projeto há alguns anos, o “Corvo Verde”, que permitia uma ampla autonomia da ilha do Corvo em termos energéticos. É um projeto que eu concordo, que tenho vindo a defender ao longo destes anos. O que acontece é que foram realizados investimentos noutras ilhas e a ilha do Corvo ficou para trás nesta matéria, porque aquele projeto era para ter sido implementado na legislatura anterior, eram os prazos que estavam previstos.

Portanto, o que eu espero é que o Governo retome este projeto. Obviamente alguns dos seus pressupostos dada a evolução das tecnologias nesta matéria, que é uma evolução como se sabe muito rápida, há uma evolução significativa, até os pressupostos do ponto de vista técnico terão de ser alterados, adaptados, mas era importante que se retomasse esse projeto. Era muito importante esse investimento.

Eu sei que era um investimento muito considerável para a ilha do Corvo, mas é isso que eu pretendo. O PPM tem vindo a defender que os novos investimentos, a nova geração de investimentos na ilha do Corvo tem de ser nesta área, na área do ambiente, na área da ecologia. É aqui que é necessário realizar um conjunto de investimentos importantes.

Deputado Carlos Silva (PS): Bem-vindo, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Posso continuar a minha intervenção?

Presidente: Mas o senhor sentou-se.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Como?

Presidente: O senhor sentou-se.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu estava para terminar, Sra. Presidente, mas houve aqui um aparte. Posso continuar ou tenho que inscrever-me outra vez?

Presidente: Não há inscrições.

Tem tempo o Sr. Deputado?

Tem 33 segundos, Sr. Deputado, para continuar a sua intervenção.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Tenho sempre tempo, porque tenho tempo suficiente de experiência para saber gerir bem o tempo.

É muito importante. Eu não sei de quem foi o aparte, foi um aparte do Partido Socialista.

“Bem-vindo!” Então eu ando a propor isto há muitos anos. Todos os anos Vs. Exas. chumbam o projeto de mobilidade elétrica para o Corvo que eu aqui apresento, a iniciativa (não é um projeto, não está fundamentado como está este projeto), mas é uma proposta que eu apresento todos os anos e V. Exa. agora diz-me “Bem-vindo!”. Bem-vindo, V. Exa! Porque eu todos os anos apresento esta iniciativa. Há muitos anos!

Deputado Carlos Silva (PS): Qual iniciativa?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Mas quem? Está a responder a quem?

O Orador: Há muitos anos que aqui apresento e que V. Exa. se levanta para chumbar. Bem-vindo, V. Exa! Espero que da próxima vez fique sentado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não foi o PS! O aparte foi do Bloco de Esquerda!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Esgotou o seu tempo para o debate.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel** (CDS-PP): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, devo dizer que estamos satisfeitos com os seus esclarecimentos. De facto, respondeu às questões que nós colocámos, apenas dois aspetos que gostaria de dizer: há pouco dizia que primeiro tínhamos uma crítica, depois tínhamos outra. Não! Nós tínhamos duas críticas: primeiro uma, depois duas. A primeira de que houve uma inversão da ordem natural dos processos e agora a segunda é que o PME A já não está a cumprir com o próprio regime temporal. São duas críticas e não uma em detrimento da outra.

Em relação rapidamente à evolução da tecnologia e quando os projetos deixam de fazer sentido devido à evolução tecnológica, com certeza. Estamos a falar de dinheiros públicos que devem ser bem geridos e se um projeto deixa de fazer sentido com a evolução tecnológica não deve ser executado. Julgo é que em relação às centrais hídricas reversíveis deviam ter resistido à tentação de colocar a da Terceira no PREIT. Essa é a nossa opinião.

Depois, dizer-lhe também que a importância de reconfirmar esta vontade de avançar com o projeto das baterias na Terceira também é importante, porque se nós sabemos que havia um projeto de baterias para a Graciosa (esta dos Açores) e nós não sabemos se aquilo está em funcionamento ou não, apesar do Sr. Primeiro-Ministro António Costa ter lá estado e ter dito que aquilo era uma realidade e não era ficção científica. Portanto, mais importante do que isto tudo é, no entender do CDS, importante haver uma estratégia para a implementação da mobilidade elétrica.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação desta proposta de Decreto Legislativo Regional.

Começamos, como é habitual, pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O projeto de DLR anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Muito bem. Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Julgo não haver inscrições.

Sendo assim pergunto à câmara se posso fazer a votação conjunta dos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º.

Julgo não haver oposição.

Estão então à votação conjunta estes quatro artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Votamos agora o artigo 5.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Penso que não haverá oposição de fazermos a votação conjunta dos artigos 6.º, 7.º e 8.º.

Sr. Deputado Paulo Mendes, o 6.º separado.

Então vamos votar o artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 19 abstenções do PSD, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votamos então agora os artigos 7.º e 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Votamos agora o artigo 9.º com esta alteração que aprovámos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Penso que poderei colocar os restantes artigos do diploma à votação conjunta.

Não havendo oposição estão então à votação.

Não pode ser? Separado.

Então votamos agora o 10.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Votamos então agora o artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Votamos então em conjunto os restantes artigos que compõem este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o projeto foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Deputado Francisco César (PS): 30! Desde o início!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado André Rodrigues, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou com muito orgulho, favoravelmente, esta proposta de Decreto Legislativo Regional que está devidamente enquadrado e por estar devidamente enquadrado na estratégia para a energia na Região Autónoma dos Açores, onde se pretende responder às necessidades em matéria de energia e também explorar as potencialidades dos recursos naturais endógenos e das novas tecnologias.

Pretende também ser mais um contributo para garantir a segurança do abastecimento às nossas populações, à redução dos custos de energia e à redução das emissões de CO₂.

De facto, estamos a falar de um documento que volta a prosseguir com as políticas da suficiência energética, da eficiência energética, da descarbonização da eletricidade, da eletrificação dos setores dependentes da importação de combustíveis fósseis.

Votámos a favor, porque queremos que seja implementado na nossa Região um sistema de incentivos que permita ajudas e apoios às unidades de carregamento de veículos elétricos.

Queremos incentivos ao apoio à aquisição de veículos elétricos, seja por particulares, seja pelo setor social, recreativo e desportivo e também no transporte coletivo de passageiros.

Não esquecendo aqui também as questões da animação turística, dos táxis, das rent a cars, entre outros.

Votámos a favor porque queremos também que o Governo tenha condições para continuar a questão dos incentivos fiscais para além do IUSV, do Imposto Único de Circulação, da redução do IVA. Também queremos a dedução à coleta dos lucros reinvestidos.

Votámos a favor porque queremos continuar este trabalho de sensibilização da sociedade civil para as questões da mobilidade elétrica, de soluções também de *carsharing* e também na administração pública a questão da substituição da frota regional e da gestão da sua mesma frota.

Votámos a favor felizmente também porque estamos a falar da concretização de mais um compromisso eleitoral do Partido Socialista que o Governo Regional faz assim ser cumprido, honrando também a palavra dada para com os açorianos.

Continuaremos a fazer este trabalho de desenvolvimento sustentável da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que a intervenção do PSD/Açores foi clara, embora tenha sido considerada por alguns como deselegante. Nós não somos contra a mobilidade

elétrica, antes pelo contrário. Nós somos é contra as sucessivas notícias e os sucessivos anúncios sobre a mobilidade elétrica sem que se efetive e sem que se concretize e nós consideramos, como já disse anteriormente, que esta estratégia não acrescenta nada em relação ao que já existe proposto para a mobilidade sustentável de base elétrica, nomeadamente do que consta do próprio PMEA que aparentemente já não está fechado, ...

Deputado Francisco César (PS): Está enganada!

A Oradora: ... mas havia um programa que ia ser feito, que era o conjunto de tudo isto que já não vai haver e, portanto, nós somos contra medidas atabalhoadas ...

Deputado Francisco César (PS): Os senhores falam e nós fazemos acontecer!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Os senhores são contra tudo!

A Oradora: ... e somos efetivamente contra medidas que não crescem em nada e consideramos que esta medida não cresce nada. Foi isso que nós nos abstivemos.

Agora, a favor da mobilidade elétrica somos desde que ela seja efetiva, desde que ela seja concertada, desde que ela se realize com bom senso, que não é o que está a suceder.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com certeza que nós tínhamos algumas dúvidas, também algumas críticas na condução deste processo, mas o CDS é assim, o CDS é crítico, mas é assertivo e é construtivo ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e dei prova aqui das nossas iniciativas em prol do combate e de adaptação às alterações climáticas, mas o mais importante no nosso entender é que haja de facto um instrumento e uma estratégia para que isto seja uma realidade, para que possa ser possível reduzir a nossa dependência e o nosso consumo de energias fósseis e que haja uma maior penetração de energias renováveis. Não seria certamente por pormenores, porque fomos esclarecidos, neste processo que deixaríamos de dar o nosso voto favorável a este diploma e de contribuir desta forma também para o combate às alterações climáticas.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PPM votou favoravelmente porque este plano significa um início e significa uma plataforma a partir da qual será possível pressionar no sentido da estratégia adquirir maior celeridade e de serem envolvidos meios, nomeadamente nos âmbitos dos incentivos para a adoção da mobilidade elétrica que estão aqui previstos, que seja possível pressionar no sentido de que sejam afetadas verbas significativas que permitam que esta estratégia possa ter sucesso.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é um atitude construtiva!

O Orador: Eu considero, olhando para os três anos que já decorreram no âmbito desta legislatura, que o Partido Socialista e Governo Regional não podem dizer que já cumpriram com o programa eleitoral. Não! Não cumpriram, ...

Deputado José Ávila (PS): Vamos a caminho!

Deputado Carlos Silva (PS): Estamos a cumprir!

O Orador: ... porque as metas que estão definidas são metas muito mais ambiciosas e que concordo que as metas devem ser ambiciosas.

Agora, não estamos nem de perto, nem de longe com resultados significativos nesta matéria.

Aliás, nesta matéria em termos de mobilidade elétrica, até tendo em conta a dimensão das nossas ilhas e até tendo em conta o nosso ecossistema, estamos muito atrasados em relação àquilo que já deveria estar a ser feito, mas é como tudo!

Não é reprovando documentos, que apontam nesse sentido, que se consegue realmente melhorar as coisas.

Portanto, nós, da nossa parte, o nosso esforço a partir de agora, a partir do momento que existe este quadro legislativo, será orientado no sentido de criar os incentivos necessários, que sejam mobilizados os incentivos necessários de acompanhar a execução do plano, verificar a evolução dos resultados ao longo deste ano já e na próxima legislatura, se ainda cá estivermos. Portanto, acompanhar de perto a execução deste plano, ser exigentes em relação à celeridade do mesmo, ser exigentes em relação à dimensão do mesmo, ser exigentes do ponto de vista da qualidade do mesmo. É isso que nós fazer nos próximos tempos e, portanto, nós o que consideramos é que este é um passo e é algo que significa uma peça importante do ponto de vista da introdução da mobilidade elétrica e que nesse sentido merece a nossa votação positiva.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo pediu a palavra para?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Para uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Para pedir um intervalo regimental.

Presidente: É regimental.

Vamos então interromper os nossos trabalhos.

Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 53 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Vamos então continuar os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto 13 da Agenda: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 153/XI – “Recomenda ao Governo Regional que promova as diligências necessárias, junto do Governo da República, no sentido de operacionalizar o regresso daquela transportadora à efetivação da ligação aérea entre a ilha do Faial e Lisboa, bem como entre a ilha do Pico e Lisboa”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Muito fácil justificar esta urgência, porque é de facto urgente reforçar as ligações aéreas ao Pico e ao Faial, melhorar as acessibilidades e aos Açores de uma maneira geral, obviamente que contribui para todos, e como este é o último plenário, não temos mais nenhum plenário, não teremos outra oportunidade, só em meados de setembro, portanto, já não iríamos a tempo.

Naturalmente fazendo-o agora ainda podemos ir a tempo de tomar algumas medidas que minimizem eventualmente alguns atrasos, cancelamentos, que

possam vir a acontecer devido à situação que se está obviamente a viver na Sata e que não é do agrado de ninguém, mas é a realidade. Portanto, é mais uma achega. Ou era agora que se fazia isso, ou depois então já viria um bocado tarde para a época alta que, como sabemos, termina no final de setembro.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há alguma inscrição.

Julgo não haver.

Vamos então votar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, entramos agora no ponto 14 da Agenda.

Alerto a câmara de que foi feita uma proposta de substituição integral, portanto, apenas com pequenas correções. É essa que deverá ser considerada para o debate. Será essa também que será votada.

Dou então novamente a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima agora para apresentar a iniciativa.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais:

Atendendo às características e constrangimentos próprios, o transporte aéreo quer na modalidade interna, quer como ligação ao exterior, tem uma importância fundamental para a mobilidade na Região Autónoma dos Açores e reflete-se na qualidade de vida dos açorianos, no reforço da nossa economia na competitividade das nossas ilhas.

Porém, as soluções de mobilidade só contribuem positivamente na competitividade das nossas ilhas e na qualidade de vida das nossas populações se garantirem uma resposta capaz na operação.

No entendimento do CDS as ligações Faial/Lisboa e Pico/Lisboa de particular importância na mobilidade dos faialenses e picoenses e de todos o que têm como destino o Faial e o Pico têm vindo tendencialmente ao longo dos últimos tempos a deixar de corresponder à procura, aumentando a incerteza, a imprevisibilidade na capacidade da resposta de oferta disponível.

É por isso que o CDS apresenta nesta Assembleia o presente projeto de resolução: queremos que esta Assembleia recomende ao Governo Regional que promova as diligências necessárias junto do Governo da República no sentido de operacionalizar o regresso da TAP à efetivação da ligação aérea entre a ilha do Faial e Lisboa, bem como a ligação entre a ilha do Pico e Lisboa.

Para o CDS o retomar da operação TAP Air Portugal vem repor aos faialenses e aos picoenses e a quem os visita a fiabilidade da ligação ao continente que legitimamente reivindicam, ao mesmo tempo que tornará mais acessível o destino Açores, particularmente o destino Faial e o destino Pico no mercado turístico com consequentes vantagens para a economia das ilhas e para a sua competitividade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias e Sr. Membro do Governo:

Este regresso da TAP faz hoje mais sentido do que ontem. A incerteza relativamente ao futuro da SATA é cada vez mais preocupante, tal a dimensão do prejuízo recentemente conhecido do 1.º trimestre de 2019.

Acresce ainda que incompreensivelmente a SATA não tem todos os seus pilotos comandantes certificados para operar no Aeroporto da Horta e do Pico e a incapacidade de contratar novos pilotos é infelizmente notória e uma realidade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No que diz respeito ao aumento da pista continuamos sem saber o que verdadeiramente vai acontecer, tal como não sabemos também o que aconteceu ao mágico e milagroso projeto da Câmara Municipal da Horta.

Por fim, um último argumento a favor desta resolução é o facto da TAP ter na sua frota aeronaves Embraer 190, que são, provavelmente, mais adequadas para operar na pista do Pico e na pista da Horta, a que se acresce também o facto da TAP ter capacidade para certificar a qualquer momento pilotos para operarem nas referidas pistas e que a SATA tem obviamente grandes dificuldades.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS demonstra aqui hoje mais uma vez a sua capacidade de propositura, de soluções e de liderança da oposição.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não somos certamente o maior partido da oposição, mas somos seguramente o melhor partido.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Ainda!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais e Sr. Secretário Regional:

O desejo do regresso da TAP à rota da Horta manifestado frequentemente pela população do Faial resulta, por um lado, do bom serviço que a TAP prestou nesta rota durante 30 anos; mas por outro lado, decorre da incapacidade demonstrada pela SATA Azores Airlines para servir bem esta ilha e a sua população.

Ouvimos o Governo falar em constrangimentos recentes, mas tal referência minimiza um problema que infelizmente não é assim tão recente.

Os problemas têm-se repetido ano após ano e nem a SATA, nem o Governo têm mostrado capacidade para os resolver.

Nos últimos cinco anos a vida das população do Faial e do triângulo e as perspetivas de desenvolvimento destas ilhas foram intensamente condicionadas pelas acessibilidades, nomeadamente por frequentes cancelamentos e divergências, atrasos constantes, bagagem deixada atrás, falta de lugares e abandono de passageiros à sua sorte, sobretudo no aeroporto de Lisboa e recordemos o exemplo dos alunos da Escola Secundária Manuel d'Arriaga que em outubro de 2017 se viram obrigados a dormir no chão daquele aeroporto.

Em 2018 tivemos a novidade dos cancelamentos por falta de tripulação e em julho de 2019 estamos à procura de pilotos.

A gestão dos transportes nesta Região faz-se com um tremendo amorismo.

A SATA é um instrumento nuclear para a coesão territorial dos Açores, para a mobilidade das populações e para o desenvolvimento das nossas ilhas, mas, sobretudo no que respeita aos voos com o continente português, a companhia não está a conseguir cumprir de forma satisfatória o seu importante papel.

A Azores Airlines está a funcionar no limite das suas capacidades para a multiplicidade de rotas em que opera, e qualquer problema ao nível das aeronaves, tripulações ou outros, tem um efeito extremamente negativo em toda a operação.

A frequência quase diária com que ocorrem estes problemas têm degradado de forma significativa a imagem da companhia aérea, criou nos passageiros uma acentuada desconfiança face à empresa e tem também elevados custos financeiros.

A prioridade da SATA deve ser a mobilidade inter-ilhas e no caso da Azores Airlines a ligação entre a Região e o continente, com especial atenção às ilhas

que não têm outra alternativa e estão inteiramente dependentes da SATA. Como segunda prioridade a ligação à diáspora e só depois de asseguradas estas prioridades que estão em sintonia com os princípios e fundamentos primordiais que presidiram à criação da companhia aérea regional devem ser perspetivadas outras rotas de acordo com as aeronaves e tripulações técnicas disponíveis.

Infelizmente não tem sido este o caminho dos transportes aéreos na Região.

Diz o Governo que o número de passageiros desembarcados tem crescido todos os anos.

Deputado João Vasco Costa (PS): E tem!

O Orador: É verdade, Sras. e Srs. Deputados, mas o crescimento poderia e deveria ser mais acentuado e está fortemente condicionado pelas dificuldades nas acessibilidades.

Na rota Lisboa-Horta o número de passageiros desembarcados cresceu 15% de 2014 para 2018, mas não acompanhou minimamente o número de camas, que cresceu de forma exponencialmente superior. Veja-se que ao nível do alojamento local, o número de unidades aumentou seis vezes neste mesmo período. A carga embarcada diminuiu 12,7% e num quadro de crescente procura da Região e do Faial ao nível da atividade turística os dados do Serviço Regional de Estatística dos Açores mostram também o seguinte: em 2014 a TAP realizou na rota Lisboa-Horta 365 voos; em 2018 a SATA Azores Airlines realizou na mesma rota 323 voos, uma diminuição de 42 voos.

É certo que quanto ao número concreto de lugares disponibilizados em 2014 a relação não é direta, porque a TAP operava com aeronaves A-319 e A-320 e a Azores Airlines utiliza apenas os A-320, mas importa também registar aqui que está documentado que toda a frota A-320 da TAP operou na ilha do Faial.

Em julho e agosto (meses de maior procura) em 2014 a TAP realizou 123 voos e em 2018 a Azores Airlines realizou 89, uma diminuição de 38% no número de voos que se vai manter este ano. Ou seja, cinco anos depois, quando a procura é muito maior, a oferta de voos na rota Lisboa-Horta é efetivamente menor e o serviço prestado é claramente insatisfatório em termos de qualidade e fiabilidade.

Assim, perante o surpreendente e flagrante falhanço da Azores Airlines e do Governo em servir bem estas ilhas, as populações e os empresários ao nível das acessibilidades aéreas entendemos que é importante ter outras companhias para ajudar a resolver o problema e em complementaridade com a SATA Azores Airlines, garantir a mobilidade dos açorianos desta parte do arquipélago.

Não defendemos a simples substituição de uma companhia por outra, mas entendemos que a complementaridade entre companhias é uma solução perante as dificuldades sentidas pelo Faial e pelas ilhas do Triângulo no seu todo se mostra cada vez mais necessária e urgente.

Para concluir, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, clarifique-se que a vinda da TAP ou de outras companhias para estas ilhas não afasta uma necessidade premente: a SATA tem que melhorar, de imediato, a qualidade do serviço que presta ao Faial e ao Triângulo.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS)**: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membro do Governo:

Queria naturalmente começar por cumprimentar de forma positiva o Sr. Deputado Artur Lima e o CDS-PP/Açores por, por via deste projeto de resolução, vir reconhecer o erro do Governo do qual fez parte juntamente com o PSD fez quando mandatou, na qualidade de acionista maioritário da TAP, essa empresa a não concorrer às Obrigações de Serviço Público para as rotas aqui referidas, obrigações essas que entraram em vigor em 2015, que incluíam estas duas rotas e ainda antes da sua privatização o Governo da República mandatou essa empresa para não concorrer às mesmas e nessa medida queria naturalmente reconhecer da parte do CDS-PP/Açores o assumir desse erro grave para o Faial e para o Triângulo.

Nesse mesmo ano não foi só ter mandatado a TAP a não concorrer às Obrigações de Serviço Público. Depois das Obrigações de Serviço Público o Governo da República do PSD e do CDS concretizam três ou quatro meses depois a privatização da TAP e a essa privatização esteve subjacente a um caderno de encargos elaborado pelo mesmo Governo da República do PSD e do CDS-PP que nesse caderno de encargos também não fez questão de incluir a manutenção das rotas do Faial, do Pico e de Santa Maria.

Aliás, arriscamos dizer que essa atitude já foi uma preparação para a privatização: “Vamos tirar a TAP já daqui para ver se a gente faz um negócio melhor para vendê-la aos privados.”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Parece o Bloco de Esquerda!

O Orador: E este é o ponto de origem do abandono da TAP do Faial e do Pico e foi nesse contexto e no âmbito dessa decisão que nos Açores houve quem tomasse uma decisão também ela política, mas inversa àquela que foi tomada na República. Perante esse anúncio e essa decisão do Governo da República em

promover o abandono da TAP do Faial e do Pico houve, na Região, um Governo Regional que, ao contrário de um Governo da República, também é acionista de uma empresa pública, que era a SATA Internacional, que perante a eminência do Faial e do Triângulo ficar sem ligações diretas com o exterior, exerceu a sua função ao mandar a companhia aérea regional para assegurar essas mesmas rotas e salvaguardar a conectividade entre o Triângulo e o exterior da Região de forma direta.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Isto é apenas a constatação de factos. A TAP por via de uma decisão do Governo da República do PSD e do CDS foi-se embora e a SATA por via de uma decisão do Governo Regional do Partido Socialista socorreu essas mesmas ilhas quando elas estavam na eminência de ficar sem ligações, dizendo presente aos faialenses e aos picarotos.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

O Orador: No âmbito dessas mesmas Obrigações de Serviço Público em vigor nada impede ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ainda não disse uma verdade!

O Orador: ... que outras companhias aéreas, no âmbito das atuais Obrigações de Serviço Público, sejam elas quais forem, comecem a voar para estas ilhas, porque não há qualquer direito de exclusividade numa companhia aérea nas Obrigações de Serviço Público, não há nenhum tipo de exclusividade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A rota não está liberalizada! Não é verdade!

O Orador: Até porque também não existe ... A certa altura tentou-se criar alguma confusão na opinião pública, porque a SATA ia fazer as Obrigações de Serviço Público para receber dinheiro e para sobreviver e então isto tinha sido um negócio combinado entre a SATA e a TAP para salvar a SATA.

Deputado André Rodrigues (PS): *Fake news!*

O Orador: Dizer isto não é ser politicamente sério, porque o que é facto é que não existe qualquer tipo de compensação financeira ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: ... alocada às Obrigações de Serviço Público para essas ilhas e, portanto, não é isso que está em causa, nem foi isso que esteve em causa ao contrário do que muitos tentaram fazer passar incutindo na opinião pública esta coisa que não corresponde à verdade.

Mais! Além de não estar exclusivo à SATA as Obrigações de Serviço Público, nem sequer existe obrigatoriedade de cada companhia de forma individual assegurar as Obrigações de Serviço Público e as frequências nas ligações. Até basta que seja no conjunto das companhias que operem neste aeroportos essas obrigações sejam cumpridas.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, se uma companhia aérea quiser voar para o Faial e para o Pico para já tem liberdade para isso e em segundo nem sequer está obrigada a cumprir por si só as frequências de ligação. Basta que as duas, ou as três, ou as quatro ou as que forem assegurem isso.

Nessa medida, para o Partido Socialista e para o Governo Regional naturalmente tem toda a utilidade e será sempre muito bem-vinda qualquer companhia aérea que queira voar para o Faial e para as outras ilhas do Triângulo. Aliás, é natural que seja positivo em vários aspetos e em todos os aspetos. É fácil de perceber isso.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Artur, eles vão votar a favor!

O Orador: Quantas mais vierem, para nós muito melhor para o Partido Socialista e certamente para os faialenses e os picarotos aqui do Triângulo.

Tal como também já foi dito pelo Governo Regional e pelo Partido Socialista há esse desejo e essa vontade, temos toda a vontade que mais companhias venham operar para estas ilhas. Isso só se pode traduzir em ganhos para esta Região.

Portanto, para nós é fundamental continuar a trabalhar nesse caminho, continuar a fazer diligências nesse caminho como já foi dito até pela Sra. Secretária ainda outro dia na comissão e como já foi dito até pelo próprio Presidente do Governo que há todo o interesse em reforçar as operações para o Triângulo.

É esse facto e, portanto, todas as iniciativas naturalmente, com toda a naturalidade, que se coadunem com esse objetivo de potenciar as ligações aéreas diretas para o Triângulo, de melhorar o serviço que é prestado, de promover uma melhor acessibilidade coadunam-se com os objetivos do Partido Socialista. É nesse sentido que caminhamos e qualquer iniciativa que se coadune com esse objetivo será naturalmente viabilizada por esta bancada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Marco Costa tem agora a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Quando analisamos a regularidade, a fiabilidade, a disponibilidade e até a pontualidade das ligações aéreas entre as ilhas do Pico e do Faial com o exterior da Região concluímos que existe uma sensação de descrédito e muito descontentamento perante as garantias da operadora que as efetua.

Por um lado, o número de lugares disponíveis está longe de corresponder ao desejado; por outro, a incerteza e falta de garantia para os operadores turísticos

e para os residentes perante os episódios de cancelamentos e atrasos imputados à SATA.

No imediato corremos o risco de piorar os resultados económicos na área do turismo (piores dos que os possíveis) e o mau serviço aos residentes; no futuro podemos estar a hipotecar o nosso destino, pois ninguém gosta de viver em tempo de férias com incertezas logísticas, angústias e imprevistos.

Deputado José San-Bento (PS): Angústias! Imagino!

O Orador: E pior: dar um sinal negativo aos investidores locais e externos que gostariam de olhar para o Pico e para o Triângulo com garantia e otimismo.

Não tenhamos dúvidas: as nossas ilhas têm muito potencial, mas precisam de acarinhadas de outra forma.

Não podemos estar uns dias a falar no aumento do número de camas, dos prémios ganhos e do reconhecimento nacional e internacional do destino e no outro ignorar a desproporcionalidade com a quantidade e qualidade dos transportes aéreos.

Casos isolados todos compreendemos. O que não se admite é a recorrência das situações que revelam pouca capacidade de antecipar os problemas.

Ainda ontem famílias inteiras com crianças chegaram ao Pico sem bagagens.

Como aqui já referimos e trata-se de garantir a mobilidade e as acessibilidades a todas as ilhas dos Açores e isso não está garantido neste momento.

O PS e o Governo já não escondem as dificuldades e os incómodos, porque a SATA é de todos os açorianos e está a servir pior os açorianos do que as companhias do exterior.

Deputado Francisco César (PS): A sério que está a dizer isso!?

O Orador: Mau sinal dá o Governo quando chegados à época alta e só aí o Governo reconhece o seu fracasso tendo sido consecutivamente alertado nesta Assembleia para essas evidências.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Perante as evidências o Governo Regional, através da Sra. Secretária Regional, deixou a sua mensagem de alerta deixando claro que era bom que viessem para os Açores a TAP e outras companhias aéreas. Este é o reconhecimento do falhanço, da falta de verdade, o reconhecimento que a SATA não tem meios humanos e técnicos suficientes ...

Deputado Carlos Silva (PS): Falta de verdade!

O Orador: ... para ir ao encontro da necessidade e ambição da população do Pico, dos seus empresários e de todo o Triângulo, mas não podemos deixar de questionar o Governo sobre o que andou a fazer durante todo este tempo sem nunca ter trabalhado este assunto junto dos possíveis parceiros, dadas as claras dificuldades da SATA em responder ao Pico e ao Triângulo.

A proposta aqui apresentada pelo CDS desafia o Governo Regional a trabalhar junto do Governo da República com vista à operação da TAP na ilha do Pico e do Faial. Apresentamos o nosso apoio e a nossa posição favorável.

O que o Pico e as ilhas do Triângulo querem é ter garantias de mobilidade e acessibilidade e como tal todas as medidas que levem a este resultado têm o nosso apoio.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O fim das ligações aéreas por parte da TAP para as ilhas do Pico e do Faial infelizmente não nos apanhou de surpresa, uma vez que desde há muito que existiam sinais claros que isso iria acontecer mais cedo ou mais tarde.

Foi notório que muitas das afirmações públicas garantindo que estas ligações se manteriam nunca passaram de retórica vazia sem qualquer consequência prática, a não ser a de tentar convencer os mais crentes e descuidados que algo estava ou iria ser feito no sentido de manter essas ligações e se calhar até reforçá-las.

Quem tenha prestado alguma atenção à política tarifária seguida pela TAP desde há muito tempo via com clareza que as duas gateways, Faial e Pico, eram penalizadas de modo persistente e sistemático, procurando por esta via canalizar os fluxos de passageiros para fora das mesmas, seguindo, aliás, os ditames de uma política do Governo Regional de centralização unipolar do crescimento e do desenvolvimento.

As práticas de tais políticas tarifárias não aconteceram por acaso e para além disso, é importante que se sublinhe, apenas são possíveis de ser postas em prática porque medidas políticas concretas foram tomadas pelos governos da direita.

Com ou sem o PS no sentido de uma liberalização que nunca teve nem terá como preocupação, muito menos como prioridade, a prestação de um serviço público e muito menos ser instrumento de políticas de desenvolvimento da Região ou de qualquer uma das suas parcelas, pois a única e exclusiva preocupação e objetivo é a obtenção dos maiores lucros possíveis para os bolsos dos acionistas.

Não deixa de ser curioso verificar como partidos com responsabilidades governativas em governos da República que tudo fizeram para entregar a TAP aos privados, inclusivamente não hesitando em recorrer à ilegalidade para o fazer.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando ouvimos a Sra. Secretária Regional dos Transportes dar como resposta às preocupações do cancelamento das ligações para o Faial e para o Pico por parte da TAP, que afinal tudo se resolverá uma vez que tem em curso negociações com outras empresas de transporte aéreo para operarem naquelas ilhas, não podemos deixar de ficar perplexos e preocupados.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*): Eu não disse nada disso!

O Orador: Perplexos pela capacidade e facilidade com que a Sra. Secretária consegue transformar destinos que não são rentáveis para a lógica de obtenção de lucros da TAP em destinos apetecíveis e rentáveis para outras empresas, naturalmente estrangeiras, muito provavelmente empresas que não serão low-cost uma vez que no caso do cancelamento da operação da EasyJet, na Terceira, já vimos como a sua lógica de obtenção de lucro não se compadece com a prestação de serviços em que ganhe pouquinho e muito menos em assegurar ligações por motivos políticos ou de políticas de desenvolvimento traçadas pelo Governo.

Preocupados ficamos naturalmente com tudo isto.

Preocupados, em primeiro lugar, porque fica-nos a dúvida se tudo isto não passa de uma encenação para calar a boca às populações do Faial e do Pico, pois de facto não acreditamos quer no súbito interesse dessas várias companhias em operar nesses destinos e muito menos com alguma garantia de continuidade.

Preocupados em saber se para tal serão dados incentivos de tal monta que leve depois o Governo a dizer que não tem capacidade para efetuar investimentos essenciais no Pico e no Faial uma vez que tem esses meios alocados já às ligações aéreas dessas ilhas com o exterior.

Preocupados em saber a origem e destino das ligações.

É que não descurando a importância de ligações com outros pontos tendentes a canalizar fluxos turísticos para estas ilhas, são ligações com o continente português, nomeadamente com Lisboa, que as populações abrangidas pela operação destes aeroportos necessitam e reivindicam.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para a Representação Parlamentar do PCP é urgente e necessário que se clarifique e que o Governo descodifique o que realmente existe de concreto em relação ao futuro a curto e médio prazo quanto a ligações destas duas gateways, Faial e Pico, com o exterior da Região para que não existam equívocos e as populações saibam exatamente com aquilo que podem contar, mas pensar que esta questão se encerra com tal clarificação seria de todo irrealista.

É que quando o Governo Regional prossegue com a sua política de privatização da SATA está manifestamente a demonstrar que nada colheu dos ensinamentos que a privatização da transportadora aérea nacional TAP pôs em evidência e dos constrangimentos que tal privatização colocou e continuará a provocar se não for revertida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso já não é com o Governo!

O Orador: Qualquer política de desenvolvimento numa região tão dependente como a nossa de um efetivo serviço público de transporte aéreo nunca será garantido por lógicas empresariais que têm como principal e único objetivo a obtenção dos maiores lucros possíveis no espaço de tempo mais curto e com o menor investimento.

A Representação Parlamentar do PCP considera que a aprovação de uma proposta tendente a garantir as ligações pela TAP nos aeroportos do Faial e do Pico será um importante passo em defesa das populações e do desenvolvimento harmónico da Região.

Estamos certos que sem a garantia de manutenção na esfera pública de empresas como a TAP e a SATA, quer o Estado, quer a Região não terão meios

de assegurar nem de levar a cabo medidas políticas concretas e objetivas que neste setor garantam o desenvolvimento a que temos merecidamente todo o direito.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não me vou alongar muito neste debate até porque o meu colega Tiago Branco já mostrou a posição do PS, mas obviamente não poderia ficar indiferente perante algumas acusações e outras constatações do colega Marco Costa e o que eu esperava do colega Marco Costa era que pedisse desculpa aos picarotos pelo Governo da República e pela TAP terem abandonado a ilha do Pico. Este é o primeiro ponto.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem! Bem visto! Não sabem pedir desculpas!

O Orador: E voltando um bocadinho mais atrás, ao segundo ponto, recordamos como é que foi aumentada a pista do aeroporto do Pico. Se hoje estamos aqui a discutir ligações aéreas para o exterior da ilha do Pico foi porque um Governo do Partido Socialista tomou a decisão de aumentar a pista, porque os senhores, o vosso partido, não queria que isso fosse possível.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Depois, gostaria também de tecer aqui um comentário ou constatar uma situação relativa às informações do colega do PSD, Carlos Ferreira, que falou de uma diminuição de voos comparando 2014 para 2018 na ilha do Faial. É verdade! Mas omitiu, ou não pretendeu informar, o aumento de voos na ilha do Pico. É que no Triângulo existe complementaridade e nós temos um planeamento, temos uma identificação e temos uma visão sobre isto.

Em 2014, a TAP fez 67 voos territoriais para o Pico e eu esperava de facto que o colega Marco Costa não começasse só pelas questões negativas, parece que sempre que é pior, é melhor, mas valorizando o trabalho que SATA fez ao serviço dos açorianos e dos picarotos, porque a TAP fez, em 2014, 67 voos territoriais e em 2018 a SATA, mesmo com os seus constrangimentos do ponto de vista das tripulações, fez 138 voos. Foi um aumento de 105% ou não existe complementaridade entre a ilha do Pico, Faial e até São Jorge? Ou só se tem uma visão de ilha?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Relativamente, é isso que também nos interessa e só para frisar um aspeto importante, é que os constrangimentos existem, existem também na TAP. Ainda o ano passado, num período de três meses, a TAP cancelou cinquenta e tal voos para o Funchal. Portanto, estamos a falar de uma empresa que tem uma outra escala que a nossa e isso os senhores não pretendem, nem querem, referir.

Choca-me um bocado também relativamente à situação que foi colocada, só para vos dar aqui uma nota muito rápida, é que a TAP quando abandonou a ilha do Pico no verão IATA fazia duas rotações semanais e o senhor sabe perfeitamente quantas rotações semanais, mesmo com os constrangimentos, faz a SATA.

Deputado Carlos Silva (PS): Quantas são?

O Orador: São quatro.

Finalizando, Sr. Deputado Artur Lima, a posição já foi tomada do ponto de vista do grupo parlamentar e sempre que surgirem soluções que possam contribuir para melhorar a mobilidade e as acessibilidades aéreas quer dos açorianos, dos picarotos, dos graciosenses, cá estamos abertos ao diálogo para que estas situações sejam previstas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais:

Traz-nos o CDS um projeto de resolução com caráter de urgência que recomenda ao Governo Regional que no fundo promova um conjunto de diligências para que a TAP volte e regresse a voar tanto para a ilha do Faial, como para a ilha do Pico.

Este projeto de resolução, em primeiro lugar, acaba por justificar a sua existência pela importância do serviço público de transporte aéreo e a sua importância para a Região, nomeadamente, neste caso para as ilhas do Faial e Pico e para o Triângulo no seu conjunto e com isto não podemos deixar de estar de acordo.

Em segundo lugar, releva o caráter público a proposta que aqui traz o CDS, relata o caráter maioritariamente público, não é totalmente público, da companhia aérea TAP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda bem!

O Orador: Como já foi aqui referido a TAP foi alvo de um processo de privatização na 25.ª hora após eleições legislativas e a verdade é que se este processo de privatização não tivesse sido em parte (e friso a terminologia em parte, porque ela não foi totalmente revertida) revertida provavelmente este projeto de resolução não teria qualquer efeito, porque efetivamente uma empresa privada só viria voar para o Faial e para o Pico se isso fosse

manifestamente rentável para essa mesma empresa, nunca viria para o Faial e para o Pico se isso não fosse e o anterior Governo do PSD e CDS, mesmo antes de fazer a privatização da TAP já considerava que voar para o Faial e para o Pico não valia a pena, era uma perda de tempo e era prejudicial ao interesse da empresa, ou seja, ao interesse dos futuros acionistas privados que não tinham qualquer interesse em voar para o Faial e para o Pico, deixando as populações do Faial e Pico abandonadas, com piores mobilidades e efetivamente teve de ser a empresa pública SATA a garantir a mobilidade no Faial e no Pico.

Efetivamente se fosse pelo anterior Governo do PSD/CDS a privatização teria avançado e não estaríamos aqui, hoje, de forma alguma a ter esta discussão e felizmente ela é possível e ela está a ser feita, porque houve uma reversão parcial da privatização da TAP. Também não posso deixar de recordar que não foi apenas o Governo do PSD e CDS que defendiam a privatização da TAP, foi também o Partido Socialista que em vários programas eleitorais defendeu a privatização da TAP.

Deputado Francisco César (PS): Vocês têm a mania que mandam no país!

O Orador: Pelo menos o PS/Açores já reconhece o erro que era essa proposta que o Partido Socialista defendeu. Felizmente reconhece. Vamos pensar é se continuará a reconhecer para a TAP e para a SATA.

Obviamente que posto isto o Bloco de Esquerda votará favoravelmente este projeto de resolução. Obviamente que termos mais uma companhia aérea a operar para o Faial e para o Pico será vantajoso, será mais uma possibilidade, provavelmente o serviço também será (seria se isso acontecer) melhorado, traria obviamente outra escala e poderia resolver ou melhorar alguns dos problemas complicados e graves que têm existido, que têm prejudicado muito a mobilidade das populações das ilhas do Faial e do Pico. Mas há um problema: a gestão da TAP, como todos já percebemos, é uma gestão que está enquadrada num acordo parassocial que foi acordado entre o Governo da República atual e

os acionistas privados que não permite que o Estado tenha uma participação ativa na gestão, não nomeia administradores privados, e isso torna todo este projeto de resolução e a sua possível consequência muito difícil e como vimos com a questão dos prémios, dos famosos bónus dados a alguns dos funcionários da TAP ...

Deputado Francisco César (PS): Essa é que é a questão!

O Orador: ... torna extremamente difícil qualquer intervenção do estado, porque criou-se um acordo parassocial que blinda a gestão privada e torna extremamente difícil qualquer orientação do acionista maioritário e temos aqui um problema.

No entender do Bloco de Esquerda não temos nada contra o projeto de resolução. Ele deve ser aprovado. O Governo Regional deve fazer aquilo que for possível e aquilo que estiver ao seu alcance para garantir um melhor serviço, mas, em primeiro lugar e acima de tudo, a Região tem uma companhia aérea, que se chama SATA, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Exato!

O Orador: ... e que tem que garantir de forma inequívoca, com qualidade, o serviço público para o Faial e para o Pico. Se vierem mais, muito bem. Venham eles! As Obrigações de Serviço Público existem, não têm compensações, qualquer companhia aérea que queira vir voar para o Faial e para o Pico pode fazê-lo como já foi dito, agora a SATA ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): A SATA é que disse à TAP para ir embora! Ele não disse uma verdade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... não pode deixar de garantir o serviço ...

Sra. Presidente!

(Diálogo entre as bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Julgo que há aqui um reavivar de um debate de 2015, mas julgo que os Srs. Deputados terão tempo para tornar esse debate de novo vivo, julgo que será interessante, mas gostaria de terminar a minha intervenção.

A SATA tem de garantir o serviço público para as ilhas do Faial e do Pico como tem de garantir em toda a Região. Não podemos estar dependentes do exterior e temos uma companhia aérea para isso mesmo. É pena é que o Partido Socialista não tenha ainda reconhecido que o erro de privatizar parte ou a TAP totalmente é o mesmo erro que quer fazer com a privatização de 49% da Azores Airlines.

Deputado Francisco César (PS): Não tem nada a ver!

O Orador: É exatamente o mesmo problema, é exatamente a mesma raiz do mesmo problema. É que para o Partido Socialista a privatização quando é feita por aqueles senhores do PSD ou do CDS é má, quando é feita pelo Partido Socialista é uma privatização boazinha, que não faz mal a ninguém e que vai cumprir com aquelas que são as obrigações que o Partido Socialista acha que vai conseguir impor aos privados.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é o Partido Socialista, é a SDEA!

O Orador: Meus senhores, só uma gestão pública da companhia aérea regional pode garantir que ela sirva como deve ser o Faial e o Pico e todos os cidadãos açorianos e açorianas. Agora, não pode é ser a gestão mal feita, sem planeamento que tem acontecido. Esse é um problema de gestão. Agora, a garantia do serviço público ser feito pela SATA, por uma SATA pública, só se garante com 100% do capital.

Disse.

(Diálogo entre os Deputados Tiago Branco e Duarte Freitas)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente e restantes Membros da Mesa, eu não quero atropelar as vossas competências, mas deixe-me, Sra. Presidente, começar por fazer aqui uma chamada.

Carlos César.

Deputado António Lima (BE): Não está!

Deputado José San-Bento (PS): Não está presente na sala! Está na Assembleia de República!

O Orador: Carlos César. Não está?

Lara Martinho.

Deputado José Contente (PS): Felizmente não podemos chamar nenhum do PPM!

O Orador: Lara Martinho. Não está?

Pode ser que este esteja.

João Castro.

Deputado Francisco César (PS): Chega amanhã! Na SATA!

O Orador: Também não está o deputado do Faial.

Bem, meus senhores, o que nós estamos aqui a debater é uma proposta do Parlamento junto do Governo Regional para que, por sua vez, o Governo Regional pressione o Governo da República.

Eu pergunto: nós temos métodos mais diretos, temos o método da representação parlamentar, nomeadamente do partido governamental, que até tem o presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista em Lisboa, até lá está o presidente

do Partido Socialista a nível da estrutura nacional e o que eu pergunto é o que é que esses senhores lá estão a fazer?

A minha pergunta é: o que é que esses senhores lá estão a fazer?

Porque os Srs. Deputados disseram: “Ah, concordamos com a medida! Concordamos com a medida!”

Então eles não são representantes do PS/Açores?

O que é que eles fizeram nesta matéria?

O que eu vos pergunto é o que é que o senhor Carlos César, a senhora Lara Martinho e em especial o deputado eleito aqui pelo Faial, o que é que o Sr. Deputado João Castro fez nesta matéria?

Deputado José Contente (PS): Quem vai resolver isso é o Nuno da Câmara Pereira!

O Orador: Parece-me que nesta matéria, como em muitas outras, não fizeram absolutamente nada e esquecem-se dos interesses dos Açores, nomeadamente dos interesses das ilhas do Grupo Central no Triângulo.

Deputado José Contente (PS): O Nuno da Câmara Pereira vai resolver isso!

O Orador: Devo dizer o seguinte: estavam ou não estavam mandatados?

Os senhores podiam dizer: “Nós não tínhamos isso no programa eleitoral.”

Mas estava! Tenho aqui o programa eleitoral nacional do Partido Socialista em 2015 e os senhores dizem que querem recuperar o controlo da TAP, nomeadamente para assegurar a ligação à África Lusófona, ao Brasil e à diáspora portuguesa.

Eu pergunto: e os portugueses dos Açores?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Bem visto!

O Orador: Então a lusofonia muito bem, têm capacidade para inverter a situação e assegurar as ligações aéreas. Estou de acordo.

No Brasil, também têm essa capacidade.

Têm capacidade para assegurar as ligações com a diáspora.

Eu pergunto: o senhor Carlos César, a senhora Lara Martinho, o senhor João Castro, não verificaram o programa eleitoral que faltava já agora também servir os portugueses dos Açores, servir os portugueses que vivem no Faial, servir, por exemplo, os portugueses que vivem no Pico?! Ah, nós não contamos!

Conta tudo e em último lugar o que não conta são os faialenses e quem vive na ilha do Pico.

Em relação ao programa eleitoral eu verifico este lapso, verifico este lapso em relação à capacidade de influência do Governo da República de influenciar a TAP.

Dizia há pouco o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda: “Atenção que está muito limitada.”

Mas o Partido Socialista dizia que não havia problemas de cumprir estes desígnios estratégicos. Os desígnios estratégicos com estes locais está tudo assegurado, menos servir os portugueses dos Açores.

Depois, eu penso que é muito importante relembrar um bocadinho a história, porque o Sr. Deputado do Partido Socialista que fez a defesa desta matéria, o Sr. Deputado Tiago Branco, contou uma história mal contada.

Oh, Sr. Deputado, então o Sr. Deputado sofre de uma amnésia seletiva. Só se lembra até 2015 para atribuir responsabilidades ao PSD e ao CDS e diga-se muito bem nesta matéria; depois entre 2015 e 2019 quem é que está no Governo em Lisboa?

Quem é que pode inverter esta situação?

Não é o Governo do seu partido?

Então o senhor esquece-se! Estes quatro anos já não lhe interessam! Só tem memória para 2015.

Normalmente é ao contrário. Nós temos memória das coisas mais recentes, o senhor só se lembra das coisas mais antigas. Só se lembra das coisas mais antigas! É uma coisa curiosa! É uma amnésia seletiva!

Devo dizer-lhe (já agora vou-lhe recordar, Sr. Deputado), vou-lhe ajudar a reavivar essa memória, Sr. Deputado.

Veja bem, diz V. Exa.: “Então qual foi a negociação que foi feita em 2015?”

Eu vejo aqui Luís Parreirão. Lembra-se do nome? Luís Parreirão, o anterior responsável pela SATA, que saiu antes do tempo, mas saiu com as medalhas todas que o Governo Regional meteu ao peito como grande gestor e diz que a SATA “tem capacidade de resposta para compensar. Não há qualquer tipo de problema.”

Não foi o Luís Parreirão que disse isto?

E nos jornais de 2015 não há referências à existência de um acordo entre a TAP e a SATA que permitiria que não existissem problemas?

Também está nos jornais da época e não foi desmentido.

Portanto, em relação a esta matéria, para terminar, o que eu gostava de dizer é o seguinte: há responsabilidades da SATA e há uma ausência que também quero aqui recordar, quero apelar também à memória do Sr. Deputado José San-Bento que anteontem estava aqui num exercício a dizer que “a SATA está no bom caminho, ...

Deputado José San-Bento (PS): E está!

O Orador: ... nós vamos recuperar a SATA, a SATA está para dar as respostas necessárias. Os senhores são uns ingratos.”

Ele está ali acanhado, coitadinho.

Deputado José San-Bento (PS): Coitadinho é a sua avó!

O Orador: Eu acho que deve ter a ver com os 21 milhões de prejuízo que foram anunciados em relação ao primeiro trimestre. Só pode ser isso!

O senhor está tão recatado, tão caladinho, já não está tão exuberante, Sr. Deputado. Eu espero-o aqui neste debate. Espero por si neste debate.

Deputado José San-Bento (PS): Não tem estatura para me desafiar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu devo lembrar, em primeiro lugar, o processo de liberalização das rotas e esse desbloquear do processo de liberalização dos Açores. Devo lembrar a atuação do Sr. Ministro Pires de Lima que desbloqueou esse processo que estava desbloqueado há dois anos. Portanto, é bom que o Sr. Deputado também se tivesse lembrado disso para citar aqui.

Como bem me lembro, Sr. Deputado, o senhor foi muito seletivo na sua memória, tem uma memória muito seletiva, mas eu devo dizer-lhe que é falso e desafio-o a provar, é absolutamente falso e eu sei o que é que lhe estou a dizer, porque na altura foi levantado esse boato, tive o cuidado de me informar e é absolutamente falso que o Governo da República tenha dado qualquer instrução à TAP para não voar para os Açores.

Deputado Luís Maurício (PSD): Exatamente!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Exatamente! E o senhor se tem provas que as mostre, senão é mentira!

O Orador: Isso é absolutamente falso, Sr. Deputado!

Eu tenho que lhe dizer isto com toda a frontalidade. Não é verdade!

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

Deputado José San-Bento (PS): Que o Sr. Duarte Freitas fique nervoso eu percebo, agora isto?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não fico nervoso, apenas fico chateado com mentiras conscientes!

O Orador: Eu não estou nervoso, Sr. Deputado. Eu estou a esclarecer o Sr. Deputado Tiago Branco do Faial.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Temos muito tempo de debate para se poderem inscrever.

Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Posso continuar?

Depois os Srs. Deputados San-Bento e Duarte Freitas irão inscrever-se e gladiar. O Sr. Deputado Paulo Estêvão espera ansiosamente por si.

Sr. Deputado Tiago Branco, a privatização da TAP ...

Sr. Deputado, se me permitir ...

A privatização da TAP era uma inevitabilidade, era uma inevitabilidade para qualquer Governo que ganhasse as eleições ...

(Diálogo entre os Deputados José San-Bento e Paulo Estêvão)

Presidente: Srs. Deputados, por favor!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, quer me deixar terminar a minha intervenção?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Desculpe, estou a ser provocado!

O Orador: Senão eu sento-me, os senhores conversam e depois ... Quer dizer, os senhores já por três vezes que interrompem a minha intervenção.

Sr. Deputado José San-Bento, quem é que está nervoso aqui dentro?

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. Deputado Duarte Freitas!

O Orador: A privatização da TAP estava prevista no programa do PSD, no programa do CDS e no programa do Governo do PS. Era só ir consultar os três programas dos três partidos. Portanto, o que o senhor vem aqui dizer, infelizmente, “não bate a bota com a perdigota”.

Mas o que bate, Sr. Deputado, é o seguinte. Vou-lhe citar da campanha eleitoral, os deputados aqui citados, pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, que diziam (candidatos à Assembleia da República) que “de qualquer modo o próximo Governo da República e os deputados na Assembleia da República do

PS terão que cuidar com muita firmeza para que a TAP cumpra as suas obrigações para com os Açores”.

Oh, Sr. Deputado, há quantos anos o PS está no Governo da República? Porque é que ainda não fez o que prometeram em campanha eleitoral?

O PS porque é que não reverteu para 51% o processo de privatização da SATA e fez cinquenta vírgula qualquer coisa por cento? Porque é que não foi 51?

Custava-lhe dois ou três milhões de euros. Porque é que não o fez?

É a pergunta que o Sr. Deputado também tem de esclarecer.

Mas o que aqui releva, Sr. Deputado, é que efetivamente a TAP prestava um bom serviço a estas ilhas e devo-me orgulhar, Sr. Deputado, de ter dado um contributo muito válido de ter proposto para os Açores um programa de melhoria da aeronavegabilidade nos Açores, nomeadamente as cartas de descida para o Faial, para o Pico e para as outras ilhas dos Açores que não existiam e o armazenamento de combustível no Pico que permitiu à TAP fazer voos diretos do Pico para o exterior. Foi também uma proposta do CDS.

Mas o que acontece, Sr. Deputado, é: onde é que está o aumento do aeroporto da Horta que também era necessário que o senhor respondesse?

E até a câmara do seu partido, que veio fazer uma promessa milagrosa, um orçamento milagroso, um orçamento low cost (ao que parece!) em que desafiou todos os técnicos deste país e estrangeiros apresentando um orçamento, enfim, baratinho para aumentar o aeroporto. A pergunta é: porque é que o aeroporto ainda não está aumentado?

Mas mais grave do que isto, Sr. Deputado Tiago Branco, é porque é que ainda não fizeram o aumento das aéreas RESA?

Isto não se compreende, porque isso custa *peanuts*.

Porque é que a ANA ainda não fez, ou o Governo da República ainda não fez ou o Governo Regional, se já se substituía a esse aumento?

Depois, Sr. Deputado, era preciso que a SATA efetivamente, como dizia ...

Agora é aquele senhor que vai tratar da privatização da SATA!

Qual é a diferença entre privatizar a TAP e privatizar a SATA?

Eu gostaria que me explicasse. Qual é a diferença entre privatizar 49% da TAP e privatizar 49% da Azores Airlines?

Eu gostaria que me explicasse qual é a diferença. O socialismo é diferente?

Eu também gostaria que me explicasse essa parte.

Nós aqui fomos contra a privatização da vossa proposta de privatizar a Azores Airlines. Nós, aqui, nos Açores!

Lembra-se de Vítor Fraga? Aquele senhor que agora é que manda na SATA e que vai privatizar a SATA, lembra-se?

Pois, o senhor dizia na altura quando era Secretário “que garantia que a SATA, no momento da verdade, se vai chegar à frente e vai assegurar as rotas que a transportadora aérea nacional deixou do Pico e do Faial.” Vai-se chegar à frente!

Deputado André Rodrigues (PS): Teve que se chegar à frente!

O Orador: O problema é que para se chegar à frente a SATA precisava de ter aviões para servir o Pico e o Faial, que como sabe são pistas com características próprias.

O problema é que tem um 320 em manutenção que ninguém sabe dele, o que é que tem acontecido; o problema é de tal gravidade que até a Airbus já foi chamada a inspecionar o avião, os técnicos da Airbus, não apenas uma empresa certificada de manutenção já serviu para fazer a manutenção do avião e para o por a voar, portanto, é um avião que vai precisar praticamente de um *overall* total, o que diz bem de muita coisa que eu não quero aqui falar, portanto, Sr. Deputado Tiago Branco, sem aviões não se serve o Pico e o Faial, sem o aumento da pista não se serve o Pico e o Faial e os pilotos de ACMI não podem

voar para o Pico e para o Faial. Portanto, nem os mínimos dos mínimos os senhores conseguiram fazer.

Nós aqui vimos propor mais uma solução para ajudar a SATA, mas vou-lhe dizer uma coisa: é uma solução que até pode ajudar a salvar a SATA. Ao contrário do que possa parecer é uma solução que vai aliviar a SATA ...

Deputado Carlos Silva (PS): Nós votamos a favor, Sr. Deputado!

O Orador: ... se a TAP e o Governo da República quiserem voar para o Pico e para o Faial garanto-lhe que em termos operacionais é uma solução que vai contribuir para os bons resultados da SATA. É uma solução que convém a todos e por isso mesmo era necessário que, para bem de todos, ...

Deputado Carlos Silva (PS): O que é que o senhor quer dizer com isso? Que a rota dá prejuízo, é?

O Orador: Diga, Sr. Deputado Carlos Silva?

Oh, Sr. Deputado Carlos Silva, eu vou-lhe fazer uma pergunta com toda a sinceridade: o senhor quer mesmo que eu lhe explique isso?

É porque não vai gostar da explicação que lhe vou dar.

Quer mesmo que lhe explique como é que vai ajudar a SATA? O senhor tem a certeza do que me está a pedir?

É porque se tiver a certeza eu explico-lhe a seguir.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Não quero também falar sobre o passado, mas já foi aqui referido quer em aparte pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, quer pelo Sr. Deputado Artur Lima e é importante voltar a esclarecer que não foi dada qualquer instrução à TAP para abandonar a rota da Horta.

Deputado Francisco César (PS): Como é que o senhor sabe isso?

O Orador: Pelo que sabemos é falso e se os senhores tiverem alguma forma de o provar que a apresentem aqui, neste Parlamento.

Em segundo lugar e em relação àquilo que nos interessa...

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Em segundo lugar e em relação àquilo que nos interessa aqui, que é sobretudo o presente e o futuro, disse a Sra. Secretária Regional e também foi já aqui referido pela bancada do Partido Socialista que quantas mais companhias vierem, melhor, mas para quem governa, Sra. Secretária, não basta esperar que as coisas aconteçam e que as coisas caiam do céu e com o PS no Governo da República e a reversão parcial da privatização da TAP poderiam já ter sido realizadas as diligências que são agora propostas nesta iniciativa.

Em terceiro, uma agência de turismo anunciou ontem que vai operar, vai voar para Ponta Cana com avião da Azores Airlines.

Sra. Secretária, nós podemos conquistar o mundo, o que não podemos é fazê-lo à custa da mobilidade das populações do Faial, do Pico e de todas as ilhas dos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): E qual é o avião, Sr. Deputado?

O Orador: Portanto, é fundamental que a Sra. Secretária nos dê aqui hoje garantias e não estamos apenas a falar da aeronave. Como já percebemos nos últimos dois anos estamos a falar também das tripulações, portanto, perguntava, Sra. Secretária, se a senhora pode hoje garantir nesta Assembleia a melhoria imediata do serviço e da capacidade da SATA Azores Airlines para servir as populações das nossas ilhas?

Relativamente à sua referência em comissão do desejo ou apoio à vinda de outras companhias perguntava-lhe, Sra. Secretária, que diligências já realizou nesse sentido ou que diligências tenciona realizar para que outras companhias possam efetivamente vir a operar nestes destinos?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não era para fazer uma intervenção neste âmbito, mas pareceu-me pertinente realizá-la, pois acho que há conjunto de inverdades que estão a ser, ou a tentar ser passadas pela parte do Partido Social Democrata.

Aquilo que está em causa aqui neste projeto de resolução é se nós estaremos disponíveis para viabilizar a possibilidade ou a recomendação do Governo dos Açores junto do Governo da República envidar esforços para que a TAP passe a voar para o Pico e para o Faial.

Acho que há aqui um primeiro ponto que deve ser esclarecido: nós sempre dissemos, o Governo sempre referiu, que estamos a fazer todos os esforços para trazer não só a TAP, mas outras companhias para os aeroportos da nossa Região que tenham capacidade para receber estas mesmas companhias. Foi sempre esse o nosso compromisso ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Tal como os esforços para controlar os prejuízos da SATA!

O Orador: ... e está isso no próprio programa eleitoral do Partido Socialista. Este é um ponto que eu acho que deve ser claro ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Com a Delta foi exatamente assim!

O Orador: ... e por isso vamos aprovar este projeto de resolução. Este é o primeiro ponto que me parece que deve ficar aqui manifestamente vincado.

Sr. Deputado, se quiser falar inscreva-se.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi um aparte!

O Orador: Não, não é. É uma conversa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é, é um aparte. Se quiser discutir se é um aparte ou uma conversa, podemos conversar!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Segundo ponto e parece-me ser interessante: é que a oposição de direita, neste caso, venha aqui com o pressuposto de que é possível o Governo da República dar indicações a uma companhia aérea para voar para os Açores.

Deputado Luís Garcia (PSD): Foi isso que o seu colega disse!

O Orador: É esse o pressuposto que quer o Deputado Artur Lima, como coordenador do CDS-PP, quer o resto dos partidos da oposição acham que é possível a um governo dar instruções para uma companhia aérea voar para os Açores. É curioso! É curioso que achem possível o Governo da República da responsabilidade do Partido Socialista dar indicações à TAP para voar para o Faial e para o Pico, mas já não achem nada extraordinário o Governo da República do CDS e do PSD não ter dado indicações à TAP para voar para o Faial e para o Pico.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Essa é que é a questão!

O Orador: Essa é que é a questão!

Não é se mandou sair ou não. A questão que se coloca aqui é porque é que tendo a TAP manifestado interesse de sair do Faial e do Pico, porque é que o Governo da República de responsabilidade de Vs. Exas. não o fez. Essa é que é a primeira questão e eu não vi os Srs. Deputados, primeiro, na altura fazerem essa acusação, não vi a seguir fazerem essa reivindicação desta forma (é certo

que houve uma resolução nesta câmara de protesto, é certo que houve uma resolução de protesto), mas os senhores ficaram-se pela timidez do momento ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... quando Sérgio Monteiro cá veio e o líder de então do PSD aos abraços a Sérgio Monteiro sem nunca ter referido e ter dito: “Se és tão bom para a Região Autónoma dos Açores, sê também por uma pequena parte que é de tanta importância como todas as outras partes do arquipélago.” É porque os senhores nesse caso não fizeram aquilo que deveriam ter feito. Nós fizemos então. Nós na altura várias vezes solicitámos ao Governo da República que mantivesse a TAP, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): O que estão a fazer? A TAP já está aí!

O Orador: ... até porque sabem bem os senhores que a nossa companhia aérea regional teve que ir à pressa, no espaço de uma ou duas semanas (já não me lembro bem do prazo) adequar um conjunto de meios que tinha para fazer esta operação. Nós sabemos que esta é uma operação difícil. Nós sabemos que temos uma empresa que é pequena.

Deputado Bruno Belo (PSD): Só é grande no prejuízo! Os prejuízos são grandes, dos maiores!

O Orador: A SATA é pequena. É pequena!

A TAP, que tem a dimensão que tem, teve 100 milhões de euros de prejuízo.

Nós estamos aqui numa conversa e num diálogo que eu tento que seja o mais frutuoso possível, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): É uma companhia pequena com prejuízos grandes!

O Orador: ... porque o que nós queremos é o melhor para o Faial. Calculo que os senhores queiram isso. Nós queremos, certamente!

Portanto, os senhores antes de acusarem, vamos trabalhar. Essa é que é a questão e nós estamos disponíveis. Iremos aprovar esta proposta. Agora, nós

sabemos dos constrangimentos que temos. Iremos fazer o nosso trabalho naturalmente. O Governo irá fazer o seu trabalho, conseqüentemente.

Deputado Luís Garcia (PSD): Já estão é arranjando desculpas!

O Orador: Agora, a verdade é que, neste momento, o Governo da República até tem dificuldades em conseguir impedir que paguem prémios de gestão a determinados funcionários e estou certo que se o Governo tiver a possibilidade de dar indicações para a TAP voar para cá, melhor. Esse é o nosso desejo.

(Apartes dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Os senhores quando quiserem falar podem-se inscrever, em vez de fazerem barulho, porque penso que estamos a tentar trabalhar para o mesmo. É porque nem são comentários, é ruído. Peço desculpa! É o que me chega aqui.

Portanto, o nosso compromisso: primeiro, a SATA tem que servir o melhor possível os seus destinatários de serviço – Pico, Faial, Santa Maria, São Miguel e Terceira, naquilo que diz respeito às gateways para o continente e no caso destas duas gateways particularmente tem que se conseguir adequar com os meios suficientes para cumprir este serviço público. Ninguém o nega. O Governo não o nega. Queremos todos o mesmo e os senhores também querem, calculo. Em vez de andarmos a acusar todos os dedos uns aos outros vamos tentar fazer com que o problema seja verdadeiramente resolvido, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores têm um bocadinho mais de responsabilidade!

O Orador: ... porque eu não acredito que os senhores queiram que a SATA falhe. Eu acredito que os senhores querem que a SATA faça o melhor serviço possível, mas nós também queremos.

Eu gostava que o Faial tivesse a TAP, a SATA, a Ryanair, a EasyJet, a Delta, até a Lufthansa. Gostávamos todos, não é?

Agora, nós temos de ver se isso é possível.

Podemos trabalhar todos para isso?

Podemos. É isso que eu gostava que fizéssemos aqui. Era isso que eu gostava que fizéssemos aqui.

Vamos a isso, então.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando o Sr. Deputado Francisco César começou a sua intervenção pensei que ia recentrar no problema e na discussão que nos trouxe aqui que tem a ver com resolver os problemas de acessibilidade às ilhas do Triângulo, mas a sua tentação de atirar pedras à oposição sobre o passado é muita.

Deputado José Contente (PS): Nós até vamos aprovar!

O Orador: Portanto, a conclusão que se tira do que se tem passado em comissão, nas intervenções dos Srs. Deputados Mário Tomé, Tiago Branco sobre as suas orientações é que os senhores estão em negação. Os senhores não trazem soluções e são os senhores que governam, não é a oposição, os senhores é que têm a SATA, os senhores é que têm os resultados que se vê da SATA, os

senhores é que limitam as acessibilidades a estas ilhas e depois os senhores estão em negação consigo próprios, ...

Deputado Francisco César (PS): A SATA é de todos!

O Orador: ... mas o que temos aqui é o memorando que foi entregue em mão ao Sr. Presidente do Governo, um memorando representativo das instituições da sociedade civil das três ilhas que demonstra bem o que é que se sente todos os dias, nestas ilhas, sobre as acessibilidades e os senhores vêm novamente à Assembleia com ar de impunidade perante o que é a realidade do Triângulo neste momento e no Pico.

Deputado João Vasco Costa (PS): Esse ar é o seu! Peça desculpa!

O Orador: Portanto, estão em negação. Ainda não ouvimos a Sra. Secretária hoje, aqui, a dar uma única palavra a esta Assembleia e ao Triângulo, ...

Deputado José Ávila (PS): Mas esteve oito horas na comissão!

O Orador: ... não se ouviu uma única palavra também da sua parte sobre quais foram as diligências efetuadas. Portanto, a bola está toda do vosso lado: na gestão, nos maus resultados económicos, na falta de acessibilidades às ilhas do Triângulo e os senhores tentam mandar farpas políticas. Isso não é estar ao lado dos açorianos, em particular destes das ilhas do Triângulo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Carlos Silva (PS): E propostas, zero!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

O projeto de resolução que aqui traz o CDS-PP recomenda que o Governo Regional promova diligências junto do Governo da República ou outras, diria eu, acrescentaria eu, no sentido de operacionalizar neste caso concreto o regresso da TAP à operação da ilha do Pico e da ilha do Faial.

Convém ter presente antes demais e para enquadramento da situação quais são as regras que regem a exploração destas rotas.

Conforme se recordam, através de comunicação da comissão nos termos do procedimento previsto no Regulamento n.º 1008/2008 do Parlamento Europeu foram fixadas ou impostas obrigações modificadas de serviço público para os serviços aéreos regulares em determinadas gateways, nas quais se incluem as duas que hoje aqui estamos concretamente a falar. Foram fixados mínimos de capacidade, de continuidade, de frequências, de capacidade de carga, de tarifas, entre outras. Com esta comunicação pretendeu-se assegurar a fiabilidade destas ligações, a sua continuidade, a sua regularidade, a fixação de determinados preços em proteção dos residentes ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Nada disso foi conseguido!

A Oradora: ... e a determinação de capacidades mínimas que deveriam constar de um plano de exploração a apresentar pelas companhias candidatas.

Eu gostava de salientar que no âmbito desta comunicação ou nas normas que regem a exploração destas rotas não há, conforme foi dito pelo Sr. Deputado Tiago Branco, qualquer direito exclusivo atribuído à Azores Airlines ou SATA Internacional. Muito pelo contrário.

É um regime de fixação de OSPs mínimas nos termos em que vos referi, mas que permite a entrada de outras companhias aéreas desde que preencham determinados pressupostos que não são de exigência descabida e que se prendem com a apresentação de um programa de exploração para duas estações IATA consecutivas na tal perspetiva de continuidade, fiabilidade e regularidade das ligações, obrigações quanto a frequências e capacidade global, obrigações

de carga, tenham licença de exploração válida emitida por estado membro, certificado de operadora aérea e depois os habituais requisitos de qualquer contratação pública de situações regularizadas perante a autoridade tributária e Segurança Social.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A SATA está a cumprir isso tudo?

A Oradora: A SATA está a cumprir, sim senhor, isto tudo.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não está, Sra. Secretária!

Deputado Bruno Belo (PSD): Menos as contas! Vocês são maus é a fazer contas!

A Oradora: Para além disto, estas Obrigações de Serviço Público permitem, conforme também referiu o Sr. Deputado Tiago Branco, não só a possibilidade de subcontratação por parte das transportadoras ...

Se não estiverem interessados no que eu digo ... O Sr. Deputado Marco Costa disse que eu ainda não tinha falado. Se não estiverem interessados que eu vou dizer calo-me já.

Deputado Marco Costa (PSD): A senhora é que não está interessada em falar sobre este assunto!

A Oradora: Não! O senhor é que não está interessado em ouvir.

... não só permite a possibilidade de subcontratação, como permite ainda, ou não há qualquer oposição, a acordos de code-shares ou interlines para determinadas gateways. Isso significa que uma companhia que queira entrar agora poderá usar o cumprimento das OSPs da SATA Internacional e incrementar esta oferta.

Dito isto, não existe na regulamentação existente (se bem que estamos totalmente abertos na negociação dessas novas OSPs considerar, se assim for o desígnio dos residente destas duas ilhas o cenário da liberalização), nestas OSPs nada há que impeça a entrada de novas companhias e confesso-vos que pela

leitura da comunicação os poucos pressupostos que são exigidos não me parecem de difícil cumprimento.

Ora bem, a posição do Governo Regional dos Açores é de que não se opõe e trabalha, aliás, para que venham outras transportadoras aéreas que não só a TAP para estas gateways, como para qualquer gateway da Região Autónoma dos Açores. Entende que com isso beneficiam os residentes das ilhas destas gateways em específico, como beneficia toda a Região.

Ponto dois: a SATA não se opõe à celebração de quaisquer acordos com outras companhias que permitam no regime em que referi o incremento da oferta nestas gateways.

Dito isto, passamos a explicar o que é que é o trabalho do Governo Regional dos Açores não só anteriormente a esta recomendação, mas até na sequência desta recomendação que se acolhe sem problemas e sem reservas.

Já de há muito tempo, ou pelo menos desde a altura em que assumi este departamento, aliás, também pela minha colega do departamento do turismo que são estabelecidos diversos contatos com várias operadoras aéreas, quer em contatos diretos, em reuniões de trabalho em que é apresentado e promovido não só o destino turístico Açores, mas também as potencialidades das suas infraestruturas aeroportuárias, a facilidade do seu custo reduzido face a outras infraestruturas aeroportuárias em outras partes do mundo que as torna mais aliciantes e esse trabalho de promoção é feito não só em contato direto com essas companhias, como é feito também em diversas feiras internacionais que através do turismo a Região tem estado sempre presente.

A grande dificuldade nesses contatos são aqueles que todos nós sabemos: qualquer avaliação destas rotas por parte das companhias com quem contactamos assenta em critérios únicos e exclusivamente economicistas, viabilidade económica da rota, retorno para as companhias e, portanto, entendem explorar a possibilidade de construir um plano de exploração para estas rotas e chegam

frequentemente à conclusão que do ponto de vista da viabilidade não lhes é atrativo.

Nesse sentido, a Região trabalha, o Governo Regional trabalha no sentido de apoiar com promoção turística do destino e é este o trabalho que está em curso.

Obviamente que não existem notificações, cartas a essas companhias aéreas no sentido de “venham voar para cá!”. Não é assim o trabalho feito nesta área.

É um trabalho de promoção. O trabalho de promoções é feito pela presença em feiras, pelos contatos pessoais, pelas reuniões que são tidas nas mais diversas ocasiões.

Este é o trabalho que está em curso, este é o trabalho que continua.

Conforme já disse e até de uma forma bastante clara, venham mais companhias aéreas voar para a Região, para todas as gateways e para estas em particular.

Portanto, não me faz ... ou melhor, acato com agrado a proposta do CDS-PP com a observação de que já é um trabalho que está e curso, com a observação de que o trabalho não se poderá cingir à companhia aérea TAP, por diversas razões, até nem que fosse para alargar o leque de possibilidades de conseguirmos mais companhias aéreas para estas gateways.

Por agora é o que se me oferece dizer.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José San-Bento não aceitou o meu repto. Tem 21 milhões de razões para não aceitar, portanto, não está aqui, mas ficou o Sr. Deputado Francisco César.

O Sr. Deputado Francisco César vem-nos aqui sobretudo dizer o seguinte e vem-nos aqui desiludir. Eu, de facto, aos 51 anos ainda acredito no Pai Natal e o Sr. Deputado veio aqui dizer: “Os senhores ainda acreditam no Pai Natal, ainda acreditam no programa eleitoral que nós escrevemos?” É mais ou menos assim. “Vocês ainda acreditam no que nós escrevemos aqui no programa eleitoral. Vocês acreditam que nós queríamos o controle novamente da TAP para poder interferir e para poder mandar a TAP realizar determinados voos estratégicos, nomeadamente voos absolutamente fundamentais para a unidade nacional ao serviço dos portugueses dos Açores. Vocês acreditam nisto?”

“Não há Pai Natal. Não acreditem no Pai Natal. Não acreditem nos programas eleitorais! O que está no programa eleitoral não é para levar a sério. Isto é só para os eleitores!

Os senhores são deputados, não podem acreditar. Os eleitores é que têm que acreditar.”

Agora, o que é fundamental nesta matéria, para além desta desilusão obviamente da notícia que o Sr. Deputado Francisco César nos deu, é que a Sra. Secretária nos responda (já que o Sr. Deputado José San-Bento desertou) e diga: Sra. Secretária, em relação à SATA, às contas da SATA que V. Exa. desconhecia na discussão de quarta-feira, mas que já conhece hoje, explique-me o seguinte, como é que o prejuízo aumentou de 14 milhões de euros no primeiro trimestre (14,5 milhões, nós às vezes já dizemos 14 milhões ... isto parece assim uma coisa!) 14,5 milhões de euros no primeiro trimestre, ...

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, ouvi dizer que estávamos a falar do Faial e do Pico!

O Orador: ... em 2018 aumentou para 21 milhões de euros. Estamos no bom caminho, dizia V. Exa., estamos a progredir, temos boas notícias. Isto é que é a boa notícia?

Explique-me isto, Sra. Secretária.

Deputado José Contente (PS): Faça uma interpelação para setembro sobre isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Tiago Branco tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Srs. Deputados, ninguém (e volto a frisar aquilo que já foi dito, quer por mim anteriormente, quer pelo meu colega Mário Tomé, quer pelo meu líder parlamentar Francisco César), ninguém mais do que o Partido Socialista está interessado em que mais companhias aéreas venham voar para o Triângulo, porque isso é natural.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para o Triângulo não pode!

O Orador: O que me parece é que os senhores parece que queriam que nós votássemos contra este projeto de resolução.

“Vamos lá nós esfregar as mãos para bater no Partido Socialista, porque eles vão chumbar este projeto de resolução.”

O que está aqui em causa, Srs. Deputados, e vamos ser muito simples e muito coerentes, o que Partido Socialista está a ser incumbido é de resolver um problema que os senhores criaram e os senhores vêm para aqui num projeto de resolução, que é sobre a vinda do regresso da TAP para o Faial, falar na SATA como quem diz: “Bem, nós arrumámos com a TAP daí os senhores agora que se desenrasquem a resolver os problemas com a SATA no Faial e no Pico.”
Portanto, nessa medida ...

Sr. Deputado Duarte Freitas, quem conduziu este processo de privatização da TAP foi o Sr. Secretário de Estado, Sérgio Monteiro, que o senhor até no verão de 2015, na véspera das eleições nacionais, levou para universidade de verão do PSD, em São Jorge, falar sobre transportes e modelos de transportes aéreos e marítimos depois de ter feito uma coisa destas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É o pai da revolução!

O Orador: Aliás, se serve agora para nós mandarmos a TAP para regressar ao Faial, porque é que não serviu na altura para os senhores mandarem a TAP para não deixar de ir para o Faial e para o Pico? A questão é essa. Se serve agora para mandar, porque é que não serviu na altura para isso?

Aliás, os senhores fizeram isso muito timidamente. Devo dizer até no ano de 2015, no ano da privatização da TAP, o PCP, a Representação Parlamentar do PCP na altura apresentou nesta Casa um projeto de resolução sobre a pronúncia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a privatização da TAP, para que não houvesse diminuição do transporte da TAP nos Açores, que não houvesse constrangimentos, e que isso não significasse qualquer tipo de ... E os senhores votaram contra.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Contra a privatização! Leia a resolução toda!

Deputado Luís Maurício (PSD): Leia tudo!

O Orador: Portanto, os senhores timidamente cederam nisto e o que está a acontecer é que agora está a caber ao Partido Socialista, também por via da aprovação desta resolução, resolver um problema que os senhores criaram. A verdade é essa. É nisso que vamos trabalhar e é para isso que estamos empenhados.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Desculpe, não percebi.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra então, Sr. Deputado.

(* **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, eu inscrevi-me quando o Sr. Deputado Paulo Estêvão estava a falar. Não sei se a senhora registou ou não o pedido de inscrição.

Presidente: Peço desculpa, não registei, mas considerando que já dei a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima, eu inscrevo-o então agora e peço desculpa, realmente não reparei nisso.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(* **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Registo com muita satisfação a disponibilidade do Partido Socialista para aprovar esta resolução, mas também não podemos ser aqui ... Vamos lá ver uma coisa, é preciso por aqui os nomes nas coisas.

Então e o aumento do aeroporto da Horta?

Deputado Francisco César (PS): Também!

O Orador: É uma questão que temos de colocar aqui, porque é essa questão que eventualmente atenua algumas situações, não resolve, atenua.

É preciso dizer outra coisa: quando se fala aqui, que eu ouvi falar ali o Sr. Deputado Marco Costa e aqui já não sei quem ...

Eu quando começo a falar estímulo sempre os Srs. Deputados ao debate. É uma coisa engraçada! Pronto, mas tenho esta qualidade. O que é que eu hei de fazer.

Deputado Luís Maurício (PSD): Peço desculpa!

Deputado João Paulo Ávila (PS): São sempre os mesmos!

O Orador: Eu vou começar a tirar os cafés!

Oh, Sr. Deputado Marco Costa, não há jatos para São Jorge, não aterram lá jatos, entra por uma pontinha e sai pela outra. Portanto, estamos a falar de acessibilidades de aviões a jato ao Pico e ao Faial.

Portanto, o que o senhor vem aqui fazer não pega, não cola. Não cola!

Portanto, como na Graciosa não pode entrar o jato, entra por uma ponta, sai pela outra. O Q-400 já quase que sai.

Portanto, vamos agora centrar o debate naquilo que interessa. Não vamos agora estar aqui com floreados que não interessam para a discussão.

Como floreado é, Sra. Secretária, permita-me que lhe diga, a senhora aliás tem de cumprir uma resolução que foi aprovada nesta Casa, que é atrair mais companhias para voar, mas não é para o Pico e para o Faial, é para a Terceira. A resolução foi aprovada nesta Casa. Ainda não se esqueceu?

Porque para o Pico e para o Faial há um constrangimento muito grande, porque as empresas têm de certificar pilotos especificamente para isto. Portanto, só há duas empresas que podem fazer isto: a TAP e a SATA.

A Ryanair não faz, a EasyJet não faz, porque não lhes interessa, não querem, nem precisam. Portanto, não pode atrair mais companhias para o Pico e para o Faial. Basta atrair a TAP. Chega! Já me satisfazia, porque as outras não vêm de certeza absoluta. Pegam na carta de aeronavegabilidade, pegam no aeroporto da Horta, olham para lá, vêm a carta de descida e dizem: “Não! Nós não podemos ir para aí!” Isto é tão limpinho quanto isto.

Agora, há aqui uma coisa que os senhores estão todos esquecidos.

Quem é que está na administração da TAP?

Não se lembram?

Quem é que está na administração da TAP?

Quem é que começou, na minha opinião, o descalabro da SATA?

O Parreirão foi o segundo.

Foi o primeiro. O Parreirão foi o segundo, mas eu vou ao primeiro que começou em 2008 o descalabro da SATA, quando ela começa na rota descendente a dar prejuízo. António Gomes de Meneses!

Onde é que ele está hoje em dia?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Na TAP!

O Orador: Administrador da TAP. Está na administração da TAP. Não faz nada para voltar, porque ele nem sequer se quer lembrar da SATA. Até omite do currículo dele que esteve na SATA.

Mas então os senhores não têm lá uma cunha grande para por isto a voar para aqui, o senhor Gomes de Meneses, essa sumidade?

Mas há outra pessoa que já se falou aqui que foi o Sr. Dr. Parreirão. O Sr. Dr. Parreirão cometeu um erro de lesa-pátria para a SATA. Aliás, ainda bem que não o deixaram fazer o resto e ainda bem que ele teve uma oferta para ir para lá não sei para onde, porque se ele continua cá já tinha vendido a SATA toda, porque ele queria alienar um Q-400 em ACMI, ou já se esqueceram, porque a frota era ociosa.

Deputado Francisco César (PS): Não! Achavam todos que a frota era ociosa! Até me lembro do Sr. Deputado Paulo Estêvão dizer “frota ociosa”!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu? Nem sei o que quer dizer “ociosa”!

O Orador: Não! Isso é mentira! Não, não!

O Sr. Deputado Artur Lima não achava.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Dá-me licença, Sr. Deputado.

O Sr. Eng. Parreirão cometeu outro erro de lesa-pátria, que foi alienar um A-320 novo para poupar tostões e gastar milhões. Foi no business plan que vendeu um A-320 que faz falta para servir o Pico e o Faial. Foi um grande erro. Se a SATA tivesse hoje em dia quatro A-320 não precisava ter ACMIs, portanto, foi um grande erro do Sr. Eng. Parreirão e isso está a prejudicar o Faial e o Pico.

Portanto, há um conjunto de erros sucessivos que se foram acumulando e que naturalmente todos os Açores estão a pagar, mas particularmente estes que não têm outra opção que se não a SATA está obviamente a sair-lhes mais caro e com outras dificuldades.

Portanto, nesta altura acho que deviam escrever a António Gomes de Meneses ... Eu acho que ele é responsável pelo departamento de miniaturas, marketing de miniaturas. É verdade, é! De marketing de miniaturas! Chama-se em termos políticos comerciais *merchandising*, acho que é o que ele faz lá. Podiam telefonar, podia ser que ele metesse ali uma cunha ao colega ali daqueles senhores (não é periquito ... como é que ele se chama?) ... Frasquilho, Frasquilho! Qual periquito, qual carapuça! Frasquilho! Ao Sr. Eng. Frasquilho que também podia dar um jeitinho a ver se ajudava a gente, mas são todos colegas ...

Portanto, o que se passa aqui é que há uma série de erros sucessivos, que só se podem corrigir de uma maneira, que é desta, não há outra e Sra. Secretária então a senhora se conseguir que outra companhia que além da TAP venha voar para o Faial e para o Pico a senhora merece mais medalhas que o Parreirão, ...

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*):
Dispenso-as!

O Orador: Então aí a senhora deve ser medalhada para o resto da sua vida com as medalhas mais elevadas que houver na Região Autónoma dos Açores, porque ninguém vai voar para aqui, ninguém quer voar para aqui, exatamente pelos constrangimentos que tem o aeroporto, ou é uma empresa de bandeira portuguesa, que tem de ser, e com algum respeito para com a autonomia, com alguma consideração para com a autonomia, para com os açorianos, para com os portugueses que aqui residem que também são, a nacionalidade é portuguesa, ou a companhia de bandeira açoriana que também tem de melhorar o seu serviço e acho que é possível também melhorar, acho que a SATA também é possível melhorar, basta certificar os 25% de comandantes para operarem no Faial, basta ter mais um A-320 e pronto, se calhar já consegue melhorar bastante o serviço.

Entretanto, eu acho que se tiverem a TAP têm outra opção de escolha e têm outra opção até de ligação e de atrair turismo para o Pico e para o Faial e deste modo depois apanharão ligações daqui para as Flores, daqui para São Jorge, etc. e servem os Açores todos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, o senhor referiu na sua intervenção, se não estou em erro, que a oposição acha que o Governo da República pode dar instruções a uma companhia aérea. Portanto, deduzo que por um raciocínio ao contrário do senso que o senhor entenda que tal não é possível, ...

Deputado Francisco César (PS): Não é bem isso que eu disse!

O Orador: ... mas depois diz também que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai aprovar esta iniciativa. Portanto, pedia-lhe que clarificasse se é ou não é possível ao Governo da República dar instruções à TAP para regressar às rotas da Horta e do Pico.

A Sra. Secretária Regional por outro lado fez-nos aqui uma descrição das Obrigações de Serviço Público, mas não respondeu em concreto que diligências fez junto da TAP ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Respondeu sim!

O Orador: ... para regressar à rota da Horta. Portanto, perguntava, Sra. Secretária, se em relação à TAP fez efetivamente alguma diligência para regressar às rotas do Faial e do Pico.

Por último, retomava aqui uma notícia da comunicação social de janeiro de 2017, em que o Sr. Presidente do Governo anunciava a intenção de alterar as Obrigações de Serviço Público para atrair mais operadoras aéreas e dizia a 18

de janeiro de 2017 o Sr. Presidente do Governo: “O objetivo é tornar mais atrativa as rotas que estão sujeitas ao serviço público - Faial, Pico e Santa Maria – para, por esta via, poder granjear outras companhias e outros voos que possam servir o aeroporto da Horta.”

Pergunto, Sra. Secretária, o que é que a senhora fez para dar cumprimento a este objetivo anunciado há um ano e meio pelo Sr. Presidente ... Aliás, há dois anos e meio pelo Sr. Presidente do Governo Regional?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, em relação à menção de que este Governo se teria esquecido de uma outra resolução do CDS-PP relativa a atrair outras companhias aéreas para a Região eu recordo que, para além de já ter dito que existem várias diligências em curso e em que medida é que elas se concretizam, esta é uma obrigação de levar a cabo uma determinada atividade, sendo que o resultado não depende exclusivamente do Governo Regional, depende da recetividade da outra parte. Assacar-se algum incumprimento neste caso a quem tem obrigação é de difícil demonstração na medida em que depende da parte contrária, ou da aceitação da parte contrária, neste caso, conforme lhe referi, das empresas com quem contactamos e daquela que é a sua recetividade em relação a esse trabalho.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, em relação às diligências feitas junto à TAP eu julgo que referi de uma forma muito genérica os diversos contatos com várias companhias, entre elas a TAP.

Tivemos ainda há não pouco tempo cá a comissão executiva e o conselho de administração com membros não executivos, o diretor de operações de voo, o diretor comercial, toda a TAP teve uma presença cá em reuniões sociais e em reuniões de trabalho, nas quais nós participámos, eu, a minha colega do Turismo, o Sr. Presidente do Governo e essa foi, por exemplo, uma das ocasiões em que se abordou, entre outros temas, a questão destas duas rotas. Portanto, é um trabalho contínuo. Volto a dizer: não há cartas de intimação à TAP para cá, não pode haver, não é assim que se processa, nem teria um efeito bom (salvo erro! Não ia resultar lá muito bem!), mas este é o trabalho que está em curso. Portanto, mais do que isto não lhe consigo dizer.

Em relação às declarações que mencionou do Sr. Presidente do Governo e ao compromisso em tornar mais atrativas estas rotas, mais uma vez relembro não só os diversos investimentos que foram feitos e que têm sido feitos pela ANA no aeroporto da Horta, relembro também todo o posicionamento do Governo Regional dos Açores no que se refere ao aumento do aeroporto e que recordo, porque já falámos no Conselho de Ilha ...

(Aparte inaudível)

A Oradora: Peço desculpa? As rotas de Obrigações de Serviço Público!

Mas tudo isto facilita a atratividade das rotas, até porque na medida em que disse o Sr. Deputado Artur Lima, um dos grandes óbices será a classificação das duas pistas como C e as dificuldades acrescidas de certificação, de operação nestes dois aeroportos.

De qualquer forma, mais uma vez é um trabalho em curso e digo-lhe mais: eu entendo as obrigações fixadas (e disse-o há pouco) que os pressupostos não impedem a entrada de outras companhias e até são pressupostos (conforme disse) que não acho que sejam muito exigentes.

Qual é a dificuldade aqui a meu ver?

A dificuldade aqui será a não compensação pelo défice de exploração, pelo eventual défice de exploração, porque uma companhia pode o ter, outra companhia com outra capacidade operacional que não a SATA poderá ...

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

A Oradora: Os apartes são admissíveis; o berrar por cima das pessoas já não é aparte.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Oh Sra. Secretária, berrar?!

Deputado Bruno Belo (PSD): O verniz está a estalar!

A Oradora: Portanto, conforme lhe estava a dizer ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Oh, Sra. Presidente, este linguajar não é forma de se dirigir a um deputado desta Casa, muito menos vindo de um Membro do Governo!

A Oradora: ... a própria inexistência de compensação ao défice de exploração pode ser um óbice para algumas companhias, pode não ser para outras, mas eventualmente seria uma das formas de tornar estas rotas mais atrativas e poderá ser equacionado na revisão destas OSPs.

Muito obrigada.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não te metas nisso, Graça!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputada Graça Silveira pede a palavra para?

Um protesto.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): À forma como a Sra. Secretária se dirigiu ao aparte feito por mim.

Presidente: Tem a palavra Sra. Deputada. Três minutos.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, tudo é legítimo: termos opiniões diferentes, fazermos crítica política, inclusivamente os apartes é uma das coisas que mais incomoda quem começa a desempenhar as funções de deputado aqui, manter o seu raciocínio com apartes de outras bancadas. Todos nós sabemos que isso é assim.

Agora, isso não lhe dá o direito de estar a sentir-se incomodada na sua intervenção por um aparte da minha pessoa, se dirigir a mim enquanto deputada desta Casa e dizer que está a berrar.

Quem berra são os animais e nesta Casa a forma como nós nos dirigimos uns aos outros tem de ter o mínimo de nível que se usa na linguagem desta Casa.

Portanto, eu agradecia que da próxima vez quando se dirigisse pelo menos aos apartes da Deputada Graça Silveira o fizesse com outra lisura.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional, para um contraprotesto, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Volto a repetir, Sra. Deputada.

Os apartes são admissíveis, não são só os animais que berram e no caso concreto acho eu que a Sra. Deputada com o seu aparte, como aquilo que classifica com o seu aparte, me desrespeitou a mim quando estou a falar.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Em que é que desrespeitei?

A Oradora: Portanto, da forma como o fez, da forma como o formalizou, eu entendo-o como um desrespeito a mim.

E mais não digo.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra para uma interpelação à Mesa.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Eu agradecia que a Sra. Presidente fizesse distribuir, porque é possível registar os apartes, qual foi o aparte que a Deputada Graça Silveira fez que tenha desrespeitado a Sra. Secretária.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Naturalmente que o diário não está transcrito, mas efetivamente os apartes são regimentais, a Mesa tem sempre o cuidado de alertar a câmara quando os apartes deixam de ser apartes para serem barulho, mas efetivamente são regimentais, independentemente de poderem incomodar quem está no uso da palavra, mas são totalmente regimentais.

Deputado Bruno Belo (PSD): Ora aí está!

Presidente: De qualquer forma, quando o diário estiver transcrito havemos de fazê-lo chegar à Sra. Secretária.

A Sra. Secretária Regional pede a palavra para?

A Sra. Deputada fez uma interpelação à Mesa, sou eu que lhe tenho que responder, a não ser que me queira fazer alguma pergunta diretamente.

Sras. e Srs. Deputados!

Sras. e Srs. Deputados!

A Sra. Deputada Graça Silveira interpelou a Mesa no sentido de pedir à Mesa que quando o diário estivesse transcrito fosse entregue à Sra. Secretária Regional no sentido de deixar claro que nada daquilo que foi dito pela Sra. Deputada Graça Silveira era uma ofensa direta à Sra. Secretária Regional e foi nesse sentido que eu respondi à Sra. Deputada Graça Silveira de que quando o diário estivesse transcrito o faria distribuir, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Nunca pensei que o André Bradford fizesse tanta falta!

Presidente: ... mas também não pude deixar de fazer uma ressalva a todos de que efetivamente os apartes são regimentais, não devem de forma alguma ser desrespeitosos quando o são, o que a Mesa entende que não foi o caso, senão teria feito a chamada de atenção à Sra. Deputada Graça Silveira e, portanto, só quis esclarecer a câmara de que os apartes são regimentais, mas que efetivamente não podem interferir no uso da palavra e por isso é que a Mesa quando assim o entende chama a atenção às Sras. e Srs. Deputados, infelizmente às vezes mais vezes do que aquilo que seria necessário.

Mas Sra. Secretária Regional se entender fazer uma interpelação à Mesa para mais algum esclarecimento a Mesa está completamente disponível.

Tem a palavra então para uma interpelação à Mesa a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Sra. Presidente, eu gostava só de acrescentar que a forma como eu entendi o respeito não foi no conteúdo das palavras, mas foi no tom em que proferiu, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso não é uma interpelação, Sra. Secretária!

A Oradora: ... o que dificilmente será transcrito num diário, a menos que meçam os decibéis.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Oh, Sra. Presidente, assim não é possível!

A Oradora: Portanto, gostava de acrescentar que grito pode ser de certos animais, mas também pode ser humano. Portanto, não estou a insultar a Sra. Deputada quando disse que ela berrou.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Mas cabe à Mesa definir se o nível de ruído está ou não a interferir, independentemente de quem está no uso da palavra também podê-lo fazer, como aliás muitos fazem, ficando em silêncio até que o ruído na sala cesse, mas essa é uma competência da Mesa.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há alguma inscrição.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou fazer algo que me sinto com responsabilidade política de fazer, que é o seguinte, e porque não terei oportunidade de voltar a fazer até setembro. Para mim a questão é muito nítida desde que fomos todos nós informados dos resultados do primeiro trimestre da SATA.

Deputado Francisco César (PS): Não tem nada a ver!

O Orador: Esses resultados são absolutamente inaceitáveis, não correspondem ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu pedia-lhe que enquadrasse essa questão no assunto que estamos aqui a tratar para a Mesa avaliar se pode permitir que continue sobre essa matéria.

O Orador: Oh, Sra. Presidente, então o debate foi um debate aberto, já se falou de tudo ...

Deputado Carlos Silva (PS): Tudo relacionado com o assunto!

O Orador: ... e a Sra. Presidente só me interrompe a mim, no âmbito de uma intervenção, não estou a fazer uma interpelação, V. Exa. interrompe-me para impedir que eu diga aquilo que quero dizer, que a Sra. Presidente já sabe.

Eu acho um tratamento absolutamente fora de contexto.

Presidente: Eu não estou a impedir, Sr. Deputado.

O Orador: Depois da discussão todos puderam observar como é que o assunto foi analisado, a latitude com que o assunto foi analisado e V. Exa. só me interrompe a mim exatamente na intervenção quando eu tenho pouco mais de um minuto exatamente naquilo que eu iria dizer. Acho completamente

descontextualizada a sua interrupção, ainda por cima a pedido do Partido Socialista.

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa não age a pedido de nenhum partido nesta Casa.

Eu não o interrompi, nem tão pouco o impedi de continuar. Só quis foi perceber exatamente o contexto, porque se ele fizer sentido pois logicamente que lhe permitirei que continue a falar sobre a matéria. Queria era perceber em que é que essa questão está relacionada com o projeto de resolução que pede a vinda a TAP para as duas rotas.

O Orador: Sra. Presidente, acho a sua interrupção completamente descontextualizada. Todos puderam observar que a discussão foi uma discussão livre, todos abordaram diferentes temáticas muito fora do objeto direto daquilo que aqui foi discutido e que me faça a mim, exclusivamente a mim, essa referência, acho, Sra. Presidente, que não está a ter a neutralidade suficiente, ...

Deputado Francisco César (PS): A Sra. Presidente é justa!

O Orador: ... mas eu respondo-lhe.

Eu quero dizer-lhe que se nós estamos a discutir esta questão, esta questão está relacionada com as insuficiências que a SATA tem vindo a demonstrar ao longo do tempo e por isso é que aqui foi abordada por diversas vezes a questão da SATA, porque a TAP neste momento (e este projeto de resolução defende) é absolutamente necessária, porque a SATA não está a compensar a saída desta empresa. É esta a relação, Sra. Presidente.

Presidente: Muito bem. Pode continuar Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, eu estava a dizer o seguinte: eu considero que estes resultados que mostram o agravamento da situação e uma falta de capacidade evidente da parte da SATA para cumprir a sua missão o que só reforça a importância da proposta que o CDS-PP nos trouxe hoje aqui, eu quero dizer que neste momento há uma medida que tem de ser tomada. Muitos observadores o

que nos pedem é uma posição, uma posição nítida. A minha posição é a seguinte: é exigir ao Governo Regional que demita de imediato o conselho de administração da SATA, porque estes resultados são absolutamente inaceitáveis. Estes resultados são inaceitáveis e não correspondem minimamente àquilo que a Sra. Secretária disse, ao que o Sr. Presidente do Governo Regional disse há uns meses em relação a esta questão: uma evolução positiva. Foi isso que nos foi prometido e não um agravamento dramático da situação. Por isso, há medida que tem de ser tomada, que o conselho de administração seja imediatamente demitido e que sejam nomeadas pessoas com provas dadas, com conhecimentos muito específicos, bem preparadas para gerir a empresa.

Deputado Carlos Silva (PS): Não tem nada a ver com o assunto!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caras Colegas de Governo:

Em primeiro lugar, duas notas prévias.

Quero naturalmente dizer à Sra. Deputada Graça Silveira que se em algum momento se sentiu minimamente ofendida por aquelas que foram as referências da Sra. Secretária Regional dos Transportes naturalmente que lhe pedimos desculpa, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... mas não era de todo nossa intenção qualquer tipo de ofensa pessoal e julgo que as declarações da Sra. Secretária são absolutamente claras relativamente a essa matéria, mas ainda sobre essa matéria parece-me também que é importante que todos possamos refletir, todos aqueles que temos aqui

trabalho parlamentar, um pouco também daquela que tem vindo a ser a prática neste Parlamento, o debate é saudável, queremos todos um debate combativo e assertivo, agora aquilo que também temos verificado ao longo dos últimos plenários é que de facto o tom e o volume dos apartes muitas e muitas vezes prejudicam claramente o raciocínio que os intervenientes do debate estão a ter ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade! Eu próprio já me queixei!

O Orador: ... e foi precisamente isso que se passou com a Sra. Secretária dos Transportes que se sentiu naturalmente condicionada, não conseguindo transmitir as ideias que tinha para transmitir tendo em conta o volume dos apartes aqui proferidos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso é legítimo! Agora dizer que os outros estão a berrar ...!

O Orador: Relativamente a esta questão a Sra. Secretária dos Transportes e muito bem ao longo do período de debate já esclareceu de forma muito clara (permitam-me o pleonasma) aquela que é a posição do Governo relativamente a esta matéria e esta matéria é, tal como consta no texto resolutivo apresentado aqui pelo CDS-PP, o seguinte: estamos a discutir um projeto de resolução que diz o seguinte “A Assembleia Legislativa Regional dos Açores recomenda ao Governo Regional que promova as diligências necessárias junto do Governo da República no sentido de operacionalizar o regresso da TAP à efetiva ligação aérea entre a ilha do Faial e Lisboa, bem como entre a ilha do Pico e Lisboa.” É isto que está aqui a ser discutido, é isto que estamos aqui a discutir.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Governo Regional terá todo o gosto em discutir consigo e com todos os deputados deste Parlamento, no espaço e na circunstância que os senhores muito bem entenderem, aqueles que foram os resultados do primeiro trimestre da SATA, mas não é isso que está aqui a ser discutido.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Não havendo, vamos então votar este projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O projeto de resolução foi aprovado por unanimidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Vamos dar continuidade ao nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto 15 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 44/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril”**.

Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):**

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à urgência deste diploma decorridos nove anos da suspensão parcial do POTRAA temos uma nova realidade económica e social no setor turístico, em especial na ilha de São Miguel, e com uma enorme evolução num passado mais recente, pelo que até à entrada em vigor do novo POTRAA que pela sua elevada componente estruturante deverá ser alvo de todas as análises e ponderações ainda previstas, quer por parte do Conselho de Governo, quer por parte dos órgãos da Assembleia Legislativa Regional, se considera premente que se estabeleçam novas opções legislativas, mais consentâneas com as estratégias entretanto em vigor.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há alguma inscrição.

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que se aprecia e que se reveste segundo o seu proponente de urgência não clarifica de forma conveniente e desejável a fundamentação desta mesma urgência.

No preâmbulo da proposta lê-se que a situação da capacidade de alojamento na ilha de São Miguel suscita que até à entrada em vigor do novo plano de ordenamento turístico se estabeleçam novas opções legislativas mais consentâneas ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Ainda não tinha ouvido e já tinha escrito!

O Orador: Posso continuar, Sra. Presidente?

Deputado João Vasco Costa (PS): O aparte é regimental!

Presidente: Srs. Deputados!

Pode continuar.

O Orador: No preâmbulo da proposta lê-se que a situação da capacidade de alojamento na ilha de São Miguel suscita que até à entrada em vigor do novo plano de ordenamento turístico se estabeleçam novas opções legislativas mais consentâneas com os documentos e estratégias existentes e aplicáveis ao setor, nomeadamente o PEMTA e o processo de certificação dos Açores como destino turístico sustentável.

Ora, o PEMTA é de julho de 2016 e, portanto, sobre o processo de certificação referido sabemos pouco, mas com certeza não implicará as alterações que se pretendem efetuar com caráter de urgência e a produzir efeitos a partir de 27 de junho deste ano.

Sendo assim, solicitamos esclarecimentos adicionais que fundamentem a urgência que se apresenta e discute.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado, mas permita-me que a Mesa possa intervir nesta matéria. É que nesta fase do debate o Governo já não pode falar mais. Portanto, justificou a urgência numa fase inicial, cada partido agora querendo ou não pode dizer o que é que pensa sobre se é urgente ou não, mas o Governo não poderá dar nenhum esclarecimento adicional, porque não lhe posso conceder a palavra neste momento e também não lhe poderei dar a palavra novamente.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Não havendo, vamos votar o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado com 28 votos a favor do Partido Socialista, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 votos contra do PSD.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para? Para uma interpelação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17 horas e 30 minutos.

Eram 17 horas e 12 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 35 minutos.

Tendo sido aprovada a urgência, eu vou dar novamente a palavra à Sra. Secretária Regional, desta feita para apresentar a iniciativa.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A natureza exuberante e a singularidade da nossa paisagem associadas à autenticidade da história e das tradições do nosso povo levaram a que os Açores se afirmassem como um destino turístico europeu, no meio do Atlântico, nove ilhas vulcânicas reconhecidas por serem ambientalmente preservadas.

De facto, através deste ativo de excelência, o património ambiental, o destino Açores reforçou a sua identidade enquanto região turística fortemente alicerçada numa natureza experiencial, de cariz ativo e conseguiu posicionar-se favoravelmente face a segmentos de procura que satisfazem as suas pretensões em matéria de recursos naturais, culturais e experienciais.

Hoje somos um destino turístico forte e consolidado, com níveis de crescimento que se adequam à estratégia do setor no nosso arquipélago, sempre com base no desenvolvimento sustentável dos Açores, um trabalho longo, fruto da implementação de políticas públicas que estão definidas num dos nossos principais instrumentos de atuação: o Plano Estratégico e de Marketing de Turismo dos Açores, um plano que espelha esta nossa identidade, que faz do setor do turismo uma aposta estratégica de desenvolvimento, que define o âmbito das ações promocionais, dos produtos turísticos a oferecer, da tipologia de alojamento a adotar, tendo sempre em conta o perfil de quem nos visita, mas acima de tudo a qualidade de vida de quem cá habita, de todos os açorianos. Face ao crescimento e ao bom desempenho do setor do turismo na Região, numa ação governativa com base na qualidade de vida de todos, o Governo dos Açores determinou a revisão do POTRAA – Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores – para fazer jus aos novos desafios da atualidade e permitir o desenvolvimento alinhado entre oferta e procura.

Neste sentido e no que respeita ao alojamento turístico, esta revisão tem como principais objetivos: qualificar a oferta turística de alojamento do destino Açores, preservar os patrimónios natural, cultural, arquitetónico e paisagístico, definir o perfil mais adequado de alojamento para as diversas áreas de território regional, objetivos estes que foram conciliados e alinhados também com o posicionamento do PEMTA, que face à tipologia e dimensão dos alojamentos nos Açores, o qual refere as opções por tipologias de pequena e média dimensão, por alojamentos que devem estar associados a conceitos de cultura e tradições locais e por um conceito autêntico, acolhedor, confortável e com soluções de arquitetura que obedeçam aos padrões internacionais de construção verdes.

Isto não é definido por acaso. É uma estratégia que tem em conta o perfil do seu consumidor, sejam casais com ou sem filhos, jovens solteiros ou pequenos grupos de amigos que tem como principais motivações o descanso, o relaxamento, o clima, a cultura, os recursos naturais e a paisagem.

E as políticas públicas devem ser atualizadas face aos novos desafios. A revisão do POTRAA corresponde a isso mesmo, à nossa capacidade de estarmos atentos ao desenvolvimento dos vários setores na nossa Região, neste caso em concreto ao do turismo já considerado como mais um dos motores de desenvolvimento económico dos Açores e que se tem alicerçado no conceito da sustentabilidade conjugado de forma profícua com as dimensões ambientais, económica, social e cultural.

Chegámos agora ao fim de um processo com o documento final do POTRAA, mas aqui chegados percorremos um percurso democrático que ouviu os parceiros e a comunidade, a começar pela realização de fóruns de agentes do setor turístico em todas as ilhas, envolvendo as entidades representativas do setor neste processo, para uma reflexão conjunta sobre as matérias da proposta do novo POTRAA.

Foram também ouvidos os órgãos executivos dos 19 municípios, para além de um período de consulta pública aberta a todos os Açorianos durante dois meses, com sessões em todas as ilhas.

Efetivamente acreditamos que só com o envolvimento de todos é que conseguimos prosseguir com as melhores políticas públicas num setor como o turismo, onde todos têm um papel preponderante no seu bom desempenho.

Hoje temos já o documento final após a participação destas entidades e cidadãos, um processo que realço, desde já, por ter sido muito participativo, fazendo-nos incorporar e alterar o documento que foi posto em discussão.

Não temos dúvidas de que a opinião de todos conta para enriquecer um instrumento estratégico da Região como o POTRAA e é por isso que nos encontramos aqui, hoje, a apresentar esta iniciativa legislativa que procede à primeira alteração do Decreto Legislativo Regional 13/2010, de 7 de abril, uma alteração que surge e que só poderia surgir no momento em que já temos o documento POTRAA finalizado, após a incorporação dos diversos contributos.

Isto porque definido agora este novo caminho, até à sua implementação, que tem os trâmites legais habituais, não podemos permitir que a estratégia do novo POTRAA seja comprometida. É, por isso, urgente e premente, rever as medidas cautelares para a ilha de São Miguel, numa ação que seja congruente e que faça jus aos desafios atuais do setor, uma proposta que fundamentalmente define que durante a suspensão do POTRAA a autorização para a realização de operações urbanísticas referentes a empreendimentos turísticos na ilha de São Miguel é concedida mediante resolução do Conselho de Governo (no caso do crescimento de oferta ser superior a 75 camas) e abaixo deste valor por despacho conjunto dos Membros do Governo Regional competentes em matéria de Turismo e de Ordenamento do Território e que tem obrigatoriamente de ter em conta o seguinte: a articulação do projeto com o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, o impacto económico e social do projeto no

concelho onde se insere e a adequação arquitetónica e urbanística do projeto ao meio envolvente, tendo em conta os objetivos de qualidade da paisagem e as orientações para a gestão da paisagem dos Açores nos termos da resolução do Conselho do Governo de dezembro passado.

Atuamos com base nesta nova realidade económica e social do setor turístico, em especial, tendo em conta a situação da capacidade de alojamento na ilha de São Miguel.

Por isso, até à entrada em vigor do novo POTRAA preconizamos esta opção legislativa mais consentânea com os documentos e com as estratégias produzidas para o setor, designadamente, o PEMTA ou o processo que temos em curso de certificação dos Açores como Destino Turístico Sustentável. Atuamos de forma responsável para com o nosso território, para com o nosso património ambiental, para com as nossas pessoas e esta iniciativa legislativa é mais uma vez prova disso, do empenho do Governo dos Açores numa ação que dá prioridade aos seus recursos naturais e paisagísticos, conciliando a salvaguarda com o desenvolvimento económico da Região, onde os Açorianos estarão sempre em primeiro lugar.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa já tem duas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membro do Governo:

Traz-nos o Governo Regional com urgência uma proposta de Decreto Legislativo Regional que visa alterar um Decreto Legislativo Regional que está em vigor desde 2010 e que procedeu à suspensão do POTRAA e que no fundo apresenta um conjunto de medidas cautelares (aliás, falo da versão original de 2010) para a ilha de São Miguel.

Eu gostaria de começar por dizer que foi (à falta de melhor adjetivo) quase enternecedora a intervenção inicial da Sra. Secretária com o seu amor ao desenvolvimento do turismo sustentável, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Normalmente é sempre assim!

O Orador: ... à arquitetura, à sustentabilidade ambiental dos projetos e não poderia estar mais de acordo com a sua intervenção.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Já vai estragar tudo!

O Orador: O problema é que a intervenção não bate certo com a realidade, não bate a bota com perdigota. Esta proposta do Governo Regional não é mais do que um exercício de má consciência, má consciência e para lavar a cara dos erros que cometeu e das decisões que cometeu no passado e num passado muito recente.

Eu gostaria de dizer que em junho de 2018 o Governo Regional autorizou por uma resolução do Conselho de Governo, a Resolução n.º 76/2018, de 21 de julho, um projeto turístico localizado na freguesia de Água D'Alto, concelho de Vila Fanca do Campo, com 568 camas e foi também enternecedor ver na RTP/Açores um debate com vários responsáveis do turismo, inclusive a Sra. Secretária, em que se dizia que não se podia fazer nada relativamente a este projeto e que era quase inevitável porque o POTRAA estava suspenso e que não havia nada a fazer, que não era aquilo que deveria ser feito nos Açores, não é esse o turismo que nós queremos, mas que não havia nada a fazer, era uma chatice, tinha que ser feito, porque já estava aprovado.

Estava aprovado sim senhor, porque o Governo Regional aprovou em junho de 2018 a autorização para que fosse construído aquele hotel, porque as medidas cautelares existentes desde 2010 impediam a construção de hotéis com mais de 150 camas e o Governo Regional é o único responsável por autorizar a construção de hotéis com mais de 150 camas, por isso esta proposta não é mais do que um exercício de lavar a cara, de arrependimento de uma eventual decisão que já está tomada.

Agora, acontece que este projeto que dizia o Governo que tinha uma forte componente de animação turística, tinha uma área superior ao legalmente exigido (pudera! Tinha 568 camas, tinha uma área largamente superior ao exigido e ao desejável, diga-se!), esta proposta é para fingir que o Governo Regional não podia evitar a construção daquele “mamarracho” que para ali se planeia para uma zona costeira, uma zona sensível e que não deveria ter qualquer tipo de empreendimento daquele tipo. Uma coisa são empreendimentos integrados na paisagem, pequenos, sustentáveis; outra coisa é um “mamarracho” de 568 camas.

Resta-me dizer que nós não temos nada contra a proposta que o Governo aqui traz, procura que seja o Conselho de Governo, enquanto o POTRAA não estiver em vigor, a autorizar todas as operações urbanísticas, todos os novos empreendimentos que aumentem a capacidade hoteleira na ilha de São Miguel e eu julgo que isso é prudente que se faça. Julgo que isso é prudente!

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*):

Não é isso que lá está!

Deputado Carlos Silva (*PS*): Conclua, Sr. Deputado!

O Orador: Agora, Sra. Secretária, o que tem que aqui dizer, hoje, uma vez que a autorização que o Governo Regional (o Conselho de Governo deu provavelmente por proposta da Sra. Secretária) deu já caducou no passado dia 21 de junho, resta saber se o Governo Regional vai renovar ou não a

autorização para a construção do “mamarracho” da Praia do Degredo, em Água D’Alto, Vila Franca.

Aquilo que tem que dizer e julgo eu que os açorianos têm o direito de saber, principalmente os micalenses, se o Governo vai ou não autorizar aquela construção em Vila Franca. É porque se vai autorizar esta proposta não vale nada.

Deputado Carlos Silva (PS): É a sua opinião!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É absolutamente imperioso definir o modelo de sustentabilidade que se pretende para o turismo nos Açores, não podendo ser somente um mero rótulo que se usa apenas para fins publicitários.

Com o grande crescimento do turismo ocorrido nos últimos anos tem sido muito grande a pressão turística sobre muitos dos nossos monumentos naturais, mas ainda maior preocupação devemos ter com a intenção de construir hotéis de enorme dimensão.

Repetir modelos de massificado turismo de betão é uma aposta completamente errada!

Têm surgido notícias de modelos de hotelaria que apostam em hotéis de gigantesca dimensão. Desde um projeto de mais de 500 camas no concelho de Vila Franca do Campo, a alguns outros projetos de hotéis com cerca de três centenas de camas no concelho da Ribeira Grande.

Estas megalomanias de projetos hoteleiros sobredimensionados para a escala e realidade dos Açores surgem ao arrepio de qualquer noção de sustentabilidade ambiental.

Esse modelo de turismo de betão e massificação falhou em muitas outras regiões, tendo mesmo levado à completa descaracterização e perda de identidade desses próprios espaços.

O modelo de turismo que devemos pretender para os Açores tem de deixar de se focar no volume de turistas para passar a focar-se no valor que estes turistas deixam na nossa Região.

Então pergunto Sra. Secretária do Ambiente e Turismo se esta proposta de primeira alteração do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) irá impedir a construção de alguns dos megalómanos projetos de hotelaria que atrás já foram referidos por mim?

Não podemos ter o Governo Regional às terças e quintas a afirmar que queremos ser o destino turístico mais sustentável do mundo, nas segundas a aprovar projetos de mega hotéis, às quartas ansiando por alguma empresa estrangeira mostrar interesse na mineração do nosso mar profundo e às sextas batendo palminhas ao muitíssimo poluente turismo de cruzeiros.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já referi anteriormente, nós julgamos que a urgência na apreciação desta proposta com suspensão de exame em comissão surge despropositada.

Estamos perante uma iniciativa legislativa onde deveria existir, pelo menos, a audição do Conselho de Ilha de São Miguel até por uma questão do cumprimento do disposto no artigo 130.º do Regimento da Assembleia, situação da capacidade de alojamento na ilha de São Miguel tem interesse para a respetiva ilha e tem interesse para os seus municípios, dado que se trata de matéria que também diz respeito às autarquias locais.

Deputado António Lima (BE): É verdade!

O Orador: O próprio Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril, no seu preâmbulo dispõe que nos termos da lei foram ouvidas as direções regionais da organização e administração pública e de ordenamento do território e recursos hídricos, bem como todos os municípios da Região e os Conselhos de Ilha. Estamos em crer que esta alteração deverá seguir exatamente os mesmos critérios. Pergunto porque não seguiu esses critérios?

Estando em causa um maior controlo da parte do Governo Regional de operações urbanísticas relativamente a empreendimentos turísticos na ilha de São Miguel, isto é, operações urbanísticas que impliquem o crescimento de oferta de camas, será importante esclarecer além da urgência a razão da produção de efeitos retroativos desta proposta de DLR segundo o artigo 4.º a 27 de junho de 2019.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

A salvaguarda do ambiente e o nosso património ambiental têm sido desde há largos anos uma prioridade para o Partido Socialista e para os governos do Partido Socialista, não só nos departamentos ligados às questões relacionadas com o ambiente, mas também ao nível de outros departamentos do Governo, como por exemplo e aqui em concreto (e onde queria chegar) ao nível das políticas implementadas pelos executivos, ao nível do setor do turismo, em que facilmente se verifica esta situação através da aprovação do Plano Estratégico de Marketing e Turismo dos Açores ou na implementação de medidas claras e concretas conducentes à classificação dos Açores como um destino de natureza sustentável, cujas questões ambientais e as questões associadas à nossa

qualidade ambiental são determinantes para se atingirem os objetivos pretendidos.

Como forma de se continuar a salvaguardar a nossa paisagem e manter os nossos níveis de sustentabilidade ambiental e os nossos padrões de qualidade ambiental é importante que se continue a ter instrumentos de gestão territorial que se adequem à realidade das nossas ilhas, que continuem a promover o desenvolvimento sustentável dos Açores com procedimentos e regras claras e procedimentos adequados à realidade.

A proposta de Decreto Legislativo Regional que estamos aqui a analisar hoje procede à alteração às medidas cautelares da suspensão do Plano de Ordenamento Turístico dos Açores para a ilha de São Miguel em concreto que já existe em forma de lei, mas que carecem agora, e de uma forma muito adequada, da sua alteração atendendo aos objetivos que se pretende manter em termos de sustentabilidade do nosso destino, atendendo também àquilo que o futuro POTRAA tem como objetivos, mas sem limitar o desenvolvimento turístico e o desenvolvimento económico que já atingimos nas nossas ilhas e aqui em concreto relativamente à ilha de São Miguel, porque é onde este diploma se vai aplicar, e que isso se verifique até à entrada em vigor do novo Plano de Ordenamento Turístico que em breve, segundo palavras da Sra. Secretária ali, daquela tribuna, estará pronto para vir a esta Casa para análise.

Como todos sabemos e como todos reconhecemos, os Açores têm tido um aumento exponencial ao nível do número de turistas que visitam as nossas ilhas fruto das políticas que têm vindo a ser implementadas pelo Governo dos Açores, ao nível das Obrigações de Serviço Público, ao nível das novas modalidades de transporte aéreo nos Açores.

Queremos, contudo, precaver que o desenvolvimento das nossas ilhas e em concreto para a ilha de São Miguel, que é aquele como já disse versa este

diploma, que não implique uma criação excessiva de uma pressão sobre o destino Açores.

Vemos, assim, esta proposta do Governo que estamos aqui a analisar como um modo que conduz a que a sustentabilidade do nosso território seja mantida, em que os Açores continuem a ser um destino de excelência e que os nossos turistas possam usufruir das nossas ilhas da melhor forma, mas também que os açorianos continuem a ter a qualidade de vida que têm e que queremos que continuem a ter de um modo muito efetivo.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: Consideramos, por isso, que criar uma ponderação diferente à luz da nossa atual realidade de forma a manter-se a nossa qualidade ambiental é extremamente importante e relevante nesta fase.

Desta forma e porque consideramos que a proposta aqui apresentada vai ao encontro do que consideramos importante implementar nesta altura em que o POTRAA está concluído e que posteriormente virá a esta Casa para discussão, concordamos com a proposta aqui realizada e iremos certamente viabilizá-la.

Também dizer que considera o Partido Socialista que não vemos esta proposta de Decreto Legislativo Regional como uma proposta direcionada para nenhum projeto em concreto. Vai aplicar-se a toda a ilha de São Miguel, a todos os empreendimentos que venham a instalar-se e que sejam incluídos nos critérios definidos no Decreto Legislativo Regional e vemos sim, como já disse, uma forma de criar uma ponderação diferente atendendo à nossa atual realidade.

Por agora ficava por aqui, Sra. Presidente.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração que nós agora analisamos pretende estabelecer novas opções legislativas ao nível do regime jurídico que suspendeu parcialmente o POTRAA, promovendo uma adequação às opções legislativas do Plano Estratégico e de Marketing dos Açores e também uma compatibilização para o processo de certificação dos Açores como destino turístico sustentável.

De acordo com a proposta estas alterações fundamentam-se com uma nova realidade económica e social do setor turístico açoriano, nomeadamente em relação ao aumento da capacidade de alojamento na ilha de São Miguel e por outro lado devido à necessidade de uma clarificação de procedimentos das outras autorizações ao nível do aumento da capacidade do alojamento turístico.

Ora, o CDS entende que há de facto necessidade de introdução de propostas de alteração, especialmente como forma de salvaguarda de um adequado ordenamento turístico até à entrada em vigor do novo POTRAA e entendemos que a alteração mais significativa neste caso se prende com a redução do número de camas indexado às alterações que permitem a exclusão das medidas cautelares para autorização de ampliação turística.

Bom, as operações que até agora não dependiam de procedimentos cautelares ficarão a depender. Nós concordamos com isso, concordamos com a proposta e com aquilo que se pretende.

Se o Governo autorizou um empreendimento que não devia, não o devia ter feito, vai ter explicar. O que está aqui em causa é restringir essa possibilidade de futuro e, portanto, nós concordamos com isso. Ficaremos à espera dos esclarecimentos da Sra. Secretária acerca desse aspeto e dessa eventual autorização do empreendimento de Água D'Alto.

Nós continuamos é sem perceber efetivamente qual é que foi a razão da urgência deste diploma. Porque é que não foi à comissão?

Deputado Luís Maurício (PSD): Porque é que não foi à comissão? Para ouvirmos os municípios!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Qual é a pressa?

O Orador: Porque é que não foram ouvidas as entidades?

No nosso entender teria sido pertinente.

Agora, que a proposta faz sentido, que é uma medida de restrição e de salvaguarda de um adequado ordenamento turístico, isso concordamos. Não sabemos é qual é que era a urgência e porquê uma dispensa de exame em comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu votei favoravelmente a urgência porque considero sempre e voto sempre as urgências favoravelmente porque obviamente temos uma oportunidade de esclarecimento em relação àquilo que aqui nos é apresentado e depois a partir daí definimos o nosso sentido de voto.

Considero que esta história está muito mal explicada, esta urgência.

Deputado Luís Maurício (PSD): E de que maneira!

O Orador: Estamos a falar de empreendimentos de milhões de euros, estamos a falar de um conjunto de interesses poderosíssimos e de facto eu não quero tirar o mérito ao Bloco de Esquerda nesta matéria, mas há aqui um empreendimento no valor de milhões de euros, que é um empreendimento relacionado com um hotel de 568 camas em Água D'Alto que diz a Sra. Secretária que não havia forma de impedir, não concordava, mas não havia forma de impedir.

Eu estive a rever as medidas que estão em vigor desde 2010, as medidas cautelares para a ilha de São Miguel, e vejo aqui no artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 5.º, torna-se evidente que este projeto está dentro do âmbito das medidas

cautelares, ou seja, a autorização do Conselho de Governo ... O Conselho de Governo podia não ter autorizado, porque estava no âmbito das medidas cautelares para a ilha de São Miguel. Podia não ter autorizado e autorizou. Podia não ter autorizado! É evidente!

Eu não tenho nenhuma dúvida e penso que ninguém terá depois de ler a legislação que está em vigor.

É evidente na minha perspetiva que há aqui uma má consciência, porque este diploma deveria ter sido discutido e deveriam ter sido chamadas pessoas à comissão competente para esclarecer o contexto, esclarecer as novas regras que estarão em vigor durante muitos meses e também perceber o que é que está em causa, porque há uma coisa que fica demonstrada com uma urgência deste tipo sobre uma matéria tão importante e uma matéria que envolve milhões de euros e interesses muito fortes: é que o Governo não planifica convenientemente as operações que está a desenvolver, porque trazer uma matéria desta importância, não só do ponto de vista turístico, do ponto de vista social, económico e ambiental, nestas circunstâncias é uma coisa quase sem precedentes no Parlamento dos Açores.

Portanto, logo aí evidentemente que desperta uma desconfiança evidente sobre porque é que o Governo faz neste momento e nestas condições e o Governo não explicou convenientemente estas opções, como também não explicou porque é que este empreendimento de Água D'Alto não poderia ter sido parado por parte do Governo.

O Governo tem os instrumentos jurídicos em vigor e podia tê-lo feito. Não o fez e tem que assumir do ponto de vista político essa opção. Tem de explicar porque é que fez e que interesses protegeu no caso específico.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Caro Membro do Governo:

Ignorando alguma talvez provocação e ironia eu acho de facto enternecedor perceber que estamos todos alinhados com as mesmas preocupações e do ponto de vista da atuação do Conselho de Governo não poderá haver nesta matéria maior coerência do que a prática que tem sido realizada e em concreto e consubstanciada também com esta proposta que hoje estamos aqui a colocar à discussão.

Relativamente à questão do POTRAA importa alguns esclarecimentos, porque há de facto aqui algumas confusões e algumas ideias erradas sobre o mesmo.

Como saberão o mesmo entrou em vigor em 2008 e com uma filosofia que muito assente em bolsa de camas em 2010 para a ilha de São Miguel foram ultrapassados os valores que estavam inicialmente previstos e, portanto, em 2010 o POTRAA ficou suspenso para São Miguel, tendo sido instituídas medidas cautelares para gerir todas as aprovações dos empreendimentos que surgissem deste então. Mas todos temos consciência que em 2010 vivíamos uma realidade muito diferente em termos turísticos daquela que vivemos hoje.

Em 2010 tudo o que a Região mais queria era conseguir captar investimento e investimento em especial nesta área que pudesse naturalmente contribuir para o desenvolvimento económico da nossa Região. É legítimo que assim fosse, é natural.

Passados nove anos a nossa realidade é bastante diferente e para isso é preciso ter em atenção que a forma como as medidas cautelares foram na altura escritas tinham este contexto da necessidade de atrair de facto investimento.

Portanto, se os Srs. Deputados lerem com atenção o antigo ou o que está ainda neste momento em vigor artigo 5.º das medidas cautelares no âmbito da suspensão do POTRAA, o que verificam é que consta lá que dependia efetivamente para empreendimentos acima de 150 camas de aprovação de

Conselho de Governo, mediante o cumprimento de um de vários critérios, ou seja, o que está escrito é que depende de aprovação do Conselho de Governo desde que seja cumprido um de vários critérios e por isso aqui está a justificação pela qual há um ano atrás, em junho de 2018, o Governo Regional dos Açores não teve alternativa senão aprovar o projeto urbanístico ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tinha, tinha!

A Oradora: ... que está aqui em causa, porque estas questões legislativas não têm a ver com a arbitrariedade ou com o gosto individual de cada um, tem a ver com o cumprimento da lei e nem o Governo, nem as autarquias, nem nenhuma entidade pode decidir contrariamente à lei. Portanto, uma leitura atenta do artigo 5.º das medidas cautelares do POTRAA permite seguramente concluir exatamente isso.

Relativamente à referência sobre o debate que houve, sobre um projeto específico que também visou um projeto específico que já foi referido nesta Casa importa perceber que as respostas aos projetos específicos são dadas aos seus promotores, naturalmente, e que são analisadas e decididas no âmbito da legislação que estiver no momento em vigor e nesse aspeto é o que vos poderei dizer relativamente a esse projeto em concreto.

Relativamente à questão do PSD sobre a importância de ouvirmos as entidades locais e da urgência deste mesmo diploma, nós consideramos que todo o trabalho que tem sido feito no âmbito da revisão do POTRAA, que teve sessões de consulta em todas as ilhas, para além de ter uma comissão consultiva bastante alargada e de ter grupos de acompanhamento também bastante abrangentes onde nós recebemos diversos contributos que levaram inclusivamente a que se tivesse que alterar a proposta inicial, consideramos que recebemos efetivamente os contributos necessários que justificam e fundamentam a proposta que vos trazemos hoje aqui.

Portanto, atendendo a que o POTRAA pela sua importância estrutural apesar de estar pronto precisa de passar ainda pela aprovação do Conselho de Governo, terá que ser trazido a esta Casa e ser submetido naturalmente às comissões que estão previstas para o mesmo, demorará algum tempo ainda a entrar em vigor e o que acontece neste momento e em São Miguel, onde está em causa precisamente o exercício destas medidas cautelares, temos vivido no passado recente uma pressão enorme relativamente a vários empreendimentos que têm sido colocados a análise. E aqui uma palavra muito importante e as suspeições que os Srs. Deputados tentam colocar no ar não podem ficar por aí: o Governo dos Açores não decide relativamente a projetos sejam eles de maior ou menor envergadura pelo impacto financeiro que os mesmos podem ter, pelos milhões que podem acarretar; decide em coerência com as medidas que estão preconizadas não só no POTRAA em vigor, mas também com aquelas que estamos a propor que resultam precisamente da ponderação daquilo que o PEMTA nos diz e que tive a oportunidade de referir há pouco, na intervenção inicial, e também do caminho que estamos a fazer em termos de certificação do destino turístico como sustentável.

Deputado Bruno Belo (PSD): A Sra. Secretária dá-me a sensação de estar a ficar com a boca seca!

A Oradora: Portanto, é este enquadramento que nos faz trazer aqui com maior segurança a importância de, neste interregno de tempo, até à aprovação do POTRAA que tem uma filosofia completamente diferente e que nos protegerá mais também naturalmente de alguns interesses imobiliários que não se coadunam com aquilo que nós defendemos, termos já maneira de podermos gerir e responder aos pedidos que nos surgirem de forma diferente e coerente de facto com a política que defendemos para esta matéria.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar, vou gastar 30 segundos só para dizer que vou pedir para ser distribuído à Mesa a Resolução de Conselho de Governo n.º 76/2018 que autoriza as operações urbanísticas com vista à construção do referido hotel em Água D'Alto. Ou seja, não houve uma autorização automática, não houve qualquer mecanismo automático que permitisse a construção daquele hotel.

Houve uma autorização explícita através de resolução do Conselho de Governo e passo a ler aquilo que diz a própria legislação que suspende o POTRAA e que permite essa mesma autorização. Diz o seguinte no n.º 3, do artigo 5.º: “A concessão da autorização mencionada no número anterior [a concessão da construção] depende da aprovação pelo promotor do projeto” ... “depende da comprovação [aliás] pelo promotor do projeto deste enquadramento numa das seguintes alíneas” e depois define um conjunto de alíneas, agora não é automático.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):
Exatamente! É que é exatamente isso!

O Orador: Ele tem de cumprir, mas a aprovação não é automática. O Governo Regional decide consoante aquilo que está previsto e decide consoante os planos que tem em vigor.

O Plano de Marketing do Turismo que a senhora tanto fala não enquadra esse tipo de empreendimento de maneira nenhuma e o Governo pode ou não governar.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):
Por isso é que estamos a fazer isto!

O Orador: Sra. Secretária, vamos ver o que é que dizia o então Secretário da Economia que apresentou a proposta de suspensão do POTRAA e passo a ler o

Diário das Sessões muito rapidamente para não perder tempo, porque julgo que ele vai ser necessário. Dizia Vasco Cordeiro, antigo Secretário da Economia, passo a citar: “Ao fazermos esta alteração não estamos a dizer que todo o projeto de empreendimento turístico que entrar é aprovado.” Dizia Vasco Cordeiro.

O que a senhora está a dizer é que todo o projeto que entra é aprovado.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*):

Tem de haver critérios!

O Orador: Ninguém acredita nisso, Sra. Secretária.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*):

Não é isso! Não esteve a ler o decreto?

O Orador: E faço aqui um desafio: se a Sra. Secretária e o Governo do qual faz parte não concordam com aquele projeto tenha a coragem de apresentar uma proposta de alteração ao decreto que suspende o POTRAA que não o permita. Tenha essa coragem! Ou então o que está a assumir é que aquele projeto vai para a frente e essas declarações de amor ao ambiente e ao ordenamento do território não passam de falsidades.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*):

Continue a ler o decreto!

Deputado Carlos Silva (*PS*): E se não avançar, o que é que o senhor faz?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo** (*PCP*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sra. Secretária, a Representação Parlamentar do PCP fez uma pergunta que a Sra. Secretária não respondeu. Foi a única pergunta que a Representação Parlamentar fez e a Sra. Secretária não a respondeu.

Nós falámos do projeto de mais de 500 camas ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas é isso que está em discussão?

O Orador: ... no concelho de Vila Franca, nós falámos no projeto dos hotéis de três centenas de camas no concelho da Ribeira Grande, fizemos a pergunta e torno a repetir Sra. Secretária: Sra. Secretária, se essa proposta de primeira alteração de plano e ordenamento turístico da Região Autónoma dos Açores irá impedir a construção de alguns desses megalómanos projetos de hotelaria que acabei de referir?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, o PSD gostaria muito que a senhora respondesse concretamente e com realismo e verdade àquilo que foi perguntado pelo meu colega António Pedroso e que respondesse nomeadamente: porque é que este diploma entra nesta Casa com urgência com dispensa de exame em comissão, quando podia ter sido feito com urgência, mas sem dispensa de exame e já este mês ou no mês que vem estaríamos na mesma a discuti-lo?

Depois, que esclareça porque é que o diploma que este vem alterar, ou seja, a suspensão do POTRAA, que quando o 13 de 2010 foi aprovado foi sujeito a audição dos conselhos de ilha, das câmaras municipais, de um sem número de entidades que pelos vistos, segundo a Sra. Secretária, não era necessário, porque bastava o Governo ter feito umas reuniõezinhas e receber uns contributos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não é nada disso!

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro): Reuniõezinhas!?

O Orador: Foi o que a senhora disse sobre este diploma, que achava que os contributos que tinham recebido eram suficientes para apresentar este diploma

com urgência sem ouvir mais ninguém, nomeadamente aquelas entidades que por lei, tal como referiu o Sr. Deputado António Pedroso, deveriam ser ouvidas. Depois, Sra. Secretária, gostava que me esclarecesse dois aspetos: porque é que este diploma sendo aprovado, como se prevê pelo Partido Socialista, pela maioria, entra em vigor no mês passado?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Apanhados!

O Orador: Porque é que é este efeito retroativo do diploma entrar em vigor a 27 de junho? Explique porque é que este diploma vai entrar em vigor com efeitos retroativos?

E explique também, Sra. Secretária, já agora, se a Região Autónoma dos Açores por efeito de aprovação deste diploma hoje ou no futuro terá de indemnizar algum promotor, terá de despende alguma verba por eventualmente violar direitos adquiridos de algum promotor, de alguém que tenha intenções já consagradas por direito adquirido de poder fazer algum empreendimento que depois possa eventualmente ficar impedido esse aspeto, se a Região Autónoma dos Açores terá que despende ou pagar alguma indemnização.

E ainda sobre a questão, Sra. Secretária, das audições de entidades, com a devida licença da palavra, porque não encontro talvez uma melhor (infelicidade minha!), mas esta coisa de vir trazer diplomas de alteração sem ouvir aquelas entidades que se pronunciaram sobre o diploma anterior pode ser considerado uma habilidade legislativa. Nós somos legisladores nesta Casa. Nós temos que dar às pessoas a segurança e a certeza jurídica sobre aquilo que é a legislação feita nesta Casa. Nós não podemos hoje por obrigação legal aprovar diplomas que são previamente discutidos, seja aqueles que são por lei obrigatoriamente sujeitos a discussão pública, seja aqueles que são por lei e até por uma questão de diálogo democrático ouvidos os conselhos de ilha e outras entidades e depois, passado o tempo que for entendido, vir alterá-lo sem ouvir mais ninguém e alterá-lo sem sequer receber os contributos das entidades que

anteriormente se pronunciaram sobre este mesmo diploma que estamos a alterar.

Agora, eu queria efetivamente que a Sra. Secretária esclarecesse o PSD o porquê dos efeitos retroativos e que esclareça porque é que este diploma de facto é apresentado com urgência e dispensa de exame em comissão e se a Região terá ou não de eventualmente ser obrigada a pagar indemnizações por efeito de direitos adquiridos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por dizer e por reafirmar que o Grupo Parlamentar do CDS concorda com aquilo que se pretende nesta proposta. Nós entendemos que de facto deve haver aqui um mecanismo de restrição e que salvguarde um adequado ordenamento turístico na ilha de São de Miguel não está em causa. Continuamos é sem estar esclarecidos acerca da urgência e porque é que isto vem aqui sem um exame em comissão e sem que sejam ouvidas as entidades, porque a verdade é que esta suspensão do POTRAA, esta suspensão parcial dura há nove anos. Qual é a pressa agora?

E mais! Se a Sra. Secretária diz que uma leitura atenta do artigo 5.º permite se calhar entender porque é que não foi possível impedir a autorização do empreendimento de Água D'Alto, bom, aí já deveriam ter soado as campainhas, que a alteração era necessária, mas isso foi no verão do ano passado. Porque é que só vem agora?

Porque é que nessa altura não foi logo preparado um diploma que permitisse corrigir isto e que seguisse a tramitação normal e agora estivesse aqui em

condições de ser aprovado, ouvidas as entidades e com uma análise mais abrangente?

A questão é efetivamente qual é a urgência?

Acho que toda a gente precisa de uma explicação um bocadinho melhor.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que a leitura atenta quer do n.º 5, quer também das competências que o Governo tem, dos mecanismos que o Governo tem nesta matéria permite concluir exatamente contrário, ou seja, que este empreendimento de Água D'Alto podia ter sido impedido, podia ter sido não autorizado por parte do Governo Regional.

O que é curioso (e registo apenas e reforço isto como curiosidade) é que há um nome que está sempre associado a estes megaprojetos e esse nome é Ricardo Rodrigues, ou seja, na grande incineradora que está prevista para São Miguel qual é o nome?

Ricardo Rodrigues.

Neste grande empreendimento de Água D'Alto qual é o nome?

Ricardo Rodrigues.

Deputado Carlos Silva (PS): Não só!

Deputado Francisco Coelho (PS): Onde está o nome dele? E o José Manuel Bolieiro!

O Orador: Ou seja, há sempre um nome. Há sempre um nome! É apenas uma curiosidade. É apenas uma referência.

Deputado Francisco César (PS): Está o nome dele aonde?

O Orador: Há sempre um nome que está associado a estes grandes projetos, a estes interesses poderosíssimos na Região Autónoma dos Açores e isso na minha perspetiva explica muita coisa.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é difamação!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César pede a palavra para?

Para intervir?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Vai apresentar um requerimento para baixar à Comissão!

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não era para fazer uma intervenção, mas tendo em conta as declarações do Sr. Deputado Paulo Estevão achei por bem realizá-la.

Não me parece bem por nenhum motivo e aliás tendo em conta a circunstância que vivemos ou que temos vivido recentemente ao nível daquilo que é o pensamento que muita população tem sobre a classe política portuguesa e açoriana que nós possamos fazer intervenções neste debate com insinuações ou chamando a atenção sobre curiosidades.

Ainda há pouco o Sr. Deputado Paulo Estêvão falava sobre a questão da inceneração. Referia-se uma pessoa em particular, chamando isso como se fosse uma curiosidade.

Eu bem sei que posso estar a fugir um pouco do âmbito, mas perceba Sra. Presidente que estou apenas a responder àquilo que foi dito.

Eu penso que nós não ganhamos nada com insinuações. Nós devemos trabalhar com factos e se temos alguma coisa a dizer sobre alguém devemos afirmar e devemos concretizar.

Deputado Luís Maurício (PSD): Baixa isso à comissão!

O Orador: Neste caso em particular o que se verifica é que das duas insinuações ou as duas curiosidades referidas aqui pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão ambas estavam erradas. Não só o nome que referiu não era o único nome. É verdade que o Presidente Ricardo Rodrigues está envolvido na questão da incineração, como o Presidente Bolieiro está envolvido na questão e no processo da incineração, como a Presidente Cristina Calisto está envolvida no processo de incineração, como o Presidente Gaudêncio também está envolvido no processo da incineração, como também neste caso, por acaso, não há nenhum presidente de câmara que esteja envolvido, porque ele cumpre a lei.

Deputado Luís Maurício (PSD): É isso mesmo! Por isso deve ir à comissão!

O Orador: Portanto, o que nós estamos a analisar é a lei. O que nós estamos aqui a analisar é a lei!

Deputado Luís Maurício (PSD): É isso mesmo! E pela lei baixa à Comissão!

Deputado Carlos Silva (PS): O que é que isso tem a ver?

O Orador: É uma proposta do Governo.

Fazer uma insinuação nós não ganhamos, porque teorias de cabala, insinuações, acho que só enfraquecem a democracia em vez de a fortalecer.

Permita-me, Sra. Presidente, e desculpe-me de ter utilizado esta figura para fazer esta intervenção, mas eu acho que às vezes há momentos em que nós devemos dizer aquilo que deve ser dito para que a classe política não saia mais prejudicada por causa disso.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, por mim, não me revejo em nenhuma classe política, sou apenas um cidadão a desempenhar funções políticas, não vivo da política, sou professor,

desempenho as minhas funções na sociedade civil. Quando deixar de exercer funções na política tenho a minha profissão, vou voltar a desempenhá-la.

Deputado Francisco César (PS): Temos todos profissão!

O Orador: Portanto, não acha que exista. Aliás, esta teoria da classe é prejudicial para os políticos acharem que são uma classe diferente. Os políticos são cidadãos que estão a desempenhar funções políticas de forma provisória. Estamos aqui nós, nas próximas legislaturas estarão outros e assim sucessivamente. Não somos nenhuma classe à parte, fazemos parte do povo.

Deputado Carlos Silva (PS): Ninguém disse o contrário!

O Orador: O que eu acho é que o Sr. Deputado chamou de insinuações ... Não! Confirmações!

Deputado Francisco César (PS): Curiosidades!

O Orador: Ou seja, o que eu disse, Sr. Deputado, é que eu achei (outras pessoas não acharão) curioso que ...

Deputado Francisco César (PS): Mas não ganha nada com isso!

O Orador: ... nos grandes empreendimentos (o caso da incineradora) um dos nomes, o nome até mais mediático, que esteve na televisão a defender o projeto e tudo isso é o Dr. Ricardo Rodrigues, agora somos confrontados com o megaprojeto de investimento turístico que envolve milhões de euros também de investimento, também é um nome referenciado, ...

Deputado Francisco César (PS): Não é referenciado! Tem competências sobre essa matéria!

O Orador: ... aliás, está nas notícias, “Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, Ricardo Rodrigues, revela que este investimento está na fase final de licenciamento,” etc., etc., também é um nome envolvido.

Portanto, eu não digo qual é a natureza do projeto em causa, apenas referenciei que é curioso, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Porque é que é curioso?

O Orador: ... que este nome, que é uma pessoa poderosa dentro do Partido Socialista, junto do Governo Regional e junto do PS/Açores, é curioso que esta pessoa esteja presente nos maiores investimentos.

É isto que eu digo e nada mais do que isto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais, Sr. Secretário Regional:

Há pouco faltou-me uma pequena citação do anterior Secretário Regional da Economia e atual Presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro, e julgo que é uma citação muito importante, porque vem exatamente clarificar o espírito do legislador, porque o legislador, neste caso, foi Vasco Cordeiro, Secretário Regional da Economia, que apresentou a proposta de Decreto Legislativo Regional que suspendeu o POTRAA.

Relativamente à questão se o Governo pode ou não decidir sobre se autoriza ou não determinado empreendimento, cumprido um determinado conjunto de condições. O que o Governo diz é que cumpridas as condições o Governo está de mãos atadas, o que queria dizer que o Governo Regional não tinha autonomia para decidir coisa alguma e tinha criado uma legislação deixava na mão dos empresários construir tudo o que quisessem ...

Deputado Francisco César (PS): Da lei!

O Orador: ... e o Governo Regional ficava impávido e sereno a olhar e a ver as ilhas dos Açores a serem completamente soterradas em hotéis. É um cenário catastrófico, mas é esse cenário que o Governo Regional admite como possível. Dizia Vasco Cordeiro no Diário das Sessões e passo a citar: “O facto é que o próprio decreto limita as autorizações que o Conselho do Governo pode dar ao cumprimento de objetivos que estão neles definidos, determinado tipo de tipologias, determinado tipo de empreendimentos e verificadas [e esta parte é

importante] essas situações é que se pode ponderar se o Governo autoriza ou não [autoriza ou não!] a instalação destes empreendimentos.”

Aqui, julgo eu que nos falta o Sr. Presidente do Governo Regional para esclarecer se o que disse em 2010 é verdade ou é mentira. Julgo eu que é verdade, porque o que está aqui é exatamente a leitura que o Bloco de Esquerda faz, que faz o PPM e julgo que faz qualquer pessoa de bom senso.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho pena que para estas discussões surja, logo em primeiro lugar, a teoria da cabala que nos desvia dos assuntos que nos devem trazer aqui efetivamente, que é discutir estratégia e discutir política.

Nesta matéria a estratégia que o Governo Regional tem para o setor turístico reflete-se muito bem até na forma como organizou o seu Governo, juntando nesta legislatura Ambiente, Turismo e Energia com uma preocupação muito clara: a preocupação de nós termos a capacidade de salvaguardar, de cuidar deste património que nós temos, que é valioso, e ao mesmo tempo conseguirmos, sem lhe retirar valor, criar desenvolvimento económico. Este é o nosso grande desafio e este grande desafio não se deixa toldar por nenhum interesse económico. Que isto fique bem claro!

Relativamente às questões do POTRAA, independentemente da presença do Sr. Presidente do Governo aqui ou não, na altura Secretário da Economia, o que nos compete é olhar para a legislação que, como dizia há pouco, em 2010 tinha um enquadramento bastante diferente. O nosso grande objetivo era atrair investimentos e aquilo que é dito no seu artigo 5.º, ponto 3.º, é que a concessão

da autorização mencionada depende da comprovação pelo promotor do projeto de que este tem enquadramento numa das alíneas seguinte.

Portanto, independentemente das vossas análises jurídicas aquilo que nós temos analisado e a forma como temos decidido é que efetivamente a forma como foi escrito se na altura fazia sentido para o contexto vivido, hoje não faz mais sentido, porque há outros critérios que nesta fase todos nós consideramos (e isso parece-me que é consensual) devem sobrepor-se a apenas isto. Portanto, devemos ter todos muito claro qual é o objetivo que está aqui em questão.

Relativamente à questão da urgência penso que já expliquei, talvez não tenha conseguido explicar bem.

O POTRAA tem o seu relatório final terminado, vai ser levado a Conselho de Governo, onde vai ter o seu escrutínio naturalmente, a seguir será apresentado a esta Casa, onde também deverá ser devidamente escrutinado.

Acontece que neste momento e nos últimos tempos em São Miguel nós temos recebido inúmeras propostas de projetos de investimento que à luz do que as medidas cautelares em vigor do POTRAA dizem, podem ser construídos mesmo que não se coadunam com aquilo que o PEMTA diz (e o PEMTA não tem vigor legislativo), nem se coadunam com os critérios de sustentabilidade que nós defendemos. Por isso, consideramos que sim, é urgente durante estes meses, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Para garantir que não há mais!

A Oradora: ... que demoram até à entrada em vigor do novo POTRAA defendermos com unhas e dentes aquilo que preconizamos para o desenvolvimento da Região.

Os Srs. Deputados podem perguntar porque é que não fizeram antes. Também vos posso perguntar porque é que não propuseram antes.

Deputado Marco Costa (PSD): E as perguntas, Sra. Secretária?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não é as perguntas, é as respostas!

A Oradora: O poder legislativo está nesta Casa, não está apenas no Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Relativamente à questão em concreto do 27 de junho foi a data em que este diploma foi aprovado em Conselho de Governo e esta data permite-nos evitar dúvidas sobre projetos entretanto entrados ou analisados. Portanto, é uma data. Pode ser mais para a frente. Não há aqui nenhum projeto que dependa desta data em concreto se é isso que vos pode descansar.

Relativamente à questão colocada sobre ouvir as pessoas ou a menção que foi colocada sobre as “reuniõezinhas”.

Bem, o processo do POTRAA é um processo muito digno, um processo muito complexo ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e que ouviu todo o setor, em todas as ilhas. Portanto, chamar-lhe “reuniõezinhas” é diminuir a importância que o mesmo tem e nestas reuniões que foram feitas, nestas auscultações do setor ficou muito clara a preocupação com o atual decreto que permite e prevê as medidas cautelares no âmbito do POTRAA. Portanto, ali estão recolhidos de facto os fundamentos para que possamos trazer a esta Casa, na forma e no formato que trazemos hoje, precisamente esta proposta.

Uma pergunta concreta sobre a possibilidade da Região ter de indemnizar algum projeto que esteja em vigor encontra resposta no seu artigo 6.º. Com uma leitura atenta terá seguramente a clarificação de qualquer dúvida que possa existir, em concreto no seu ponto 2.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias, Sr. Secretário:

Eu vou pedir, em primeiro lugar, para distribuir à Mesa o Diário da Sessão de 2010, aquando da aprovação do Decreto Legislativo Regional que suspendeu o POTRAA, onde estão as declarações do então Secretário Regional da Economia, que, julgo eu, esclarece qual era o espírito do legislador, mas que agora o Governo Regional renega e acha que Vasco Cordeiro, Secretário da Economia, não tinha razão quando disse o que disse aqui, nesta Casa, e que agora há uma nova interpretação da legislação da autoria deste Governo Regional que por acaso é presidido pela mesma pessoa, Vasco Cordeiro.

Eu já percebi que a Sra. Secretária não quer de forma alguma dizer se vai aprovar aquele “mamarracho” ou não e já que não diz o “mamarracho” é este, ...

Deputado Francisco César (PS): Porquê “mamarracho”?

(Neste momento, o Orador mostra uma fotografia à Câmara)

O Orador: ... pelo menos em maquete, é o “mamarracho” que ali se prepara, com quase 600 camas. Pelo menos diga-nos, Sra. Secretária, quando é que decide, quando é que o Governo decide, qual é a data.

Gostaria também de perguntar ao Partido Socialista, mas infelizmente não está o Sr. Deputado André Rodrigues, arquiteto, e que nos falou de ordenamento de território e arquitetura de manhã, se este empreendimento se enquadra numa zona balnear bastante bem preservada, este “mamarracho”, com seguramente largas e amplas zonas de estacionamento automóvel, de autocarros a passar numa zona que tem o acesso de uma rua estreita, numa praia pouquíssimo utilizada e que tem uma qualidade ambiental enorme e qual é a opção do Governo Regional?

É lá enfiar um hotel.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Membro do Governo:

Relativamente à interpretação que é feita das palavras do ex-Secretário da Economia ...

(Diálogo entre as bancadas)

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): A Sra. Secretária está a falar!

O Orador: Vou repetir então.

Relativamente à interpretação que é feita pelo Bloco de Esquerda das palavras do ex-Secretário da Economia, atual Presidente do Governo, naturalmente que é referido que a autorização não é tácita, depende naturalmente do cumprimento do que está aqui ...

Deputado António Lima (*BE*): Não, não! Não é isso que está escrito!

O Orador: ... e aqui entre nós e se verificarmos as alíneas que estão previstas é relativamente fácil este cumprimento. Para nós, do ponto de vista de hoje, 2019, é muito fácil termos empreendimentos que cumpram. Na altura era um objetivo importante e por isso essa contextualização toma especial importância.

Por último e em segundo lugar gostava de deixar uma nota: muito mal estaremos nós se as produções legislativas nesta Casa tiverem como objetivo responder a um caso concreto.

Muito obrigada.

Deputado António Lima (*BE*): Exatamente!

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Também concordo!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou anunciar o meu sentido de voto depois desta discussão e vou votar contra. Vou votar contra porque a narrativa do Governo Regional em relação a esta matéria não me convenceu.

A narrativa do Governo Regional é que não tinha os instrumentos necessários para parar, por exemplo, o megaprojeto de que estivemos a fazer referência. Essa era a narrativa do Governo: votar a favor significa que eu fui na conversa e que dou razão ao Governo nesta matéria.

Não dou. O Governo tinha os instrumentos, tem os instrumentos para parar este tipo de projetos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Muito rápido, apenas para reforçar uma questão e uma frase que a Sra. Secretária disse.

Oh, Sra. Secretária, nós não pomos datas nos diplomas só por pôr. Pomos por uma razão e quando a senhora diz que esta data de 27 de junho foi ali colocada porque foi a data que foi aprovada em Conselho de Governo então era escusado pôr lá efeitos retroativos, a epígrafe ... Não entendo porque é que a Sra. Secretária acha que esta data podia ser uma data qualquer, podia ser do mês que vem.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é da resolução de Conselho de Governo!

O Orador: Se calhar podia ser a setembro. É porque se fosse a setembro tínhamos dado cumprimento ao artigo 130.º do nosso Regimento que diz muito claramente e vou ler: “Audição do Conselho de Ilha”

“O Conselho de Ilha deve ser ouvido para emitir parecer sobre as Orientações de Médio Prazo, o Plano Anual Regional e quando se trate de matérias de interesse para a respetiva ilha, designadamente: [...] d) Ordenamento do território e equilíbrio ecológico; [...]”.

Se mais razões não houvesse pelo menos o Conselho de Ilha de São Miguel, que até na altura em que esta primeira versão foi aprovada nem estava instalado, pelo menos agora que pudesse pronunciar-se sobre este diploma que está aqui em discussão e essa justificação para a urgência a senhora tentou explicar, mas não conseguiu justificar porque é que lá pôs a data de 27 de junho e diz que tanto faz, que pode ser a data do mês que vem.

Já agora, Sra. Secretária, é precisamente porque a lei é geral e abstrata que o PSD está aqui a questioná-la sobre a urgência, sobre os efeitos retroativos e sobre a não audição de quem devia por direito ser ouvido para se pronunciar sobre este diploma.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Gostaria de dar aqui a nossa visão relativamente a esta questão da urgência que se está a falar da análise deste diploma.

Para nós este diploma vir com um pedido de urgência faz todo o sentido e vou explicar porquê. Porque se baixasse à comissão, se nós não tivéssemos aprovado esta urgência, este diploma iria baixar à comissão e mesmo que fosse analisado com urgência, mesmo que fosse analisado em urgência em comissão pelos cinco dias necessários não estaria despachado antes de setembro, porque

em agosto nós não temos plenário, e primeiro que fosse publicado só aí talvez para outubro entrasse vigor.

Este *delay* iria permitir que todos os projetos que fossem entrados, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Não é fácil de pegar na bola, é mesmo assim!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Está suspenso há 9 anos!

A Oradora: ... independentemente da sua volumetria, independentemente da sua tipologia seriam analisados à luz destas medidas cautelares que atualmente existem e nós consideramos que estas medidas atuais, estas medidas que estão agora propostas são mais adequadas à atual realidade da ilha de São Miguel e, portanto, consideramos que é urgente e faz todo o sentido que esta proposta tenha entrado com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão atendendo à importância e atendendo à pressão urbanística também que a ilha de São Miguel tem sido sujeita.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, eu percebo a sua latitude ao nível da análise às competências dos conselhos de ilha, mas eu sei que os Planos de Ordenamento Turístico da Região são planos setoriais e têm que ir obrigatoriamente aos conselhos de ilha, mas isto não se trata de um plano setorial. Trata-se de um Decreto Legislativo Regional que cria medidas cautelares a um plano. Portanto, não é um plano, não é um instrumento de planeamento e o Conselho de Ilha não é obrigado a pronunciar-se sobre ele, podendo eventualmente se a comissão entendesse e se estivesse em comissão poderia ter sido analisado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas foi!

A Oradora: Foi porque a comissão decidiu, mas não é uma obrigação legal que se possa dizer. É a nossa interpretação, Sr. Deputado, e o espírito da lei que nós interpretamos.

Gostaria de um modo muito concreto, apesar de considerarmos que este diploma não deve (este e outros diplomas) ser feito para resolver ou para ter em

conta casos concretos, a lei é genérica, é geral e aplica-se a todos, a todas as tipologias, a todos os tipos de investimentos, mas gostaria de perguntar concretamente à Sra. Secretária se esta proposta que estamos agora a analisar irá facilitar a instalação de empreendimentos de grande volumetria e que não se coadunem com aquilo que está estabelecido no Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Essa é que é a questão!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Eu tenho uma pergunta muito concreta: o empreendimento de Água D'Alto tem (não sei ao certo) 500 camas. 561 camas. Muito obrigado.

Com o instrumento que nós tínhamos, diz a Sra. Secretária, com uma leitura atenta, permitia a autorização da construção desse empreendimento.

A pergunta que eu tenho é só uma: com isto deixava de ser possível? Com esta alteração que nós estamos a aprovar agora deixaria de ser possível?

É porque o entendimento é: se já as 500 camas extravasavam as medidas cautelares que tínhamos e foi aprovado da mesma forma, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

O Orador: ... julgo que esta alteração não conseguiria, segundo a sua leitura, fazer parar a autorização de um empreendimento desta natureza.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):**

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Caro Membro do Governo:

Eu penso que estas últimas duas questões são exatamente as mesmas e relativamente a isso eu acho que é importante olharmos precisamente para aquilo que estamos a propor: é que a concessão ou recusa da autorização referida neste diploma tem obrigatoriamente de ter em conta os seguintes aspetos:

- a) Articulação do projeto com o Plano Estratégico e de Marketing de Turismo dos Açores;
- b) O impacto económico e social do projeto no concelho e ilha onde se insere;
- c) A adequação arquitetónica e urbanística do projeto ao meio envolvente, tendo em conta os objetivos de qualidade da paisagem.

E relativamente ao PEMTA, como tive oportunidade de há pouco referir, o mesmo refere de forma clara que a estratégia da Região deve passar no que diz respeito à tipologia e dimensão dos alojamentos nos Açores por, primeiro, tipologias de pequena e média dimensão; dois, por alojamentos que devem estar associados a conceitos de cultura e tradições locais; três, por um conceito autêntico, acolhedor, confortável e com soluções de arquitetura que obedecem aos padrões internacionais de construção verde.

Mais uma vez repito que não estamos aqui para falar em casos concretos, estamos a falar em políticas.

Acho que a leitura que acabei de fazer daquilo que consta da proposta que vos trazemos hoje aqui com este caráter de urgência responde àquilo que pretendeu ouvir.

Muito obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Olhe que não!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado António Lima, inscreveu-se, não foi?

Tem a palavra então.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Uma última intervenção para dar duas notas e também dizer qual será o nosso sentido de voto.

Em primeiro lugar, aquilo que a Sra. Secretária nos disse agora foi que esta proposta é mais restritiva do que aquela que exista e é verdade.

Em nosso entender a legislação atual já permitia invalidar e não autorizar empreendimentos deste tipo, daquele que falei, que estava previsto para Água D'Alto, em Vila Franca.

Esta proposta é mais restritiva e torna mais clara essa restrição e torna mais fácil, aliás, mais óbvio que aquele empreendimento e outros que poderão surgir, aliás, muitos outros que por aí surgem, infelizmente, não têm enquadramento arquitetónico, não se enquadram no Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores ...

Deputado Carlos Silva (PS): Então é uma boa proposta!

O Orador: ... e não devem ser aprovados e não devem ser permitidos.

O Governo existe por alguma coisa, é para governar e é para decidir ...

Deputado Carlos Silva (PS): É isso que está a fazer!

O Orador: ... e o Governo quando se demite de decidir está a governar mal. O que fez ao autorizar, em primeiro lugar, em 2018 aquele empreendimento foi governar mal, foi abdicar de decidir em função da melhoria da qualidade ambiental, neste caso da manutenção da qualidade ambiental e da qualidade do turismo nos Açores.

Ora, esta proposta é, como disse, na minha intervenção, uma proposta de má consciência do Governo que agora vem aqui dizer que está um bocadinho arrependido do que fez, mas não tem a coragem de assumir esse arrependimento talvez para não incomodar o promotor e não quer assumir, mas nós vamos ficar

atentos com esta proposta que o Bloco de Esquerda vai votar a favor, porque ela restringe mais aquilo que se pode fazer na ilha de São Miguel ...

Deputado Carlos Silva (PS): Então é uma boa proposta!

O Orador: ... e sempre o admiti e é verdade, agora vamos ficar muito atentos às possíveis aberrações arquitetónicas e de outro tipo que se vão construir na ilha de São Miguel nos próximos tempos. Vamos ficar atentos e com as palavras da Sra. Secretária não quero crer que aquele empreendimento ...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... vai seguir em frente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Encerrámos assim o debate na generalidade e vamos fazer a votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Julgo não haver inscrições.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Peço desculpa. Não anunciei o artigo, mas podem ficar. Não anunciei o artigo, é a proposta de alteração do PS ao artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votamos agora o artigo 1.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Penso que os restantes artigos posso votá-los em conjunto.

Não havendo oposição estão então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 27 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o projeto foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD absteve-se na votação desta iniciativa por duas razões que não ficaram suficientemente explicadas e que são objetivas e claras: não compreendemos e não foi suficientemente explicado pelo Governo a razão de ser do efeito retroativo deste diploma e não compreendendo nós achámos que por uma questão de seriedade na atividade legislativa deste Parlamento tudo tem de ficar necessariamente esclarecido; e também porque o Governo não soube explicar o porquê de apresentar um diploma com esta urgência, neste plenário, quando podia tê-lo feito com outro cuidado e outro rigor, permitindo à Assembleia ouvir as entidades que se deviam pronunciar sobre ele. Por essas razões o PSD absteve-se.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP votou a favor, porque apesar de continuarmos a não compreender a urgência na apresentação deste diploma o que está em causa é tornar os mecanismos mais restritivos, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é uma atitude!

O Orador: ... sendo esse o tema e a base para a apresentação deste diploma nós consideramos que é mais uma salvaguarda para um ordenamento de território e um ordenamento turístico adequado e por isso mesmo é que votámos a favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais:

O Bloco de Esquerda votou a favor desta proposta de Decreto Legislativo Regional, porque ela de facto é mais restritiva no sentido de salvaguardar a não existência de projetos que ponham em causa o que está em vigor ao nível do Plano Estratégico para o Turismo e esta proposta é efetivamente mais restritiva do que a legislação existente.

No entanto, consideramos que a legislação existente já garantia mecanismos que permitia ao Governo Regional ter uma política mais restritiva na construção de empreendimentos acima de 150 camas como é claro da leitura da lei.

No entanto, obviamente que tendo em conta que o novo POTRAA não irá entrar em vigor nos próximos meses medidas mais restritivas são importantes, no entanto, elas já existiam, não são novas. Trabalhar, ir mais além do que já se foi é importante, mas efetivamente era possível impedir muitos empreendimentos com mais de 150 camas se essa fosse a intenção do Governo Regional à data da aprovação desses projetos.

Disse.

(Neste momento, o Deputado Bruno Belo substituiu o Deputado Jorge Jorge na Mesa)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Bárbara Chaves, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais:

Muito rapidamente para dizer que o Partido Socialista votou favoravelmente esta iniciativa, porque considera que a mesma é mais restritiva do que aquela que existia atualmente, do que as medidas cautelares que existem atualmente ao nível do Plano de Ordenamento Turístico dos Açores, que vem ao encontro também da realidade atual ao nível do turismo e da instalação dos empreendimentos turísticos na ilha de São Miguel em concreto e que conduz à salvaguarda do nosso património ambiental e à qualidade de vida dos açorianos, que é e tem sido uma prioridade do Partido Socialista e dos governos do Partido Socialista e um marco da nossa governação e que queremos continuar a desenvolver.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tive a oportunidade ao logo do debate de explicar porque é que votaria contra. Quero sistematizar esta posição.

Eu votei contra, o PPM voou contra, ...

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não era ecologista? Era ecologista ontem, hoje já não é!

O Orador: ... porque nós consideramos ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Nós votámos contra porque ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Nós quem?

O Orador: Nós, o partido político, que é uma entidade plural, PPM. Tem que se explicar tudo!

O PPM votou contra, porque nós consideramos que os mecanismos cautelares preexistentes já permitiam ao Governo Regional parar empreendimentos turísticos de grande volumetria e desenquadrados do enquadramento ambiental e ecológico necessário, entre outras coisas, porque senão não se compreenderia que se existisse um automatismo, como aqui veio defender o Governo Regional, ou seja, que existia um conjunto de condições que se preenchiem e que o Governo não tinha escolha, não tinha arbitrariedade absolutamente nenhuma em relação a esta matéria, portanto, era obrigado a decidir favoravelmente, então este automatismo terá existido durante 10 anos. Durante 10 anos este automatismo, ou seja, o Governo não tinha verdadeira capacidade de decisão e o que se chamou medidas cautelares não acautelavam coisa alguma nenhuma.

Deputado Carlos Silva (PS): Isto é uma declaração de voto? Isso era antes!

O Orador: Seria admitir esta narrativa, ou seja, admitir que o Governo, ao contrário do que disse então o Secretário da Economia, não tinha mecanismos que pudessem impedir a realização de empreendimentos que prejudicassem a Região Autónoma dos Açores. Por isso, reconhecer este automatismo, esta incapacidade do Governo, a inexistência das medidas cautelares que já estavam previstas e a ineficácia das medidas cautelares que já estavam previstas, reconhecer isto era bastante negativo na nossa perspetiva, porque significava branquear a história do crescimento e dos empreendimentos turísticos nesta matéria ao longo dos últimos 10 anos e nós com o nosso voto contra quisemos sobretudo que ficasse bem claro que na nossa perspetiva estes mecanismos cautelares eram de facto cautelares, que estes mecanismos legais que existiam impediam que alguns dos empreendimentos que foram aprovados pelo Governo Regional que pudessem ter sido impedidos, pudessem ter sido evitados e por isso nós consideramos que ter votado favoravelmente teria significado que

estávamos a seguir a narrativa do Governo Regional, que afinal estes automatismos e estas medidas cautelares existiam e que o Governo tinha razão e que afinal durante estes 10 anos o que existiu aqui foi uma espécie de faroeste, em que tudo era possível.

Por isso, nós para evitarmos esta narrativa, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... o triunfo desta narrativa, votámos contra.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais declarações de voto.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Avançamos agora para o ponto 17 da Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 157/XI – “Pagamentos em atraso a efetuar no âmbito da deslocação de utentes do Serviço Regional de Saúde”.**

Este pedido de urgência é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ora bem, justificar esta urgência penso que é relativamente simples na medida que a esta bancada move-nos, obviamente, todas as preocupações e dificuldades dos açorianos e neste caso em concreto falamos de pelo mais de 200 açorianos a quem, neste momento, o Governo Regional deve o valor das diárias afetas a deslocações que efetuaram entre a sua ilha de residência e uma das três ilhas onde temos hospitais.

Reforço que há então um incumprimento da parte do Governo Regional e que esse incumprimento deve ser regularizado o quanto antes, pois estamos a falar de dinheiro que neste momento o Governo Regional deve aos açorianos.

Como já referi são os interesses dos açorianos que nos movem e daí a urgência de vermos esta situação regularizada, por isso apresentamos esta resolução.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Parece que nestas duas últimas urgências há alguma dificuldade em justificar a urgência e nós temos alguma dificuldade em perceber esta urgência do PSD, alguma dificuldade até na interpretação da sua resolução, porque é aqui referido que os atrasos são há mais de seis meses e particularmente num dos hospitais.

Nós não temos conhecimento de nenhuma notícia a esse respeito e também gostaríamos de ter percebido talvez em comissão e chamar os respetivos administradores hospitalares para se perceber a real dimensão do problema, em quais hospitais, quantos doentes e efetivamente qual era essa dimensão.

Mas há aqui outra coisa que me parece que efetivamente o PSD não quer urgência nenhuma. Porque o que é que diz?

Parece mais um número do que outra coisa. Diz que: “Resolve recomendar ao Governo Regional que ordene aos hospitais da Região [embora só refira que o caso seja grave no hospital de Ponta Delgada] em incumprimento [mas aqui só refere um] os pagamentos acima referidos no prazo máximo de 30 dias após a publicação da presente resolução.”

Ora bem, a resolução vai ser publicada daqui a 15 ou 20 dias, é o tempo que demora sensivelmente, sendo publicada 30 dias depois, ora passa o mês de agosto, isto vai dar setembro. Portanto, não é verdadeiramente uma urgência que se está aqui a falar. Uma urgência para dois meses naturalmente, no nosso entender, não me parece que seja. Se fosse logo, imediatamente, que inicie o pagamento imediatamente após a publicação da resolução faria algum sentido, 30 dias depois não entendemos porquê.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista partilha daquela que é a interpretação que foi realizada aqui pelo CDS-PP.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Que horror!

O Orador: O que me parece aqui é que há duas matérias que devem ser relevadas: uma tem a ver com a urgência do Partido Social Democrata.

Se há urgência do Partido Social Democrata para que se realize um conjunto de pagamentos ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Ao que isto chegou!

O Orador: ... não se pede para que estes pagamentos sejam feitos 30 dias depois da publicação. Isto não faz qualquer tipo de sentido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Seja sério!

Deputado Luís Maurício (PSD): Seja sério! O senhor está a brincar com os doentes! São pessoas que sofrem! Isso é demagogia!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Há algo que os senhores devem perceber.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Luís Maurício (PSD): Estão há mais de seis meses à espera! O seu Governo que pague o que deve!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não berre, Sr. Deputado!

O Orador: Exatamente isso que eu ia dizer. Não é por falar mais alto que se pode ter razão e isso não me parece ser a melhor forma de termos um debate que se pretende civilizado.

Portanto, a primeira questão que se coloca tem a ver com a questão da urgência. Não me parece que seja uma urgência bem feita, não me parece que seja a melhor forma de materializar aquilo que pretende.

Depois, há uma segunda questão e que essa sim preocupa o Partido Socialista. O Partido Socialista preocupa-se sim com um conjunto de incumprimentos ou de ausência de pagamentos que de facto não foram feitos a um conjunto de utentes do Serviço Regional de Saúde. Isso é uma obrigação do Governo dos Açores, realizar esses pagamentos. Portanto, aquilo que nós esperamos (nós sabemos que teve um conjunto de dificuldades técnicas) ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é sobre a urgência?

O Orador: ... e sabemos que o Governo também espera é ...

Deputado Luís Maurício (PSD): O Sr. Diretor Regional disse que não se comprometia com nenhuma data para pagar! Isso é uma vergonha! São doentes, não são passageiros!

O Orador: Por favor! Eu sei que os senhores querem se ir embora, mas tenham alguma calma que me parece que será aconselhável no vosso caso.

Aquilo que eu acho que deve ser cumprido é o dever que o Governo tem de resolver o problema destas pessoas. Não precisa por isso que ninguém lhe diga para cumprir esta matéria.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Então pague!

Deputado Luís Maurício (PSD): Então porque é que não pagam?!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: De facto berram!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor!

Deputado Luís Maurício (PSD): Porque é que não pagaram?

O Orador: Eu estou a tentar, Sra. Presidente.

Portanto, aquilo que o Partido Socialista considera como importante é ouvir os administradores, os responsáveis do Governo ...

Deputado Luís Maurício (PSD): É, é! Nós já ouvimos! Pediram aos trabalhadores para pagar e não lhes deram nada!

O Orador: ... para percebermos realmente que questões técnicas é que provocaram estes atrasos, mas repito, a preocupação do Partido Socialista é que sejam realizados pagamentos, como também sabemos que é esta a preocupação de um Governo.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Que vergonha!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Se queriam pagar então porque é que não pagam?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Esta urgência é daquelas que não deveria suscitar dúvidas quanto à sua pertinência...

Deputado Luís Maurício (PSD): Ora muito bem!

O Orador: ... e quanto à sua urgência para ser discutida e debatida e votada no plenário quando é apresentada.

Ela refere-se a uma situação que é óbvia e grave e que existindo ou não teria a oportunidade o Governo de explicar ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... no debate os contornos do atraso, teria oportunidade de explicar o porquê do atraso e teriam, as Sras. e os Srs. Deputados, a oportunidade de votar o projeto de resolução que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta e que recomenda efetivamente que sejam pagos os valores em atraso.

Ora, em nosso entender, no entender do Bloco de Esquerda, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Secretário Berto Messias já vai dizer que vai pagar!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Se eu pudesse falar!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pode fazer uma interpelação para esclarecer a Câmara!

O Orador: ... defender a saúde é defender também quem está à espera de pagamentos que lhes são devidos e que esteve deslocado e que já os devia ter recebido há muito tempo.

Ora esta situação é definitivamente urgente e não percebemos porque é que há aqui partidos nesta Casa que tanto dizem defender a saúde, mas quando chega a altura de defender quem mais dela precisa vão mandar esta iniciativa para comissão para ficar a marinar três ou quatro meses e ouvir sabe-se lá quem, para quando vier a proposta a plenário os pagamentos já estarem feitos. O prejuízo fica para quem vai ficar mais, não se sabe quanto tempo, há espera daquilo que lhe é devido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Luís Maurício (PSD): Querem apanhar o avião!

Deputado Francisco César (PS): Se queres peço intervalo regimental! Há coisas que não admito!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP não tem qualquer dúvida sobre a urgência. Aliás, o PCP votará favoravelmente a urgência, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Tem muitos florentinos nessa situação!

O Orador: ... porque acha que é necessário que existam os pagamentos que os doentes tanto esperam e alguns já esperam quase há um ano.

Portanto, o PCP votará favoravelmente esta urgência, porque acha que é mesmo uma urgência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PS, tendo tido 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como tem sido habitual a esta bancada, o PSD demonstrava e demonstrará obviamente no futuro com esta urgência e com outras que surgirão que mais uma vez as questões da saúde são uma prioridade para esta bancada ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nota-se!

A Oradora: ... mesmo que os senhores, neste caso o Partido Socialista que suporta o Governo, não concordem e não permitam. Nós não deixaremos de

ajudar os açorianos que neste caso são seguramente mais de 200 que anseiam para que lhes seja devolvido algo que é deles. Estamos a falar de compartições que foram estipuladas pelo Governo, o Governo está em incumprimento neste momento e, portanto, esta situação nós tínhamos a máxima urgência em resolver.

Estamos a falar de doentes, estamos a falar de açorianos que estão neste momento duplamente penalizados e estamos a falar de uma situação que pode comprometer futuras deslocações.

Neste momento há açorianos que têm de adiantar o dinheiro do seu bolso para poderem efetuar a deslocação e este facto, este incumprimento do Governo Regional, poderá comprometer futuras deslocações destes açorianos.

O argumento aqui apresentado pelo partido que suporta o Governo não cola.

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sra. Presidente, pelo amor Deus!

Deputado Carlos Silva (PS): Fale do seu voto, Sra. Deputada!

A Oradora: Gostaríamos nós que não fosse necessário por qualquer tipo de tempo máximo e que o pagamento fosse efetuado de imediato e é por isso que nós estamos aqui, para defender os interesses dos açorianos.

Infelizmente, há quem compactue com este incumprimento do Governo Regional e infelizmente são os açorianos que continuam a sofrer com este incumprimento e com esta falta de compreensão por parte da maioria socialista.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou cometer a deselegância de a interpelar diretamente, Sra. Deputada, apenas vou justificar o voto do Partido Socialista.

O Partido Socialista votou contra esta urgência, porque ela não tem qualquer tipo de efeito prático na melhoria do serviço.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Então paga!

O Orador: O Governo Regional tem a responsabilidade de pagar, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Pague!

O Orador: ... teve um conjunto de problemas técnicos ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Desde setembro de 2018!

O Orador: ... e nós esperamos que o Governo cumpra e resolva este assunto. Essa é a sua responsabilidade.

Não é uma resolução que implica uma entrada em vigor tardia e com limites até setembro deste ano que poderá resolver o assunto. Aquilo que nos interessa é perceber o assunto, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não! É pagar!

O Orador: ... porque é que aconteceu e garantir que não se volte a repetir. Foi isso que motivou o voto do Partido Socialista.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós votámos favoravelmente a urgência sobretudo por três motivos.

O primeiro é que a nossa posição em relação ao debate é sempre uma posição aberta, ou seja, nós queremos perceber os argumentos e depois decidimos de acordo com os argumentos que são apresentados no Parlamento.

Deputado José San-Bento (PS): Claro!

O Orador: Ponto número dois: nós consideramos que a situação é uma situação de facto urgente. Há um contexto que é a falta de pagamento que o próprio Partido Socialista reconheceu que existe e também existe por parte do Partido Socialista a assunção que existe essa falta de pagamento.

Também temos que ter em consideração o calendário dos nossos plenários parlamentares, ou seja, a decisão era tomada agora senão já só será tomada muito tardiamente e não terá o efeito político necessário para resolver a questão. Portanto, nesse sentido nós consideramos que uma tomada de posição do Parlamento é sempre uma tomada de posição prática, ao contrário do que aqui foi dito.

Eu considero que a partir do momento em que é realizada uma recomendação, essa recomendação tem um efeito político e prático grande.

Em terceiro lugar, gostava também aqui de dizer o seguinte, que era preciso ouvir o Governo. Pois, o Governo está aqui presente e é para alguma coisa, é exatamente para prestar esses esclarecimentos e, portanto, se a urgência tivesse sido votada favoravelmente o Governo poderia aqui apresentar os dados de que dispõe em relação a esta matéria, poderia ter explicado porque razão não realizou os pagamentos e poderia ter explicado também como é que iria resolver essa questão e quais são as expetativas que as pessoas podem ter em relação à resolução desta questão, ou seja, o debate teria sido amplamente benéfico e considero que neste momento do ponto de vista da resolução da questão das pessoas eu penso que a não aprovação da urgência foi negativa para a resolução célere da questão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Não havendo, vou passar a ler a proposta de deliberação final: **A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de julho.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Boa tarde a todos e um bom regresso a casa.

Eram 19 horas e 18 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Mário José Diniz Tomé

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa Mendes

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Documentos entrados

1 - Projeto de Lei:

Assunto: Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas – n.º 1241/XIII(PCP) – n.º 252/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 07 – 01

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2019 – 07 – 08 (querendo):

Assunto: Modernização do regime de atividade do setor do Táxi (9.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto – n.º 1242/XIII(PCP) – n.º 253/XI - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 07 – 03

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 07 – 08 (querendo).

2 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico de produção de água para reutilização, obtida a partir do tratamento de águas residuais, bem como da sua utilização - MATE - (Reg. DL 249/2019) - n.º 125/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 07 – 04

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 07 – 24;

3 - Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril - com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão– n.º 44/XI](#)

Proveniência: GRA

Data de Entrada: 2019 – 07 – 03

Comissão:

Data Limite de Parecer:

4 - Projetos de Resolução:

Assunto: [Pagamentos em atraso a efetuar no âmbito da deslocação de utentes do Serviço Regional de Saúde - com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão – n.º 157/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2019 – 07 – 03

Comissão:

Data Limite de Parecer:

5 - Proposta de Resolução:

Assunto: [Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2018 – n.º 16/XI](#)

Proveniência: MESA

Data de Entrada: 2019 – 07 – 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 30 dias após a receção do parecer do TC.

6 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Gestão do sistema lagunar da Lagoa de Santo Cristo em São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 01

Referência: 54.03.05 – N.º 614/XI;

Assunto: [Procedimento concursal para contratação de um cardiologista da Unidade de Saúde da ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 01

Referência: 54.03.03 – N.º 602/XI;

Assunto: [Segurança na estrada de acesso ao Monte da Guia e à praia de Porto Pim](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 01

Referência: 54.03.07 – N.º 618/XI;

Assunto: [Porto da Horta: Estudos sobre a 3.^a versão do projeto de reordenamento](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 02

Referência: 54.03.07 – N.º 562/XI.

7 - Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a informar que foi enviado para publicação no DRE o DRR n.º 2/2019, de 1 de julho – Nomeação da Secretária Regional da Saúde – Dra. Maria Teresa da Silveira Bretão Machado Luciano

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2019 – 07 – 01.

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Pesar pelo falecimento de Agustina Bessa-Luís

Proveniência: Pelo Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Fernando Frutuoso de Melo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 01;

Assunto: Ofício a remeter cópia do Anuário Estatístico da Autoridade Marítima Nacional de 2018

Proveniência: Carlos Manuel Parreira Costa Oliveira Silva, Chefe do Gabinete da Autoridade Marítima Nacional

Data de Entrada: 2019 – 07 – 01.

Assunto: Ofício a remeter o Relatório de execução financeira relativo ao 1.º trimestre de 2019 das empresas do Setor Público Empresarial Regional

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe do Gabinete do SRAPAP

Data de Entrada: 2019 – 07 – 01.

Assunto: Ofício a remeter a Resolução – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2018

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe do Gabinete do SRAPAP

Data de Entrada: 2019 – 07 – 01.

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Pesar pelo falecimento de Agustina Bessa-Luís

Proveniência: Maria José Ribeiro, Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 07 – 02;

Assunto: Ofício a remeter Mapas, solicitando a respetiva substituição na Resolução – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2018

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe do Gabinete do SRAPAP

Data de Entrada: 2019 – 07 – 02;

Assunto: Ofício a remeter Moção

Proveniência: José João Torrinha Martins Bastos, Presidente da Assembleia Municipal de Guimarães

Data de Entrada: 2019 – 07 – 03.

8 - Relatórios:

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante Período Legislativo de julho de 2019](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 07 – 02.

A Redatora, Ana Machado